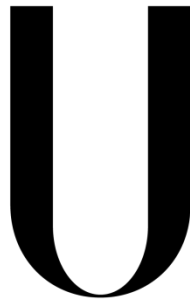


Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Instituto de Educação



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**As Pescas Em Portugal: Oportunidades, debilidades e sustentabilidade.
Uma abordagem didática em Geografia, 10ºano**

João Alberto David Leão da Silva

Relatório de Prática de Ensino Supervisionada orientado
pelo Doutor Sérgio Claudino Loureiro Nunes

Mestrado em Ensino de Geografia no
3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

2025

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Instituto de Educação



As Pescas em Portugal: Oportunidades, debilidades e sustentabilidade.
Uma abordagem didática em Geografia, 10º ano

João Alberto David Leão da Silva

Relatório de Prática de Ensino Supervisionada orientado
pelo Doutor Sérgio Claudino Loureiro Nunes

Júri:

Presidente: Doutora Maria Helena Brito Fidalgo Esteves, Professora Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Ana Isabel Matias Louro Martins, Professora Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

- Doutor Sérgio Claudino Loureiro Nunes, Professor Auxiliar Aposentado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

DEDICO ESTE TRABALHO A TODOS OS CONTRIBUÍRAM PARA QUE A
ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO FOSSE, FINALMENTE, CONCRETIZADA,

AOS PROFESSORES, COLEGAS E AMIGOS.

À MINHA FAMÍLIA

Agradecimentos

A concretização deste relatório apenas foi possível graças ao contributo de muitas pessoas que me acompanharam ao longo deste percurso.

Em primeiro lugar, manifesto a minha profunda gratidão à Professora Cooperante, Perpétua Pedro, pela disponibilidade constante, pelas orientações rigorosas e pela forma como, ao longo das três fases da prática profissional, me desafiou a melhorar, tanto no plano académico como no plano pessoal.

Expresso também o meu sincero agradecimento ao Professor Sérgio Claudino, pela atenção, acompanhamento e incentivo prestados na elaboração deste trabalho. Muito lhe devo! Estendo igualmente a minha gratidão a todos os docentes do Mestrado em Ensino de Geografia, cujo empenho e dedicação muito contribuíram para a minha aprendizagem, bem como aos colegas de curso, pelo espírito de entreajuda e de partilha que enriquecem qualquer caminhada formativa.

Não posso deixar de reconhecer o papel insubstituível da minha família e da minha mulher e filhos, verdadeiros pilares ao longo destes anos. O apoio incondicional, a paciência nos momentos mais exigentes e a confiança que sempre depositaram em mim foram essenciais para que conseguisse alcançar esta meta.

A todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste relatório, deixo o meu mais sincero agradecimento.

Resumo

Este relatório, elaborado no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional III, do 2.º ano do Mestrado em Ensino de Geografia, apresenta os resultados da prática de ensino supervisionada na Escola Secundária com 3.º Ciclo de Amora. Foi implementada uma sequência didática numa turma de 10.º ano de Geografia A, no âmbito do tema 'Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades', com especial enfoque nos 'Recursos Marítimos'. Procurou-se promover a aprendizagem, pelos alunos, da Política Comum das Pescas, o seu impacto no setor em Portugal e a relevância estratégica da economia do mar como motor da economia nacional, através de atividades didáticas mobilizadoras. As estratégias de ensino foram diversificadas, baseadas na mobilização dos conhecimentos prévios dos jovens, promovendo a construção ativa do saber, a comunicação e o trabalho colaborativo. Aplicaram-se fichas de trabalho, guiões de exploração e ferramentas digitais, verificando-se uma evolução positiva no empenho e desempenho dos alunos.

Os resultados da sequência letiva revelaram que estes não só consolidaram a aprendizagem de conceitos fundamentais de Geografia como desenvolveram competências de análise crítica, comunicação e cooperação. De forma transversal, a turma valorizou a ligação entre os conteúdos escolares e os desafios reais do setor das pescas em Portugal, reconhecendo a pertinência do tema para compreender melhor os problemas da sustentabilidade do setor.

Mas também existiram limitações na implementação da sequência letiva. A heterogeneidade da turma constituiu igualmente um desafio, exigindo do professor uma mediação constante entre alunos com maiores ou menores dificuldades de aprendizagem. Tal reforça a importância de o professor refletir continuamente sobre a sua prática e adaptar estratégias às condições da escola e da turma, numa perspetiva de melhoria contínua.

Palavras-chave: Geografia; Política Comum das Pescas; Zona Económica Exclusiva (ZEE); Plataforma Continental; Capturas.

Abstract

This report, prepared within the curricular unit of Initiation to Professional Practice III of the 2nd year of the Master's Degree in Geography Teaching, presents the results of the supervised teaching practice carried out at Amora Secondary School with Lower and Upper Secondary Education. A didactic sequence was implemented in a 10th-grade Geography A class under the theme "*Natural resources available to the population: uses, limits, and potentialities*", with a particular focus on *Maritime Resources*. The aim was to promote students' understanding of the Common Fisheries Policy, its impact on the sector in Portugal, and the strategic relevance of the sea economy as a driving force of the national economy, through engaging and diversified learning activities. The teaching strategies adopted mobilised students' prior knowledge and promoted active knowledge construction, communication, and collaborative work. Worksheets, exploration guides, and digital tools were applied, resulting in a positive evolution in student engagement and performance.

The results of the teaching sequence revealed that students not only consolidated fundamental concepts in Geography but also developed critical analysis, communication, and cooperation skills. Overall, the class valued the connection between school content and real challenges faced by the fisheries sector in Portugal, recognising the relevance of the topic for a better understanding of sustainability issues in the sector.

However, some limitations emerged during the implementation of the sequence. The heterogeneity of the class also represented a challenge, requiring the teacher to provide constant mediation between students with different learning needs. This reinforces the importance of continuous reflection on teaching practice and the adaptation of strategies to the specific conditions of the school and the class, following a perspective of ongoing improvement.

Keywords: Geography; Common Fisheries Policy; Exclusive Economic Zone (EEZ); Continental Shelf; Catches.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de quadros	vi
Índice de figuras	viii
Índice de anexos	x
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento científico	
1.1. As Pescas: tradição, desafio estratégico e sustentabilidade	4
1.2. A tradição marítima portuguesa.....	5
1.3. A linha de costa e a Geografia das Pescas.....	5
1.4. Comunidades Piscatórias e Identidade Cultural	6
1.5. Importância económica e social do setor	6
1.6. Importância social e territorial do setor	7
1.7. A frota pesqueira e os tipos de pesca	7
1.8. Aquicultura e salicultura	10

1.9. A indústria transformadora e comércio internacional	11
1.10. A Política Comum das Pescas (PCP)	12
1.11. Sustentabilidade e desafios futuros	13
1.12. Síntese Conclusiva	14
 Capítulo II – Enquadramento Pedagógico- Didático da Experiência de Ensino e Aprendizagem	
2.1 A importância da Geografia Escolar	15
2.2. Abordagens Pedagógico-didáticas	16
2.3. O papel do Professor	16
2.4. Competências e Aprendizagens Essenciais	17
2.5. Síntese Conclusiva	17
 Capítulo III – Iniciação à Prática Profissional	
3.1. Contexto Territorial, Demográfico e Escolar	18
3.2. O Projeto Didático	19
3.3. Caracterização da Turma	28
3.4. Tema lecionado.....	33
3.5. Estratégias de Ensino e Aprendizagem implementadas	39
3.6. Descrição das aulas lecionadas e reflexão crítica	40

3.6.1. Aula 1	40
3.6.2. Aula 2	47
3.6.3. Aula 3	52
3.6.4. Aula 4	55
3.6.5. Aula 5	59
3.6.6. Aula 6	67
3.6.7. Aula 7	72
3.6.8. Aulas 8 e 9	74
3.7. Avaliação final – Professor	84
 Capítulo IV – Avaliação, Aprendizagens Observadas e Reflexão final	
4.1. Avaliação diagnóstica, formativa e sumativa	86
4.2. Reflexão crítica	89
4.3. Outras atividades desenvolvidas	91
4.4. Aprendizagens pessoais e profissionais	93
4.5. O Papel da Geografia Escolar	94
4.6. Avaliação e feedback	94
4.7. Desafios e limitações.....	95
4.8. Síntese Conclusiva	95
5. Referências Bibliográficas.....	98

6. Anexos	103
-----------------	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Calendário Escolar da Escola Secundária com 3º Ciclo da Amora	27
--	----

Quadro 2 – Grelha de observação / avaliação do trabalho de pares	88
--	----

Quadro 3 – Principais características da avaliação formativa.....	90
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa	4
--	---

Figura 2 – Capturas por categoria em Portugal (2024).....	10
---	----

Figura 3 – Produção aquícola de peixes marinhos (2023)	11
--	----

Figura 4 – Concelho do Seixal	18
-------------------------------------	----

Figura 5 –Local de residência dos alunos	29
--	----

Figura 6 – Grau de parentesco do Encarregado de Educação	30
--	----

Figura 7 – Local em que os alunos costumam passar férias	30
--	----

Figura 8 – Disciplina favorita dos alunos	31
---	----

Figura 9 –Disciplina de que os alunos menos gostam	31
--	----

Figura 10–Grau de interesse da disciplina de Geografia para os alunos	31
---	----

Figura 11 – Satisfação dos alunos relativamente às aulas lecionadas pelo professor estagiário	32
---	----

Figura 12 –Áreas de Competências do Perfil dos Alunos.....	33
Figura 13 – Capa do manual escolar “perfil.pt”	36
Figura 14 – Página do manual “perfil.pt”	37
Figura 15 –Exemplo de síntese efetuada em cada final de subtema.....	38
Figura 16 – Volume e valor de capturas 2001 -2019.....	42
Figura 17 –Volume e valor de capturas, por espécie	43
Figura 18 –Principais características dos tipos de pesca	44
Figura 19 - Kahoot realizado em aula	45
Figura 20 – Frases de 7 palavras para integrar no sumário	46
Figura 21 - Guião de Exploração do documentário “Regresso ao Mar”.....	49
Figura 22 – Exploração de uma ficha de trabalho. Apoio individualizado.....	52
Figura 23 - Aspeto geral da sala de aula. Trabalho colaborativo.....	61
Figura 24 - Ficha de trabalho/ guião de exploração.....	63
Figura 25 – O “Professor - aprendiz” na aula de lançamento do trabalho de grupo	67
Figura 26 - Guião de trabalho de grupo.....	71
Figura 27 – Trabalho de grupo – Vitória e Rodrigo	77
Figura 28 – Trabalho de grupo – Catarina e Daniela	79
Figura 29 – Trabalho de grupo – Nicole, João e Jéssica	81

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Aprendizagens Essenciais – Geografia 10º ano de escolaridade (Tema das aulas lecionadas)	104
Anexo II – Planificação anual da Escola (Tema das aulas lecionadas)	108
Anexo III – Projetos em vigor na Escola (ano letivo 2022/2023)	110
Anexo IV – Plano Individual de Formação (PIF)	112
Anexo V – Planificação da Unidade Didática Lecionada	116
Anexo VI – Planos de Aula	122
Anexo VI.I Plano de Aula 1	123
Anexo VI.II – Plano de Aula 2	128
Anexo VI.III– Plano de Aula 3	133
Anexo VI.IV – Plano de Aula 4	138
Anexo VI.V – Plano de Aula 5	144
Anexo VI.VI – Plano de Aula 6	149
Anexo VI.VII – Plano de Aula 7	154
Anexo VI.VIII – Plano de Aula 8	159
Anexo VI.IX– Plano de Aula 9	164
Anexo VII – Recursos utilizados explorado nas aulas lecionadas	168

Introdução

“Os bons professores possuem metodologia, os professores fascinantes possuem sensibilidade” (Cury, 2011,p.66).

Esta afirmação, sempre polémica, sintetiza a essência do percurso vivido no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada (PES), em que a dimensão técnica do ensino se encontra inevitavelmente ligada às relações humanas, à reflexão constante e à capacidade de transformar desafios em oportunidades de aprendizagem – conjugando, assim, diferentes dimensões. O presente relatório decorre da experiência desenvolvida na Escola Secundária com 3.º Ciclo da Amora, sob a supervisão da professora Perpétua Pedro, e pretende constituir-se como um exercício de análise crítica, integradora e fundamentada sobre a ação pedagógica vivenciada ao longo desta etapa formativa.

A PES representa um momento crucial na construção da identidade profissional do futuro professor. É no espaço real da sala de aula, perante alunos concretos, com ritmos distintos, expectativas diversas e contextos socioculturais marcados por desigualdades, que se testam as conceções pedagógicas, se confrontam ideias e se consolidam práticas. Ao longo deste processo, a observação, a planificação, a intervenção e a reflexão constituíram etapas permanentes que permitiram articular saberes científicos, didáticos e relacionais, transformando este relatório num testemunho de crescimento profissional e pessoal.

No caso particular deste trabalho, a escolha da temática — *As Pescas em Portugal: oportunidades, debilidades e sustentabilidade* — não foi meramente circunstancial. Ela decorre do reconhecimento da centralidade do mar na identidade territorial e económica portuguesa, assim como da pertinência educativa do tema para o desenvolvimento do pensamento espacial, da literacia geográfica e da cidadania informada. Sendo Portugal detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da Europa e possuindo uma vasta tradição ligada às atividades marítimas, torna-se particularmente relevante compreender como os recursos do mar têm sido historicamente aproveitados, que desafios enfrentam na contemporaneidade e quais as potencialidades associadas à economia azul. Esta reflexão adquire ainda maior significado numa era marcada pelas alterações

climáticas, pela sobre-exploração de recursos e pela necessidade urgente de promover práticas sustentáveis, quer a nível ambiental, quer social e económico.

Do ponto de vista educativo, esta temática revelou-se especialmente oportuna para ser trabalhada com alunos do 10.º ano de Geografia A, uma vez que permite explorar conteúdos que vão desde a leitura e interpretação de dados estatísticos ao estudo de fenómenos físicos e humanos, passando pela análise de políticas públicas, como a Política Comum das Pescas. A sua transversalidade permite mobilizar diferentes competências previstas nas Aprendizagens Essenciais e no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, nomeadamente a capacidade de analisar criticamente informação, comunicar de forma adequada, cooperar com os colegas, compreender relações socioambientais e assumir comportamentos responsáveis face aos desafios contemporâneos. Além disso, muitos dos alunos da turma vivem em territórios marcados por proximidade a zonas ribeirinhas ou costeiras, o que favorece a criação de aprendizagens significativas, na medida em que permite partir do conhecido para o desconhecido, tal como sublinhado por Ausubel.

Assim, este relatório tem como objetivo geral analisar e refletir criticamente sobre o processo de conceção, desenvolvimento e avaliação de uma sequência didática centrada nos recursos marítimos e no setor das pescas em Portugal. Procurou-se compreender de que modo este trabalho contribuiu para a construção de competências geográficas nos alunos e para o fortalecimento da identidade profissional do professor em formação. Para tal, foram delineados objetivos específicos que visam compreender a relevância das pescas no contexto territorial português; planejar e implementar uma sequência de ensino coerente com os referenciais curriculares; desenvolver nos alunos capacidades de análise e interpretação de dados geográficos; fomentar a comunicação e o pensamento crítico; e refletir criticamente sobre as práticas realizadas, identificando limitações e potencialidades.

A prática pedagógico-didática foi orientada por questões que ajudaram a estruturar o percurso realizado: de que modo a abordagem desta temática contribuiu para o desenvolvimento de competências nos alunos? Que estratégias de ensino foram mais eficazes? Como evoluíram o interesse, a motivação e o envolvimento da turma ao longo da sequência? E, finalmente, de que forma a experiência permitiu ao futuro professor compreender melhor o seu papel, os seus desafios e as suas possibilidades de intervenção?

Estas questões revelaram-se fundamentais para orientar as escolhas metodológicas, interpretar as evidências recolhidas e, sobretudo, sustentar a reflexão crítica apresentada nos capítulos finais.

Metodologicamente, desenvolveu-se uma investigação-ação, característica dos processos de formação inicial de professores. O percurso realizado envolveu a observação direta de aulas da professora cooperante, o planeamento rigoroso de uma sequência didática, a implementação de atividades diversificadas ao longo de nove aulas, a recolha de dados através de questionários, grelhas de observação, produções dos alunos e momentos de avaliação formativa e sumativa, e, finalmente, a análise e reflexão sobre os resultados obtidos. Esta abordagem permitiu ajustar estratégias em função das necessidades da turma, compreender melhor os processos de aprendizagem dos alunos e tomar decisões fundamentadas sobre a prática.

A estrutura deste relatório reflete esta lógica interna de articulação entre teoria e prática. O Capítulo I apresenta o enquadramento científico sobre o setor das pescas em Portugal, abordando aspetos históricos, económicos, sociais e ambientais, à luz de dados atualizados e literatura especializada. Este enquadramento permitiu compreender a complexidade do tema e fundamentar a seleção dos conteúdos trabalhados com os alunos. O Capítulo II expõe o enquadramento pedagógico-didático que sustentou a prática letiva, mobilizando autores de referência na didática da Geografia e na teoria da aprendizagem, e explicitando as opções metodológicas tomadas. O Capítulo III descreve o contexto territorial e escolar, caracteriza a turma e apresenta de forma detalhada a sequência didática aplicada, incluindo momentos de reflexão sobre cada aula lecionada. Por fim, o Capítulo IV analisa as aprendizagens observadas, avalia o impacto das estratégias adotadas e apresenta uma reflexão final sobre o percurso formativo realizado.

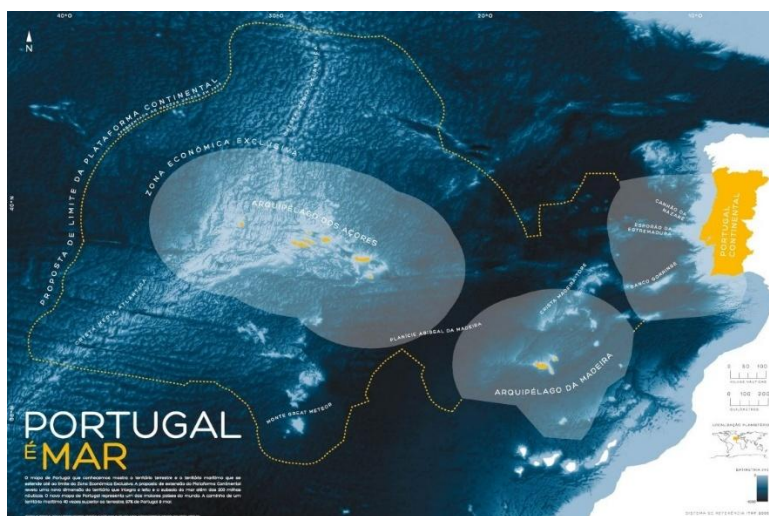
O ensino da Geografia assume, na realidade, um papel central enquanto disciplina promotora de pensamento crítico, de leitura do território e de formação de cidadãos capazes de compreender e agir sobre os desafios do mundo contemporâneo. O caminho percorrido ao longo deste estágio pedagógico reforça a convicção de que ensinar é um ato profundamente humano, exigente e transformador, e que a reflexão contínua é a chave para uma prática profissional consciente e comprometida.

Capítulo I – Enquadramento científico

1.1– As pescas: tradição, desafio estratégico e sustentabilidade

O setor das pescas em Portugal constitui uma das atividades mais emblemáticas da identidade nacional, estando profundamente enraizado na cultura, na economia e no imaginário coletivo do povo português. Desde os primórdios da expansão marítima até à contemporaneidade, a pesca assumiu papéis distintos, mas sempre relevantes, não só na alimentação da população, como também no desenvolvimento económico e na projeção internacional do país. A posição geográfica de Portugal, com uma extensa costa atlântica que se estende por cerca de 2 500 km, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, confere-lhe condições únicas de acesso a recursos pesqueiros diversificados e abundantes (Rodrigues, 2021).

Figura 1 - Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal



Fonte: *Público* (2014). Extraído

de: <https://www.publico.pt/2014/04/02/ciencia/noticia/mapa-que-mostra-que-97-de-portugal-e-mar-chega-as-escolas-1630635#&gid=1&pid=1>

O objetivo desta secção é proceder a um enquadramento científico e temático do setor das pescas em Portugal, articulando dimensões históricas, geográficas, económicas e sociais, com base em dados atualizados, nomeadamente nas Estatísticas da Pesca 2024 publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2025), bem como em contributos académicos e normativos de diversos autores. Pretende-se, assim, compreender a importância das

pescas no contexto nacional e europeu, identificando os seus principais desafios e oportunidades numa perspetiva de sustentabilidade.

1.2 – A tradição marítima portuguesa

Portugal é, desde os Descobrimentos, um país marcado pela sua vocação marítima. A ligação secular ao oceano moldou a cultura, a economia e até a identidade nacional, levando autores como Silva (2012, p. 45) a defender que “a geografia moldou o passado, condiciona o presente e certamente influenciará o futuro do nosso país”. A pesca, juntamente com a navegação e a exploração de novas rotas, foi uma das atividades que sustentaram a expansão ultramarina, garantindo o abastecimento alimentar e permitindo a criação de importantes redes de comércio internacional.

Durante séculos, o pescado constituiu um dos pilares da dieta mediterrânica em Portugal, sobretudo em períodos de escassez de outros alimentos. Espécies como a sardinha, o carapau e o bacalhau foram fundamentais na alimentação popular, com este último a assumir uma importância cultural ímpar, ao ponto de ser conhecido como o “fiel amigo”. A história da pesca do bacalhau, realizada sobretudo em mares distantes como a Terra Nova e a Gronelândia, reflete a resiliência e o esforço de gerações de pescadores portugueses (Cordeiro, 2001).

1.3 – A linha de costa e a geografia das pescas

A morfologia costeira portuguesa apresenta uma diversidade notável, que se traduz em diferentes oportunidades para a prática da pesca. Segundo Dias (2005), as costas portuguesas variam entre extensas praias arenosas, arribas baixas ou escarpadas e “zonas” rochosas, cada uma oferecendo condições específicas para a fixação de comunidades piscatórias e o desenvolvimento de diferentes tipos de artes de pesca.

Com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente 1,7 milhões de km², Portugal detém a terceira maior da União Europeia e a 11.^a a nível mundial (Madureira, 2017). Este vasto espaço marítimo oferece um potencial imenso de exploração de recursos marinhos, incluindo não apenas o pescado, mas também outros recursos ligados à biotecnologia, à energia e à economia azul.

Contudo, a abundância de pescado não é homogénea. As plataformas continentais da Madeira e dos Açores são muito estreitas, o que limita as capturas locais, ao contrário do território continental, onde a combinação entre a plataforma continental, as correntes

marítimas e o fenómeno de *upwelling* cria condições extremamente favoráveis à presença de recursos piscatórios (Garrido, 2018). O *upwelling*, caracterizado pela ascensão de águas profundas ricas em nutrientes devido à ação dos ventos, é particularmente relevante no verão ao longo da costa ocidental portuguesa, potenciando a produtividade biológica e a abundância de espécies marinhas (Soares, 2010).

1.4 – Comunidades piscatórias e identidade cultural

As comunidades piscatórias portuguesas desenvolveram-se em torno dos portos e áreas de maior abundância de recursos. Locais como Matosinhos, Peniche, Sesimbra e Olhão são exemplos de vilas e cidades onde a pesca se integrou na vida quotidiana, influenciando tradições, festividades e práticas culturais. Estas comunidades mantêm um forte sentido de identidade coletiva, apesar das dificuldades económicas e da crescente urbanização.

No entanto, como sublinha Symes et al. (2018), as comunidades piscatórias europeias enfrentam desafios de natureza socioeconómica, incluindo o envelhecimento da população ativa e a falta de oportunidades alternativas de emprego. Em Portugal, a realidade é semelhante: os jovens tendem a afastar-se da atividade pesqueira, preferindo setores menos exigentes e mais valorizados socialmente.

1.5 - Importância económica e social do setor

O setor das pescas, apesar da sua relevância cultural e histórica, representa atualmente uma pequena fração da economia nacional. De acordo com os dados do INE (2025), o ramo da pesca e aquicultura contribuiu com apenas 0,23% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, em 2022, mantendo-se estável em relação ao ano anterior.

Este valor, relativamente reduzido, contrasta com a sua importância no passado, mas deve ser analisado no contexto da economia global portuguesa, altamente terciarizada. Tal como sublinha Pitta e Cunha (2011), a pesca não deve ser apenas avaliada pelo peso no PIB, mas também pela sua função estratégica no abastecimento alimentar, na segurança alimentar nacional e na manutenção da coesão social em comunidades costeiras.

Em termos de emprego, o setor das pescas tem vindo a sofrer um decréscimo acentuado nas últimas décadas. Em 1982, Portugal chegou a ter cerca de 48 000 pescadores matriculados, enquanto em 2022 o seu número não ultrapassava os 14 000 (INE, 2023). Os dados mais recentes indicam que, em 2024, estavam registados apenas 1 662

pescadores apeados e apanhadores licenciados, o que representa uma diminuição de 7,6% em relação a 2023.

A estrutura etária dos pescadores revela um envelhecimento preocupante: mais de metade tem entre 35 e 54 anos e apenas uma minoria corresponde a jovens com menos de 35 anos (INE, 2022). Este envelhecimento compromete a renovação geracional e coloca em risco a continuidade da atividade a médio e longo prazo.

Apesar destas dificuldades, tem-se verificado um esforço de qualificação profissional. O FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar realizou, em 2024, um total de 730 ações de formação, envolvendo 9 883 formandos, o que representa um aumento de 16,2% face ao ano anterior (INE, 2025). Estes números revelam uma procura crescente por formação especializada, essencial para garantir a segurança, a modernização tecnológica e a sustentabilidade da atividade.

Os cursos abrangeram desde a segurança marítima à utilização de novas tecnologias e à gestão sustentável das capturas, revelando um setor em transformação, que procura adaptar-se às exigências europeias e globais.

1.6 – Importância social e territorial do setor

O peso das pescas não pode ser medido apenas em indicadores económicos. As comunidades piscatórias desempenham um papel fundamental na coesão social, na preservação de tradições culturais e na manutenção da ocupação humana em áreas costeiras muitas vezes periféricas. Como sublinha Estrela (1990), a escola e a comunidade local são espaços privilegiados para desenvolver consciência crítica sobre o território e isso é especialmente relevante em regiões onde a pesca ainda constitui um modo de vida central.

Além disso, a ligação entre pescas e turismo gastronómico cria novas oportunidades de dinamização local. A valorização de produtos endógenos, como a sardinha assada em Lisboa, o polvo da Costa Vicentina ou o atum dos Açores, contribui não só para a preservação de tradições mas, também, para a atração de fluxos turísticos e para o reforço da marca “Portugal” como destino ligado ao mar.

1.7 – A frota pesqueira nacional e os tipos de pesca

A frota de pesca portuguesa constitui um dos indicadores mais reveladores da evolução do setor, refletindo tanto a sua capacidade de captura como a transformação estrutural

resultante da modernização tecnológica, das políticas europeias e das dinâmicas socioeconómicas internas.

Segundo os dados mais recentes do INE (2025), em 31 de dezembro de 2024 estavam registadas 6 811 embarcações na frota de pesca nacional, com uma arqueação bruta total de 84 045 GT e uma potência propulsora de 341 944 kW. Em comparação com 2023, verificou-se um decréscimo ligeiro: -0,7% no número de embarcações, -0,9% na arqueação bruta e -0,2% na potência.

A frota licenciada (com autorização para operar com artes específicas) totalizou 3 614 embarcações, representando 53,1% do número total, mas concentrando 87,7% da arqueação bruta e 81,9% da potência propulsora. Esta diferença mostra que, embora muitas embarcações estejam registadas, uma parte significativa não se encontra em atividade regular.

A análise regional revela que o Algarve detém o maior número de embarcações (21,7%), seguido das regiões Norte e Centro. No entanto, em termos de capacidade, o Centro destaca-se com 36,3% da arqueação bruta total, devido ao maior número de embarcações de pesca do largo registadas nesta região.

A frota é dominada por pequenas embarcações: 82,7% apresentam arqueação inferior a 5 GT, contribuindo apenas com 8,9% da capacidade total. Em contrapartida, as embarcações de grande porte (>100 GT) representam apenas 2,4% do total, mas concentram 65,6% da arqueação bruta.

Esta estrutura evidencia o predomínio da pesca artesanal e costeira, que continua a ser a base da atividade piscatória em Portugal. No entanto, é também um reflexo das limitações do setor: frotas pequenas têm menor capacidade de conservação e processamento a bordo, o que reduz a competitividade no mercado internacional.

Em Portugal coexistem três grandes modalidades de pesca (Medeiros, 2005; Rodrigues, 2021):

- **Pesca local:** realizada a curta distância da costa, com embarcações de pequeno porte. É geralmente artesanal, com artes fixas (anzol, armadilhas, redes de emalhar) e voltada para espécies de elevado valor económico como o polvo e alguns bivalves.
- **Pesca costeira:** realizada até às 200 milhas da ZEE, com embarcações médias e maior capacidade de conservação. Abrange espécies como sardinha, cavala e carapau.

- **Pesca do largo (ou longínqua):** realizada em águas internacionais ou de ZEE estrangeiras, com grandes embarcações equipadas com tecnologias de deteção de cardumes e refrigeração. Embora em número reduzido, é a modalidade mais intensiva.

Ainda segundo o INE (2025), em 2024 a frota licenciada incluía 90,9% de embarcações autorizadas para anzol, 64,6% para redes, 45,9% para armadilhas, 18,1% para arrasto e apenas 8,1% para cerco. A polivalência é uma característica central: muitas embarcações estão licenciadas para várias artes, permitindo adaptação às condições sazonais.

De novo segundo o INE (2025), a frota nacional registou, em 2024, cerca de 165 mil toneladas de capturas. Este valor representa uma ligeira quebra face ao ano anterior, estimada em pouco mais de 3%.

Esta redução foi causada sobretudo pela quebra nas capturas em águas nacionais (-7,7%), já que as capturas em pesqueiros externos aumentaram 15,5%, atingindo 38 024 toneladas.

Do total capturado, 122 039 toneladas corresponderam a pescado fresco ou refrigerado transacionado em lota, no valor de 337,7 milhões de euros, valores que representam quebras de -7% em volume e -0,6% em valor relativamente a 2023.

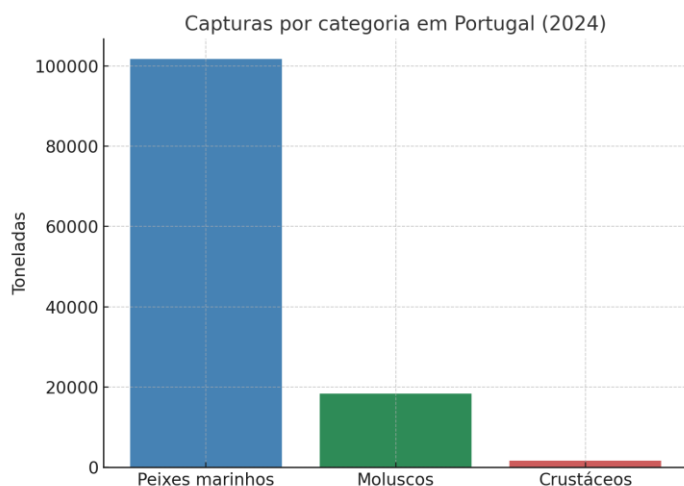
Os peixes marinhos (figura 2) continuam a dominar as capturas, representando 101 697 toneladas em 2024 (menos 8,5% do que no ano anterior). As espécies mais relevantes foram:

- Sardinha (31 922 toneladas): aumento de 27,2% face a 2023, confirmando sinais de recuperação dos stocks.
- Cavala (18 305 toneladas): decréscimo acentuado de -43,2%, com impacto significativo no volume total.
- Carapau (14 228 toneladas): redução de -10,8%.
- Atuns (8 139 toneladas): quebra de -12,5%.
- Biqueirão (5 882 toneladas): crescimento expressivo de +28,8%.

Nos moluscos, as capturas atingiram 18 305 toneladas (+3,1%), destacando-se aumentos no berbigão (+72,9%), amêijoas (+6,1%) e potas (+59,6%). Contudo, houve quebras em espécies de alto valor como polvo (-20,6%), choco (-8,9%) e lulas (-29,9%).

Nos crustáceos, as capturas caíram para 1 632 toneladas (-12,0%), sobretudo devido às gambas (-30,9%) e santola (-10,4%).

Figura 2 – Capturas por categoria em Portugal (2024)



Fonte: INE (2025), Estatísticas da Pesca – 2024. *Gráfico elaborado pelo autor*

Em 2024, a pesca do cerco manteve-se como a mais representativa, responsável por 51,7% do volume total de capturas. Seguiu-se a pesca polivalente (38,3%) e o arrasto (9,9%).

Regionalmente, a Península de Setúbal liderou em quantidade (22,6% das capturas), seguida pelo Norte (19,1%) e pelo Oeste e Vale do Tejo (15,1%). Em termos de valor económico, porém, o Algarve destacou-se (19,6%), seguido do Oeste e Vale do Tejo (16,1%).

1.8 – Aquicultura e salicultura

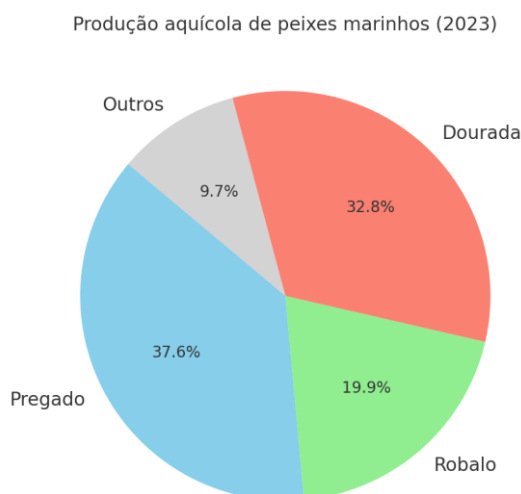
Face à estagnação das capturas selvagens, a aquicultura tem vindo a afirmar-se como uma alternativa estratégica. Em 2023, a produção aquícola totalizou 20 872 toneladas, um aumento de 10,9% em relação a 2022. As vendas geraram 205,9 milhões de euros, correspondendo a +28,9% face ao ano anterior.

A produção é dominada pelas águas de transição e marinhas (98,5%), com destaque para regimes extensivos (58,5%), sobretudo de moluscos. A produção em águas interiores representa apenas 1,5% do total, centrada na truta arco-íris (308 toneladas).

Nos peixes marinhos, (Figura 3) a produção atingiu 8 542 toneladas (+3,5%), com destaque para o pregado (3 209 t, +4,4%) e o robalo (1 703 t, +15%). A dourada, tradicionalmente uma das espécies mais importantes, registou uma quebra de -16,5%, situando-se nas 2 798 toneladas (Figura 4).

Nos moluscos, a produção foi de 11 952 toneladas (+17,7%). As amêijoas (5 820 t, +33,9%), os mexilhões (3 274 t, +2,7%) e as ostras (2 738 t, +11,1%) foram as espécies mais relevantes.

Figura 3 – Produção aquícola de peixe marinhos (2023)



Fonte: INE (2025), Estatísticas da Pesca – 2024. *Gráfico elaborado pelo autor*

Em 2024, o número de salinas com produção ativa no continente aumentou para 58, ocupando uma área total de 1 280 hectares. A produção de sal marinho foi de 134,6 mil toneladas, praticamente igual à de 2023 (+0,2%). A maioria corresponde a “outro sal marinho” (82%), seguindo-se o sal marinho tradicional (17,9%) e a flor de sal (0,2%).

1.9 – A indústria transformadora e comércio internacional

A indústria transformadora da pesca e aquicultura em Portugal integra três grandes subsectores: congelados, secos/salgados e preparações/conservas. Em 2023, a produção total foi de 263 mil toneladas, menos 7,9% do que em 2022. Apesar disso, o setor faturou 1 709 milhões de euros, um aumento de 6,7%.

Os produtos congelados lideraram, com 135,6 mil toneladas (51,6% do total), sobretudo de bacalhau, sardinha e invertebrados aquáticos. Os produtos secos/salgados diminuíram 24,3%, enquanto as conservas registaram 67,7 mil toneladas (-16,6%).

O bacalhau salgado seco continua a ser o produto mais relevante, embora tenha registado uma quebra de produção (-12,7%). Já as conservas de atum e sardinha consolidam o setor das preparações, reforçando a imagem de Portugal como produtor de conservas de qualidade.

Em 2024, as exportações de produtos da pesca atingiram 1 455 milhões de euros (+6,2%), enquanto as importações cresceram 5,9%, para 2 728 milhões de euros, agravando o défice da balança comercial para 1 273 milhões de euros.

As preparações e conservas de peixe foram o grupo mais exportado (24,5% do total), seguidas dos peixes congelados (19,7%) e dos moluscos (16,1%). Espanha foi o principal destino (54,7%), seguida de França (10,1%) e Itália (8,8%).

Nas importações, os principais grupos foram os peixes secos/salgados/fumados (19,8%), os peixes frescos (17,3%) e os peixes congelados (16,9%). Os principais fornecedores foram Espanha, Países Baixos e Suécia.

1.10 – A Política Comum das Pescas (PCP)

A Política Comum das Pescas (PCP) constitui o principal enquadramento regulamentar da atividade pesqueira nos Estados-Membros da União Europeia (UE). Criada em 1983 e revista em várias ocasiões, a PCP visa assegurar a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, garantir a viabilidade económica do setor e promover a coesão social das comunidades piscatórias (Cardwell, 2012).

Portugal, que aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, passou desde então a estar sujeito às regras da PCP. Tal como referem Medeiros (2005) e Cordeiro (2001), a entrada no espaço comunitário trouxe tanto oportunidades de financiamento como restrições severas, nomeadamente a necessidade de reduzir a frota, cumprir quotas e adotar padrões de segurança e higiene mais exigentes.

O regime de Total Admissível de Capturas (TAC) e quotas é um dos instrumentos centrais da PCP. As quotas nacionais são definidas anualmente, com base em pareceres científicos do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES).

Segundo o INE (2025), as quotas portuguesas aumentaram cerca de 9% em 2024, totalizando 218 mil toneladas. As espécies com maiores incrementos foram o biqueirão, a tintureira e o bacalhau do pesqueiro da NAFO 3M.

No entanto, a taxa de utilização das quotas foi de apenas 25,7%, inferior em 3,6 p.p. ao ano anterior, refletindo dificuldades da frota em explorar integralmente as possibilidades

atribuídas. As razões incluem limitações logísticas, envelhecimento da frota, custos operacionais elevados e preferências do mercado (INE, 2025).

Outro instrumento relevante da PCP é o financiamento comunitário. Entre 2014 e 2020, Portugal beneficiou do Programa Operacional Mar 2020, apoiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Este programa aprovou mais de 10 000 projetos, com uma taxa de execução de 103% da dotação (INE, 2025).

Atualmente, está em vigor o Programa Mar 2030, financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), com uma dotação de 539,9 milhões de euros. Este programa privilegia a modernização da frota, a eficiência energética, a redução das emissões, a inovação tecnológica e a promoção da economia azul sustentável (INE, 2025).

A PCP tem sido alvo de críticas por parte de vários investigadores e organizações. Pauly et al. (2005) destacam a rigidez do sistema de quotas e a sua dificuldade em atender às especificidades regionais. Froese et al. (2012) sublinham que, apesar de contribuir para a recuperação de algumas populações, a PCP continua a privilegiar interesses económicos de curto prazo.

No caso português, as comunidades piscatórias consideram que a PCP limitou o potencial de crescimento, ao impor reduções da frota e restringir capturas, sem atender às necessidades de pequenas comunidades dependentes da pesca artesanal (García-Allut, 2013).

1.11 – Sustentabilidade e desafios futuros

A sobrepesca constitui um dos maiores riscos para a sustentabilidade do setor. Estudos internacionais alertam para a redução significativa dos stocks pesqueiros a nível global (Pauly et al., 2005). Em Portugal, espécies como a sardinha sofreram períodos de forte pressão, levando à imposição de limites rigorosos de captura entre 2015 e 2018.

A atividade de arrasto, embora pouco representativa em número de embarcações, continua a gerar impactos ambientais severos, degradando habitats bentónicos e comprometendo a biodiversidade (Kaiser et al., 2006).

As alterações climáticas são outro fator crítico. Cheung et al. (2009) demonstram que o aumento da temperatura da água altera a distribuição geográfica das espécies, deslocando cardumes para norte e modificando padrões migratórios. No contexto português, prevê-se que espécies tradicionais percam importância relativa, enquanto outras, de águas mais quentes, poderão ganhar espaço.

Além disso, fenómenos extremos, como tempestades e subida do nível médio do mar, afetam infraestruturas portuárias e comunidades costeiras, aumentando a vulnerabilidade socioeconómica destas populações.

A aquicultura surge como alternativa promissora, mas levanta desafios próprios. Troell et al. (2014) alertam para o risco de transmissão de doenças, consumo intensivo de recursos e conflitos pelo uso do espaço costeiro.

Em Portugal, o crescimento da aquicultura (+10,9% em 2023) demonstra o potencial de expansão, mas exige planeamento cuidadoso, diversificação de espécies e certificação de boas práticas ambientais (INE, 2025).

As comunidades piscatórias portuguesas enfrentam um forte processo de envelhecimento. A dificuldade de atrair jovens deve-se às condições duras do trabalho, baixos rendimentos e insegurança profissional. Em 2024, a sinistralidade no setor foi elevada: 608 feridos e 8 vítimas mortais em acidentes de trabalho (INE, 2025).

A renovação geracional passa pela valorização social da profissão, pelo investimento em formação (FOR-MAR) e pela criação de incentivos que tornem a pesca mais atrativa, incluindo a inovação tecnológica e a ligação a cadeias de valor diferenciadas.

A sustentabilidade do setor das pescas em Portugal depende de várias linhas de ação:

- Gestão adaptativa dos recursos, com base em ciência atualizada;
- Inovação tecnológica (monitorização por satélite, sensores ambientais, digitalização);
- Diversificação económica nas comunidades costeiras (turismo, transformação, gastronomia);
- Educação e sensibilização ambiental, em particular através da disciplina de Geografia (Claudino, 2018);
- Certificação ambiental e valorização de produtos sustentáveis (ex.: Marine Stewardship Council).

1.12 - Síntese conclusiva

O setor das pescas em Portugal representa um domínio de contrastes. Historicamente ligado à identidade nacional e à economia do mar, o setor enfrenta hoje fragilidades estruturais: diminuição da frota, redução do número de pescadores, envelhecimento da população ativa, sobrepesca e pressões ambientais.

Contudo, existem também oportunidades relevantes: a valorização da sardinha e de outras espécies tradicionais, o crescimento da aquicultura, o dinamismo da indústria conserveira, a procura internacional por produtos de qualidade e o apoio de fundos comunitários.

A sustentabilidade exige uma articulação entre ciência, políticas públicas, inovação tecnológica e valorização sociocultural das comunidades piscatórias. A Geografia, enquanto disciplina crítica e reflexiva, pode desempenhar um papel importante ao sensibilizar os jovens para os desafios e oportunidades do setor, promovendo uma visão integrada entre economia, sociedade e ambiente.

O futuro das pescas em Portugal dependerá da capacidade coletiva de equilibrar exploração económica e preservação dos ecossistemas marinhos, garantindo que este recurso milenar continue a ser fonte de riqueza, cultura e identidade para as gerações futuras.

Capítulo II – Enquadramento Pedagógico- Didático da Experiência de Ensino e Aprendizagem

2.1 A importância da Geografia escolar

A Geografia é uma disciplina que se distingue pelo pensamento espacial, isto é, pela capacidade de relacionar fenómenos sociais, económicos e ambientais numa perspetiva multiescalar (República Portuguesa, 2018). A educação geográfica assume também uma relevância crescente pela abordagem que promove da inter-relação entre os fenómenos físicos e humanos (UGI, 1992; IGU, 2016), em tempos de emergência ambiental. Através da leitura do território, tanto numa perspetiva mais espacial como ambiental, os alunos desenvolvem competências que lhes permitem interpretar os desafios socioambientais do mundo em que vivem e participar ativamente na sua transformação. Segundo Mérenne-Schoumaker (1999), a Geografia possibilita a transferência de aprendizagens para outros domínios, desenvolvendo a capacidade de análise crítica e a resolução de problemas. A sua utilidade manifesta-se na vida quotidiana, na medida em que promove a utilização de técnicas e ferramentas de representação e interpretação da realidade espacial.

Apelando também a exemplos nacionais, projetos como o 'Nós Propomos!' (Claudino,

2018) comprovam a relevância da disciplina, demonstrando que é possível mobilizar jovens para os desafios socioambientais locais e fomentar uma cidadania territorial ativa e crítica, na medida em que promove um olhar atento e interventivo sobre a comunidade.

2.2 - Abordagens pedagógico-didáticas

O ensino da Geografia pode ser enquadrado em diferentes perspetivas pedagógicas:

- a abordagem tradicional, centrada no professor, valoriza a transmissão de conteúdos de forma expositiva (Carvalho & Diogo, 1994):

- a abordagem comportamentalista enfatiza a “pedagogia por objetivos”, privilegiando a eficácia e a medição de resultados (Carvalho & Diogo, 1994);

- a abordagem humanista coloca o aluno no centro do processo educativo, cabendo ao professor o papel de facilitador (Carvalho & Diogo, 1994).

- a abordagem cognitivista privilegia a aprendizagem significativa, baseada na valorização dos conhecimentos prévios dos alunos (Ausubel, citado em Arends, 2015).

- a abordagem sociocrítica fomenta a responsabilidade social e a intervenção cidadã (Carvalho & Diogo, 1994).

O ensino praticado durante a experiência supervisionada integrou elementos destas abordagens, privilegiando, sobretudo, a aprendizagem significativa (Ausubel), a descoberta orientada (Bruner) e, naturalmente ainda, a reflexão crítica sobre os conteúdos e o feedback dos alunos.

2.3 - O papel do professor

O professor é um mediador entre o conhecimento científico e a construção do conhecimento pelos alunos. Segundo Estrela (1990), não existe um único modelo de bom professor, mas vários estilos que resultam da interação entre as características pessoais e o contexto escolar. Day (2004) sublinha que todos os professores eficazes partilham a paixão pela disciplina, pelos alunos e pela convicção de que o ensino pode fazer a diferença.

Nóvoa (2009) acrescenta disposições fundamentais, como o tato pedagógico, a cultura

profissional, o trabalho em equipa e o compromisso social. Estas dimensões estiveram presentes no processo de ensino desenvolvido, procurando sempre equilibrar a transmissão de conteúdos com a promoção de competências críticas e de cidadania.

2.4 - Competências e Aprendizagens Essenciais

As Aprendizagens Essenciais (AE's) de Geografia (República Portuguesa, 2018) foram agrupadas em três grandes áreas de competências: localizar e compreender os lugares e regiões; problematizar as inter-relações espaciais e comunicar e participar. Estas Aprendizagens articulam-se com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017a), que enfatiza competências como a resolução de problemas, a comunicação, a cooperação, a literacia científica e a cidadania. Durante a prática supervisionada, procurou-se concretizar estas competências através de metodologias ativas: debates sobre pesca artesanal versus industrial, interpretação de gráficos sobre capturas, análise crítica de notícias e atividades de simulação, em que os alunos assumiam papéis de decisão sobre a gestão do litoral e dos recursos marítimos. Estas atividades demonstraram como a Geografia escolar pode sensibilizar os estudantes para a sustentabilidade do setor das pescas, articulando saber científico, cidadania ambiental e participação ativa.

2.5 - Síntese conclusiva

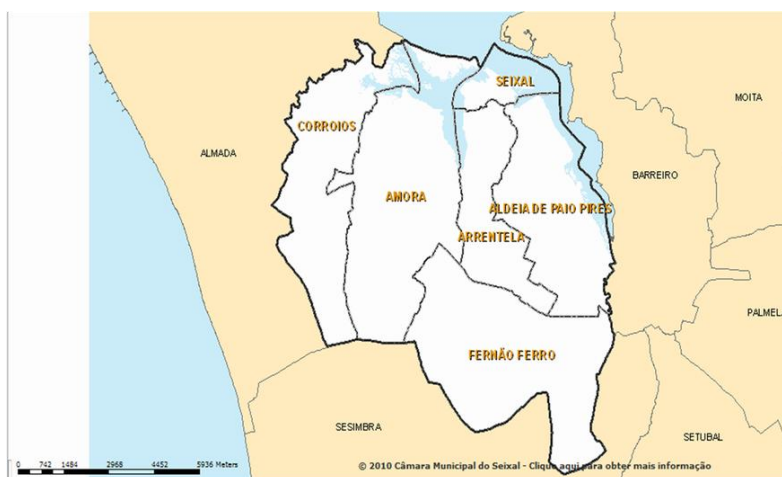
A Geografia é uma disciplina privilegiada para promover a compreensão crítica do território e das interações entre sociedade e natureza. Através da prática pedagógico-didática desenvolvida, foi possível mobilizar diferentes abordagens didáticas e integrar os referenciais das AE's e do Perfil dos Alunos. O ensino da temática dos recursos marítimos permitiu evidenciar a importância da sustentabilidade, ligando o conhecimento científico ao quotidiano dos alunos e reforçando a relevância da cidadania ativa. Este capítulo sublinha, assim, que ensinar Geografia é ensinar a pensar o espaço e a agir sobre ele de forma responsável e sustentável.

Capítulo III - Iniciação à Prática Profissional

3.1 - Contexto Territorial, Demográfico e Escolar

A freguesia da Amora (Figura 4), localizada no concelho do Seixal e integrada na Área Metropolitana de Lisboa, apresenta uma área de 27,31 km² e uma população de 49 345 habitantes (INE, Censos 2021). Isto traduz-se numa densidade populacional de cerca de 1 807 hab./km², valor bastante superior à média nacional, refletindo o seu carácter urbano e suburbano.

Figura 4- Concelho do Seixal



Fonte: Seixal.weebly.com (s.d.). *Localização – Concelho do Seixal*. Recuperado em 25 de setembro de 2025, de <https://seixal.weebly.com/localizaccedilatildeo.html>

De acordo com o diagnóstico social do concelho (Câmara Municipal do Seixal, 2013), a Amora possuía uma das mais elevadas taxas de desemprego do município (15,8% em 2011), acima da média concelhia, bem como uma elevada proporção de trabalhadores não qualificados. Estes fatores condicionam a realidade socioeconómica da freguesia e têm impacto direto no desempenho escolar e nas oportunidades dos jovens.

Por outro lado, segundo a PORDATA (2023), o concelho do Seixal apresenta uma população relativamente jovem, com 16,2% abaixo dos 15 anos, e também um crescimento expressivo de população imigrante, sobretudo proveniente dos PALOP e do

Brasil. Estes dados encontram eco na caracterização da comunidade escolar, onde a diversidade cultural e social se reflete de forma evidente.

Outro elemento relevante é a diminuição de famílias numerosas: entre 1991 e 2011, o número de agregados com cinco ou mais elementos decresceu 34,8% em Amora (Câmara Municipal do Seixal, 2013). Esta transformação traduz tendências de nuclearização da família e alteração dos padrões de habitação.

Estes indicadores revelam uma realidade marcada por desafios sociais: desemprego elevado, vulnerabilidade socioeconómica e diversidade cultural. A escola, enquanto instituição pública, assume assim um papel essencial na promoção da inclusão, da equidade e da mobilidade social, devendo compensar fragilidades de base e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e comunitário.

3.2 – O projeto didático

A Escola Secundária com 3.º Ciclo da Amora (ESA) insere-se neste território e assume-se como um polo central de educação e cidadania. O seu projeto educativo para 2022-2025 assenta em três valores fundamentais: Conhecimento, Cidadania e Inclusão (ESA, 2022).

A escola oferece ensino regular (3.º ciclo e ensino secundário), cursos profissionais, cursos de educação e formação, ensino recorrente e cursos EFA. Além disso, promove projetos de grande impacto comunitário, como o Centro Qualifica, destinado à formação e certificação de adultos, e atividades extracurriculares ligadas à ciência, cidadania e cultura.

A Escola Secundária com 3º Ciclo da Amora (ESA) situa-se na Rua Mário Sacramento, na cidade da Amora, na referida freguesia da Amora, concelho do Seixal, distrito de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa (AML). A ESA teve a sua génese como delegação do então Liceu Nacional de Almada, nas instalações provisórias da antiga Escola Preparatória Paulo da Gama, contíguas à Escola Industrial e Comercial do Seixal, atual Escola Secundária José Afonso e adquiriu a sua autonomia em dezembro de 1974 (pós 25 de abril).

A construção da escola no espaço em que atualmente se encontra, foi adjudicada antes do 25 de Abril de 1974 pelo então ministro Veiga Simão, tendo os custos sido suportados pelo Banco Mundial. O seu objetivo era a formação profissional nas áreas da Química e da Biologia, com a finalidade de servir de suporte às indústrias então existentes

na região. A inauguração e ocupação das instalações aconteceu em abril de 1980. Após quase trinta anos de uso intensivo, aquelas conheceram natural desgaste, pelo que a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Amora veio a merecer integração no Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário e a iniciar um ciclo de profundas obras de remodelação, entre maio de 2009 e novembro de 2010.

A oferta educativa e formativa da ESA abrange diversas modalidades de ensino diurno, ensino noturno e processo de RVCC, diurno e noturno.

No ensino diurno a ESA oferece no ensino regular:

- O 3.º Ciclo do Ensino Básico;

- Os cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

De cariz mais profissional, a ESA, tentando responder às necessidades da comunidade e do tecido empresarial, inclui na sua oferta formativa:

- O Curso de Educação e Formação (CEF tipo 3) na modalidade de Técnico de Distribuição; por decisão ministerial, os CEF tipo 2 foram substituídos pelo ensino Vocacional de nível básico, tendo a ESA oferecido os Cursos de Apoio Comunitário (ano único) e Práticas Comerciais (bienal) entre 2014-15 e 2016-17.

- O Ensino Vocacional de ensino secundário (Curso de Práticas Comerciais), mas apenas para os alunos em continuidade, dado que este curso será extinto;

- os Cursos Profissionais (de dupla certificação de nível 4): Técnico Auxiliar de Saúde (TAS – a partir de 2015), Técnico Comercial (TC – a partir de 2015), Técnico de Comércio (TC), Técnico de Apoio à Infância (TAI), Técnico de Turismo (TT), Técnico de Eletrónica, Técnico de Automação e Computadores (TEAC), Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (TGPSI) e Técnico de Gestão (TG).

- Os cursos científico-humanísticos na modalidade de ensino recorrente para quem tem o 9.º ano de escolaridade ou interrompeu os estudos durante o ensino secundário e pretende seguir a via de estudos superiores;

- Os cursos EFA de nível básico e secundário – para quem não pretende prosseguir estudos a nível superior, mas precisa de qualificações escolares/profissionais para poder entrar ou melhorar o seu enquadramento no mercado de trabalho;

- Português para Falantes de Outras Línguas – destinado aos imigrantes residentes na região, como meio de acesso à comunicação, interação, compreensão, mas também à cidadania, ao mercado de trabalho, ao conhecimento dos direitos e deveres, entre outros

aspetos relevantes. No âmbito do Projeto Qualifica, a Escola Secundária de Amora é a entidade promotora do Centro Qualifica - CQ Amora.

Cerca de 13,3% da população do concelho do Seixal é imigrante ou descendente de imigrantes maioritariamente dos PALOP, seguida dos imigrantes dos Países da Europa Central e Ocidental e do Brasil. Segundo dados estatísticos do SEF, estão registados 11.034 imigrantes residentes no Seixal, sendo que este número não reflete os que ainda não se conseguiram regularizar, verificando-se uma maior representatividade dos cabo-verdianos seguidos dos brasileiros, santomenses e angolanos.

A dificuldade de acesso ao emprego regular e a uma habitação condigna são, das dimensões da integração, aquelas de maior importância por delas dependerem a sustentabilidade da sua vida e das suas famílias. Relativamente à freguesia da Amora, não se tendo conseguido dados estatísticos concretos, a realidade é semelhante. Tanto o Projeto Educativo da escola, tanto as ações do Plano Anual de Atividades, visam, promover o conhecimento, a cidadania, a inclusão e a integração.

O Projeto Educativo da Escola Secundária de Amora constitui-se como o documento orientador da política e ação educativas da escola, para o triénio 2022-2025, seguindo-se um pequeno resumo das suas bases orientadoras. A elaboração deste documento teve como base a avaliação do Projeto Educativo de 2017-2020 feita por alunos e professores, assim como a análise dos dados escolares dos últimos quatro anos. Além disso, foram considerados os dados obtidos através de consultas aos pais e encarregados de educação, ao pessoal não docente e aos grupos disciplinares, acerca do conteúdo da primeira versão. Esse processo permitiu compreender que os valores essenciais do Projeto Educativo anterior continuam a ser a base da identidade da escola, sendo especialmente relevantes durante o período desafiador da recente pandemia. Os Valores do Conhecimento, da Cidadania e da Inclusão são agora considerados um interligados, onde cada um complementa e enriquece os outros dois. No contexto educacional, nenhum desses valores pode existir isoladamente dos outros dois. Na Educação, o conhecimento sem a prática da cidadania e da inclusão perde a sua base humanista; a cidadania sem conhecimento e sem inclusão perde o seu fundamento e coerência; e a inclusão sem cidadania e sem conhecimento perde a sua sustentação. A reafirmação desses valores, juntamente com a interpretação dos dados recolhidos, levou à definição de Compromissos. A concretização prática desses Compromissos foi traduzida em Metas, incluindo a atribuição de responsabilidades correspondentes. Por

fim, foram identificadas Fontes/Indicadores para permitir a avaliação do grau de cumprimento das Metas definidas e dos Compromissos assumidos.

No que diz respeito aos alunos com Necessidades Especiais de Aprendizagem, ao longo do período analisado, a escola registou um aumento significativo no número de alunos, refletindo os valores e compromissos assumidos pela ESA, com destaque para o valor da Inclusão. Nesse contexto, a oferta educativa e formativa da escola abrange várias modalidades, com especial destaque para as funções do Centro Qualifica (CQ): informar, orientar e encaminhar jovens (que não estejam a estudar nem inseridos no mercado de trabalho) e adultos, com o objetivo de aumentar os níveis de formação, qualificação e certificação. No período em análise, o curso com o maior número de alunos encaminhados para conclusão e certificação no CQ foi o de Educação e Formação de Adultos de nível secundário (EFA), exceto no ano de 2018-2019, seguido de Português Língua de Acolhimento.

A avaliação do Projeto Educativo é um processo regulador e ativador de mecanismos de autorregulação, que visa melhorar o desempenho pedagógico e organizacional. Essa avaliação analisará o impacto das medidas adotadas e o grau de concretização das mesmas, identificando pontos fortes e fracos das diretrizes do Projeto Educativo e fornecendo sugestões para ajustes e/ou novas estratégias. O grau de consecução dos objetivos do Projeto Educativo deve ser avaliado regularmente por meio de uma avaliação interna, que envolverá a análise de relatórios e atas dos coordenadores de departamento e projetos, bem como processos de inquérito diferenciados à comunidade educativa. Além disso, deve-se levar em consideração os resultados da avaliação externa. A qualidade dessa avaliação depende também da periodicidade e do exercício analítico realizado pelos membros da equipa de Autoavaliação, que, além do coordenador, devem incluir elementos desempenhando funções docentes e não docentes, incluindo pais, funcionários e alunos/Associação de Estudantes.

Os principais objetivos do Projeto Educativo da Escola Secundária com 3º Ciclo da Amora são:

- Promover aprendizagens rigorosas dos conhecimentos, desenvolvendo abordagens inter e transdisciplinares. (Vértice do Conhecimento: Domínio Científico, Técnico e Tecnológico);
- Promover o sucesso educativo, adotando as práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos, desenvolvendo uma cultura de exercício crítico e de

cooperação e considerando a flexibilidade curricular. (Vértice do Conhecimento: Domínio Pedagógico);

- Desenvolver metodologias de avaliação centradas, essencialmente, na componente formativa/formadora, realizando a avaliação como um instrumento ao serviço das aprendizagens. (Vértice do Conhecimento: Domínio Avaliativo);

- Realizar a cidadania e a democracia, criando condições para a participação ativa na vida da escola de todos os membros da sua comunidade (alunos, pais e Encarregados de Educação, pessoal docente e não docente). (Vértice da Cidadania – Domínio: Participação);

- Desenvolver espaços motivadores da criatividade, do conhecimento e do exercício prático, considerando-os como espaços educativos de aprendizagens ativas, nomeadamente, nos domínios da cultura, da arte, da ciência, da saúde, do desporto e do ambiente. (Vértice da Cidadania – Domínio: Cultura, Sociedade e Ambiente);

- Desenvolver a abertura da escola ao meio e a participação da escola no meio, nomeadamente, através do incremento de parcerias com diferentes pessoas ou instituições locais, nacionais ou estrangeiras. (Vértice da Cidadania – Domínio: Meio);

- Aprofundar e diferenciar métodos e práticas de aprendizagem numa perspetiva educativa inclusiva, nos domínios pessoal e social. (Vértice da Inclusão – Domínio: Especificidades Pedagógicas);

- Desenvolver o diálogo intercultural entre a comunidade educativa. (Vértice da Inclusão – Domínio: Interculturalidade) ; Fortalecer a participação de Pais e Encarregados de Educação no processo educativo. (Vértice da Inclusão – Domínio: Pais e Encarregados de Educação);

A Escola Secundária da Amora dinamiza uma série de atividades extracurriculares (Anexo III, página 133), de onde se destacam: a ESA Cidadania (Blogue da Escola Secundária de Amora, que funciona como espaço de partilha de iniciativas desenvolvidas pelos alunos, no âmbito das disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e Cidadania e Arte ou de atividades com elas relacionadas); O Plano Nacional das Artes - Projeto Cultural de Escola (que visa o conhecimento do território educativo, do património natural e cultural, material e imaterial, das tradições, artistas e personalidades do concelho do Seixal) e o Clube Ciência Viva na Escola (que pretende acrescentar valor como espaço de conhecimento, de experimentação e de criatividade, numa perspetiva transversal ao ensino básico, secundário e ensino profissional, aberto e dirigido a toda a comunidade

educativa para fomentar o acesso a práticas científicas e tecnológicas inovadoras e promover a educação e a cultura científicas).

Embora não mencionado na informação da escola, é de referir que foi realizada uma sessão, no âmbito do Projeto Nós Propomos, em que se deslocou à escola o Professor Sérgio Claudino, mentor e impulsionador do projeto. Nessa sessão, dinamizada para os alunos, estiveram presentes também vereadores da Câmara Municipal do Seixal e as professoras de Geografia da escola. Posteriormente, a turma participou no projeto.

O grupo de Geografia na Escola Secundária com 3º Ciclo da Amora era coordenado pela professora Fernanda Vieira e integrava todos os docentes de Geografia da escola (ensino regular) e, também, do Ensino Recorrente e do Centro Qualifica. Era composto por nove docentes. Em casos pontuais, dado o carácter interdisciplinar das disciplinas e dos conteúdos abordados, os docentes de TIC, História e Economia reuniam-se com os elementos do grupo de Geografia, com a finalidade de delinear diferentes estratégias de ensino, nomeadamente na preparação de visitas de estudo que possam vir a promover.

O Plano Anual de Atividades (PAA) é um documento estruturante que reúne as atividades que se pretendem desenvolver ao longo de todo o ano escolar, de forma articulada e coerente, sendo considerado um instrumento de. É um instrumento privilegiado que a Escola Secundária de Amora tem à sua disposição para a efetiva concretização do seu Projeto Educativo, visando melhorar, enriquecer e ampliar conhecimentos, estimular a curiosidade e desenvolver valores, tendo em conta a sua missão enquanto organização educativa.

A conceção do PAA tem por base o Projeto Educativo, operacionalizando os objetivos/ compromissos e as ações contempladas neste documento, com vista a alcançar as metas estabelecidas, definindo-se as atividades a desenvolver, os momentos de concretização e os recursos humanos, materiais e financeiros necessários.

Neste âmbito e no que ao grupo de Geografia diz respeito, no ano letivo estavam previstas as seguintes atividades .

- Visita de estudo à Igreja Histórica de Corroios, promovida pela professora Fernanda Vieira. Esta visita de estudo, proporcionada pelo Ecomuseu Municipal, realiza-se à Igreja Histórica de Corroios e integra o projeto "Rota das Igrejas Históricas no Concelho do Seixal", com a qual se pretende que os alunos recolham informação relativa à Igreja Histórica que escolheram conhecer: criar um roteiro turístico intitulado "Rota das Igrejas Históricas do Concelho do Seixal"; conhecer o património cultural religioso do concelho

onde residem; contribuir para o cumprimento dos objetivos do PASEO, nomeadamente, ser conhecedor, culto, autónomo, criativo e respeitador; promover a articulação com a ENEC no desenvolvimento dos domínios Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos. A visita de estudo realizou-se no dia 10-01-2023 e teve como público-alvo os alunos do 11º TT.

- Visita de estudo guiada às Igrejas Históricas de Seixal, Arrentela e Paio Pires., também promovida pela professora Fernanda Vieira. Esta visita de estudo guiada, proporcionada pelo Ecomuseu Municipal, realiza-se às Igrejas Históricas de Arrentela, Seixal, Paio Pires e integra o projeto "Rota das Igrejas Históricas no Concelho do Seixal", com a qual se pretende que os alunos recolham informação relativa à Igreja Histórica que escolheram conhecer: criar um roteiro turístico intitulado "Rota das Igrejas Históricas do Concelho do Seixal"; conhecer o património cultural religioso do concelho onde residem; Contribuir para o cumprimento dos objetivos do PASEO, nomeadamente, ser conhecedor, culto, autónomo, criativo e respeitador; promover a articulação com a ENEC no desenvolvimento dos domínios Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos. A visita de estudo teve lugar no dia 09-02-2023 e teve, uma vez mais, como público-alvo os alunos do 11º TT.

- Desenvolvimento Sustentável – "O que é? O que mudar no dia a dia?", promovida pela professora Telma Lopes. Esta palestra contou com alunos de outras escolas do concelho sobre o domínio do Desenvolvimento Sustentável. Realizaram-se atividades interativas e produções sustentáveis; atribuíram-se "diplomas" de participação". A palestra teve lugar no dia 31-10-2022 e teve como público-alvo os alunos do 9ºB.

- Visita de Estudo ao Instituto Nacional de Estatística e à cidade de Lisboa (funções da Cidade), promovida pela professora Telma Lopes e pelo professora Adolfo Torres. Foi objetivo desta visita ajudar os alunos a representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e de diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados; organizar o trabalho de campo (observação direta), para recolha e sistematização de informação dos territórios e fenómenos geográficos; analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados. A visita teve lugar no dia 21-11-2022 e contou com as turmas de Geografia do 8.º A; 8.º B; 8.º C; 8.º D.

- Comemoração do Dia da Ciência-Palestras: "Dos átomos às estrelas" : apresentação e observação de estrelas; Um microcosmos entre vidros: aquários e sua manutenção". Esta atividade promovida, entre professores de outras disciplinas, pela professora e orientadora cooperante Perpétua Pedro, também com a minha cooperação, esta sessão teve como objetivo aprofundar e diferenciar métodos e práticas de aprendizagem tendo sido realizada uma observação simulada às estrelas e constelações. Estiveram presentes alunos, Encarregados de educação/Comunidade 7.º 8.º 9.º 10.º 11.º 12.º EFA.

- Visita de estudo ao Oceanário de Lisboa, promovida pela professora Telma Lopes. Esta visita foi solicitada por um grupo de alunos para o desenvolvimento do projeto "O Oceanário está com um desafio: aprender com os habitantes do oceano e mudar por um futuro mais sustentável". A visita realizou-se no dia 09-01-2023 e teve como público-alvo os alunos do 9ºA e 9ºB.

- Visita de estudo a Lisboa, dinamizada, entre professores de outras disciplinas e o professor Michel Rombert. Esta visita visou reconhecer diferentes formas de representação do mundo de acordo com a posição geográfica dos continentes e com os espaços de vivência dos povos, utilizando diversas projeções cartográficas e realizou-se no dia 14-03-2023. O público-alvo foram os alunos do 7ºA e 7ºB.

- Visita de estudo ao CIUL-Centro de Informação Urbana de Lisboa e Museu das Comunicações, dinamizada pela professora Perpétua Pedro. Esta visita teve como objetivo a observação de filme e maquete e no museu visita guiada. Foi, depois, realizada uma articulação com conteúdos da Rede Urbana e Transportes e Comunicações. A visita ocorreu no dia 20-04-2023 e teve como público-alvo os alunos do 11ºC1 e 11ºC2.

- Visita de estudo porto de Sesimbra e/ou Porto de Setúbal, dinamizada pela professora Perpétua Pedro e pelo autor deste relatório. A visita foi realizada no âmbito do estudo de conteúdos relacionados com os Recursos Marítimos, valorizando a potencialização da economia do mar. A visita foi realizada no dia 18-05-2023 e terá como público-alvo o 10ºF (entretanto cancelada como se explicará posteriormente).

O grupo disciplinar de Geografia tem, neste ano letivo, bastantes atividades inscritas no PAA da ESA, o que demonstra todo o seu dinamismo e o empenho dos docentes no sentido de dotarem os alunos de mais e melhores ferramentas e conhecimentos, no que à Educação Geográfica diz respeito.

O Plano Anual de Atividades da ESA mantém-se, ao longo do ano letivo, como um documento aberto e dinâmico, possibilitando a inclusão de novas atividades.

O ano letivo, na Escola Secundária da Amora, estava organizado por semestres, de acordo com o calendário descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Calendário Escolar para o ano letivo 2022-2023

AULAS

Semestres	Início	Fim
1º	15 e 16 de setembro	27 de janeiro
2º	06 de fevereiro	7 de junho – 9.º ano, 11.º e 12.º anos de escolaridade 14 de junho – 7.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade

INTERRUPÇÕES

Pausas	Início	Fim
Avaliações Intercalares	14 novembro	16 novembro
Natal	22 dezembro	02 janeiro
Avaliações 1º semestre	30 janeiro	03 fevereiro
Carnaval	21 fevereiro	21 fevereiro
Páscoa	05 abril	11 abril
Avaliações Intercalares	12 abril	14 abril
Verão	8 junho – 9.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade	
	15 junho – 7.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade	

Fonte: Escola Secundária com 3.º Ciclo da Amora (s.d.). <https://esec-amora.pt/web/>

3.3 – Caracterização da turma

A prática supervisionada decorreu com uma turma de 10.º ano de Geografia A. A heterogeneidade da turma, visível nos níveis de motivação, rendimento e contexto familiar, reflete o perfil sociocultural da freguesia. Grande parte dos alunos reside em bairros sociais, muitos com reduzido acesso a recursos tecnológicos ou apoio educativo em casa.

As aulas foram planeadas de acordo com as Aprendizagens Essenciais (República Portuguesa, 2018) e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017), privilegiando metodologias ativas (debates, análise de estatísticas do INE/PORDATA, simulações e trabalho de pares).

Na Escola Secundária da Amora foram lecionadas nove aulas (de 100 minutos cada) em regime presencial, durante 4 semanas a uma turma do 10º ano (10º F), tal como está enunciado no Plano Inicial de Formação (PIF) - anexo IV.

A turma era constituída por 25 alunos, sendo 15 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, com uma média de idades de 15,5 anos. Existiam 3 alunos com 17 anos, repetentes. Quanto à nacionalidade, 22 alunos são portugueses e três alunos possuíam nacionalidade brasileira. Grande parte dos alunos são afrodescendentes, mas já nasceram em Portugal, possuindo, desta forma, nacionalidade portuguesa.

A turma era muito heterogénea quanto aos níveis e ritmos de aprendizagem. Tinha alunos participativos e com expectativas de continuarem os estudos, enquanto grande parte deles não considerava a escola importante e pensava deixar de estudar assim que pudesse (dez alunos não sabiam o que queriam fazer depois de terminados os estudos). Quatro dos alunos queriam ser advogados/as e três psicólogos/as, no que aos cursos superiores diz respeito. Havia três alunos que querem ser jogadores de futebol (jogavam no Amora Futebol Clube).

Grande parte dos alunos eram oriundos de bairros sociais com as problemáticas sociais e económicas que daí advêm. Só cinco dos alunos da turma tinham computador em casa.

Em relação ao comportamento, houve uma evolução positiva, a partir da reunião intercalar de novembro, mas a falta de atenção e de trabalho continuou a ser evidente.

Note-se que, nas aulas em que o professor em formação lecionou, verificou-se uma evolução no empenho e participação dos alunos, assim como no seu comportamento.

Relativamente à assiduidade dos alunos, alguns deram muitas faltas, justificadas e injustificadas.

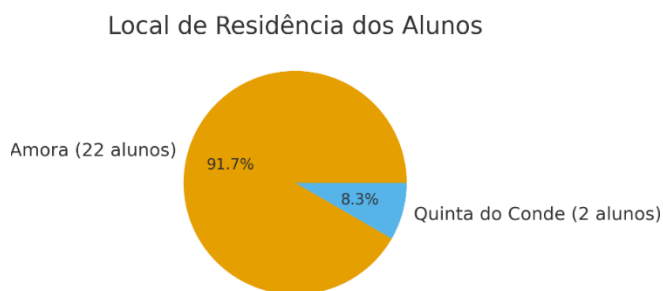
Caracterizando o contexto familiar, os pais dos alunos têm mais de 30 anos. Entre os 30 e os 40 anos, eram sobretudo as mães e com mais de 40 anos são maioritariamente os pais.

No que se refere às habilitações literárias dos pais, variavam entre o 4º ano de escolaridade ou menos e a licenciatura, tendo a maioria o 10º, 11º ou 12º ano (cerca de 37%) e apenas 15% tinham habilitações de nível superior (licenciatura).

Nenhum dos alunos da turma considerou a Geografia como a sua disciplina favorita (dados do início do ano letivo), enquanto dois dos alunos, consideraram, mesmo, que era a disciplina de que “menos gostam”.

Nas restantes questões colocadas, de modo a tentar compreender um pouco melhor as características pessoais e sócio económicas dos alunos (as questões foram pouco “invasivas”, pois a “política” da escola neste aspeto é muito rígida), percebeu-se que a maioria dos alunos residem na freguesia da Amora (Figura 5), que, na maioria dos casos, a mãe é o encarregado de educação do aluno (Figura 6), embora haja casos em que é a irmã ou a tia, o que poderá sugerir possíveis problemas estruturais no seio da família (embora seja impossível confirmá-lo).

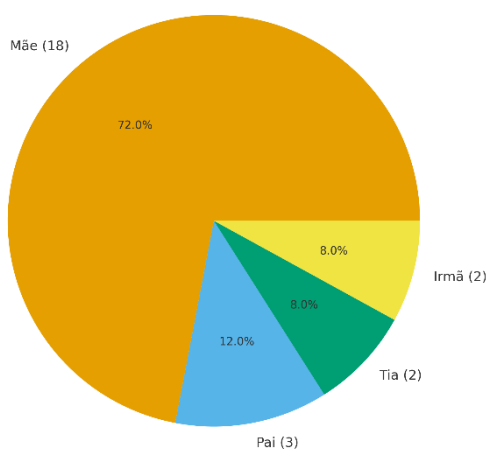
Figura 5 – Local de residência dos alunos



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Figura 6 – Grau de parentesco do encarregado de educação

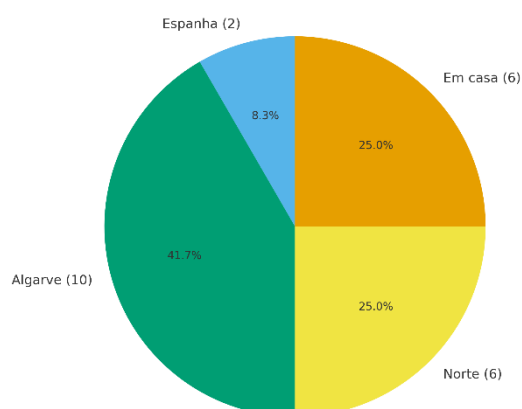
Figura 6 - Grau de Parentesco do Encarregado de Educação



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Todos os alunos têm internet em casa. Onde se confirma, sem grandes dúvidas, que grande parte dos alunos tem dificuldades económicas é na questão onde se questiona se costumam passar férias fora do local de residência (Figura 7) Embora existam muitas pessoas que não gostam de passar férias longe do local de residência, considera-se estes resultados um reflexo de dificuldades financeiras, visto ser tão expressivo

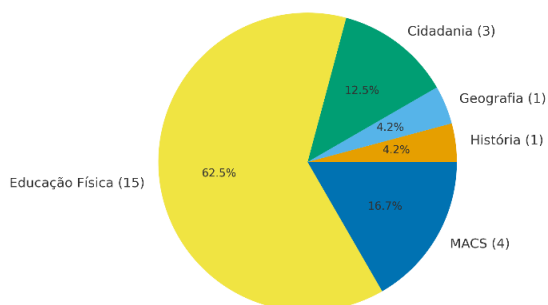
Figura 7 – Local onde os alunos costumam passar férias



Fonte: Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Apenas um dos alunos considera que a geografia é a sua disciplina preferida ,ex-áqueo com história (Figura 8).

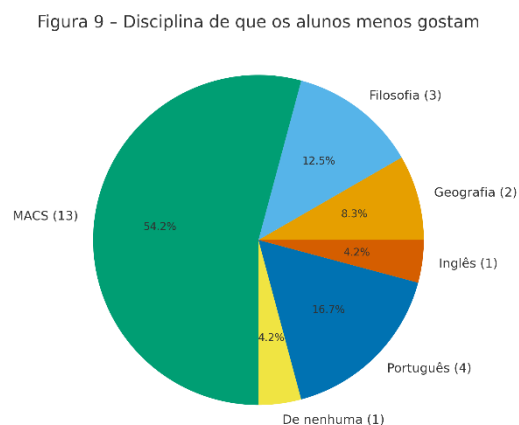
Figura 8 – Disciplina favorita



Fonte: Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Dois alunos consideram que a Geografia é a disciplina de que menos gostam (figura 9).

Figura 9 – Disciplina de que os alunos menos gostam

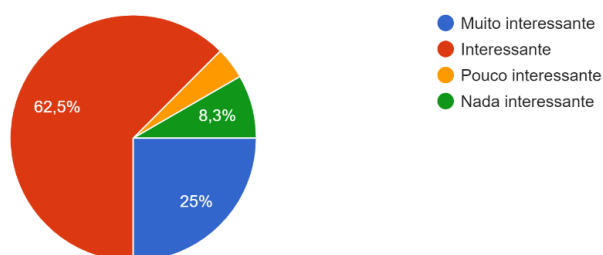


Fonte: Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Apesar disso, grande parte deles considera a disciplina “interessante” (Figura 10), ressaltando que melhorou os conhecimentos durante o ano letivo – comparando o início com o final.

Figura 10 – Grau de interesse da disciplina de Geografia, para os alunos

24 respostas



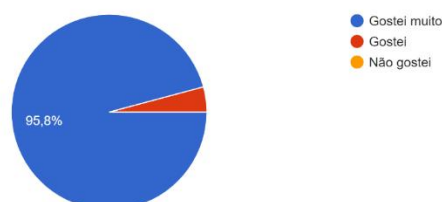
Fonte: Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

Quando à participação do “professor aprendiz” nas sessões, 23 alunos (95,8%) consideraram que “gostaram muito” das aulas, enquanto um aluno respondeu apenas que “gostou” (Figura 11). De referir que um dos alunos da turma não respondeu ao questionário. Por último, quando questionados, numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “não gostei” em que 5 significa “gostei muito”, 87,5% dos alunos avaliaram o “professor aprendiz” com nota 5 e 12,5% dos alunos com nota 4.

Figura 11 – Satisfação dos alunos relativamente às aulas lecionadas pelo professor estagiário

Gostaste das aulas lecionadas pelo professor estagiário?

24 respostas

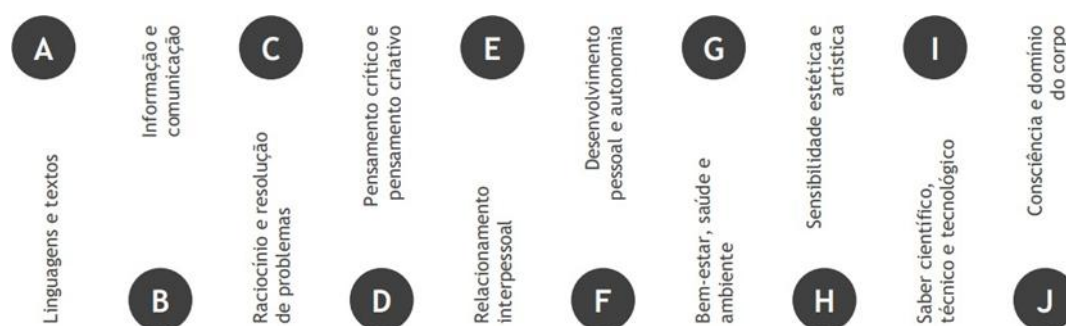


Fonte: Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado aos alunos. *Gráfico elaborado pelo autor*

3.4 – Tema Lecionado

O objetivo das Aprendizagens Essenciais (AE's) é promover o desenvolvimento de um conjunto de competências nos alunos. É importante ressaltar que as AE's devem ser adaptadas ao contexto escolar, levando em consideração as condições socioeconômicas em que a escola está inserida, bem como as características e necessidades individuais dos alunos. Essa referência está de acordo com o que está estabelecido nos Decretos-Lei n.º 54 e nº 55, de 6 de julho de 2018 (Figura 12).

Figura 12 – Áreas de competências do Perfil dos Alunos



Extraído de: República Portuguesa. Educação, 2018, p. 5

No âmbito da disciplina de Geografia no 10º ano, são explorados diversos conceitos, em cada um dos temas e subtemas definidos (anexo I), sendo adotada, sobretudo, a perspetiva nacional (Portugal).

Os conteúdos ao longo da Prática de Ensino Supervisionado centrar-se-ão no tema 2 - “Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades”, subtema: “Recursos marítimos”.

O documento base utilizado na preparação das aulas foi as “Aprendizagens Essenciais” de Geografia no 10º ano de escolaridade, tendo ainda em consideração a planificação da disciplina de Geografia do 10º ano, definida pela escola.

O objetivo da sequência didática visa debater as razões que contribuíram para que o país deixasse de ter no setor piscatório um dos seus principais domínios estratégicos e a necessidade de voltar a apostar num recurso importantíssimo para o futuro do país (que percebemos estar atualmente em recuperação), tendo também em conta que é necessário assegurarmo-nos da sustentabilidade, de modo a não se explorar excessivamente os recursos marinhos.

Na planificação da sequência, exploraram-se conceitos resultado da ponderação entre o que está definido nas AE's, a planificação que a escola estabeleceu (Anexo II, página 133) e a forma como se encontra organizado o manual escolar utilizado no estabelecimento de ensino, o “Perfil.pt”, da autoria da professora Arinda Rodrigues, da Texto Editora.

No subtema “Recursos Marítimos”, foi explorado, sobretudo, o “Setor das Pescas em Portugal”. Exploraram-se os conceitos de quotas de pesca, stock de pesca, arqueação bruta, águas interiores, tipos de pesca e Política Comum das Pescas. Relativamente à “gestão do litoral e do mar” foram explorados, agora, os conceitos de ordenamento da orla costeira, recursos piscícolas, sustentabilidade do litoral e valorização do litoral e do mar.

As datas de lecionação das aulas encontram-se no Plano Individual de Formação (Anexo IV).

Para a operacionalização das AE's, foram propostas ações estratégicas de ensino, a desenvolver no âmbito da disciplina: representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de trabalho de campo (observação direta) e de diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados; organizar o trabalho de campo (observação direta), para recolha e sistematização de informação dos territórios e fenómenos geográficos; analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados; realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica (analógica e/ou digital); selecionar informação geográfica pertinente; organizar de forma sistematizada leitura e estudo autónomo (por exemplo, construção de sumários, ou registos de observações, ou relatórios de visitas segundo critérios e objetivos); estabelecer relações intra e interdisciplinares

As áreas de competências do PA, desenvolvidas através das aulas lecionadas foram: Linguagem e texto; Informação e comunicação; Raciocínio e resolução de

problemas; Relacionamento interpessoal; Sensibilidade estética e artística; Saber científico, técnico e tecnológico.

O papel da Escola é transformar o discurso científico num discurso didático, que seja compreendido por todos os alunos, sendo importante que os manuais escolares também o façam. Trata-se de um recurso didático fundamental no processo de ensino-aprendizagem, que pode despertar nos alunos a curiosidade e o espírito de descoberta. Para muitos alunos, os manuais escolares constituem, frequentemente, o único recurso de apoio que possuem, e para um número significativo de professores são a principal fonte a que recorrem, para a preparação das aulas. Os manuais têm atualmente um período de duração de 6 anos, não tendo sido imediatamente substituídos após a publicação das AE's.

O Decreto-Lei n.º 47/2006 define o manual escolar como um recurso pedagógico fundamental no processo de ensino, destacando a sua função de apoio ao estudo autónomo e ao desenvolvimento das aprendizagens previstas no currículo. Ainda segundo o mesmo decreto-lei, apesar de não ser exclusivo, tem a função de apoiar o trabalho autónomo do aluno e contribuir para o desenvolvimento das competências e aprendizagens previstas no currículo nacional. Neste mesmo decreto-lei, o governo propõe, também, o controlo de qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares. Assim, o manual escolar deve responder às orientações programáticas e ser um bom instrumento pedagógico e de trabalho para os alunos.

Para Bénitez (2000, citado em Santo, 2006), o manual escolar é concebido como um livro de uso prático, que reúne os conhecimentos essenciais de uma disciplina, sendo estes saberes “parte de uma matéria ou disciplina do currículo escolar”. Choppin (1992, citado por Santo, 2006, p. 3) refere que, o termo “manual escolar” deriva etimologicamente de “obra manuseável”, de formato e peso reduzidos.

No já citado Decreto-Lei 47/ 2006, o governo propõe também, o controlo de qualidade científica e pedagógica dos manuais escolares. É nesta altura, que se começa a dar destaque aos conteúdos programáticos e ao desenvolvimento das aprendizagens e competências curriculares dos alunos, “acrescentando ainda a hipótese de o manual integrar orientações para o trabalho docente” (Costa, 2015, p. 25).

Para muitos alunos, os manuais escolares constituem, frequentemente, o único recurso de apoio que possuem, e para um número significativo de professores são a principal fonte a que recorrem, para a preparação das aulas. O manual escolar deve responder às orientações programáticas, ser um bom instrumento pedagógico e de trabalho para os alunos. Claudino et al. (2018, p.64) destacam o “el uso del libro de texto

como recurso y no como programación de contenidos”. Foi desta forma que se procurou utilizar o manual escolar, tendo pedido aos alunos que o consultassem, sobretudo para a realização de exercícios.

O manual utilizado pela escola foi editado em 2021, contendo dados atualizados, embora ainda “pré-pandemia”. O manual está elaborado com grande rigor científico e é de fácil consulta por parte dos alunos.

A capa do manual remete-nos imediatamente para a disciplina de Geografia, mostrando-nos uma paisagem em que se vislumbra terra e mar (figura 13).

Um dos aspetos positivos do manual escolar adotado (*Perfil.pt*) prende-se com o facto de, ao longo das páginas do manual, existirem caixas destacadas, com identificação de conceitos-chave. Esta estratégia facilita a identificação e compreensão dos mesmos, por parte dos alunos. A figura 14 mostra um desses exemplos.

Relativamente à organização interna, o índice encontra-se no início do manual, sendo simples e bem estruturado. Apresenta os temas e subtemas, organizados de modo claro, indicando a respetiva numeração das páginas. No final de cada subtema é realizada uma síntese (figura 15) dos conteúdos abordados, sendo esta outra das mais valias deste manual elaborado pela professora Arinda Rodrigues.



Figura 13 – Capa do manual escolar “perfil.pt”, Geografia A – 10º ano de escolaridade. Texto Editora.

Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021

A Política Comum das Pescas

PPT

Como Estado-membro da UE e no âmbito da **Política Comum da Pesca (PCP)**, Portugal beneficia de melhores oportunidades para efetuar capturas nas ZEE comunitárias e em pesqueiros externos, de **águas internacionais** ou de **soberania estrangeira**, estando obrigado a cumprir normas estabelecidas nos acordos com países terceiros.

O setor da pesca usufrui também de apoios comunitários para a modernização das frotas e tecnologias, para o cumprimento das normas de sustentabilidade e para o apoio às comunidades costeiras (Doc. 1).

Doc. 1

O que é a Política Comum das Pescas?

Introduzida na década de setenta do século passado, a Política Comum das Pescas é um conjunto de acordos e regras que se aplica à gestão das frotas de pesca europeias e à conservação das unidades populacionais de peixes, conferindo às frotas de pesca dos Estados-membros igualdade de acesso às águas comunitárias para permitir uma concorrência leal. A política comum das pescas é financiada desde 2021 e até 2027 pelo FEAMP – **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas** –, que continuará a apoiar o setor europeu das pescas, no sentido de **práticas mais sustentáveis**, com especial destaque para o **apoio aos pequenos pescadores**.

Adaptado do site oficial da Comissão Europeia, 27/08/2021



Contributo para a economia nacional

A contribuição do setor da pesca para a economia nacional (PIB e emprego) tem decrescido, embora a pesca e outras atividades associadas continuem a ser muito importantes para a sustentabilidade de numerosas comunidades costeiras (Tab. 1).



	Número de empresas	Pessoal ao serviço (n.º)	Volume de negócios (M€)	VAB (M€)
Portugal	1 242 693	3 892 218	317 478	92 690
Economia do mar	33 282	114 062	8652	3153
Pesca marítima	3670	11 024	450,7	192,5
% do total nacional	0,3	0,3	0,1	0,2
% da economia do mar	11,0	9,7	5,2	6,1

Ministério da Economia, 2021

Tab. 1 Us números da economia da pesca marítima no contexto nacional e da economia do mar (pesca e outros recursos vivos, recursos não vivos, portos e logística, recreio e turismo), em 2019.

Figura 14 – Página do manual Perfil.pt

Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021, p.258

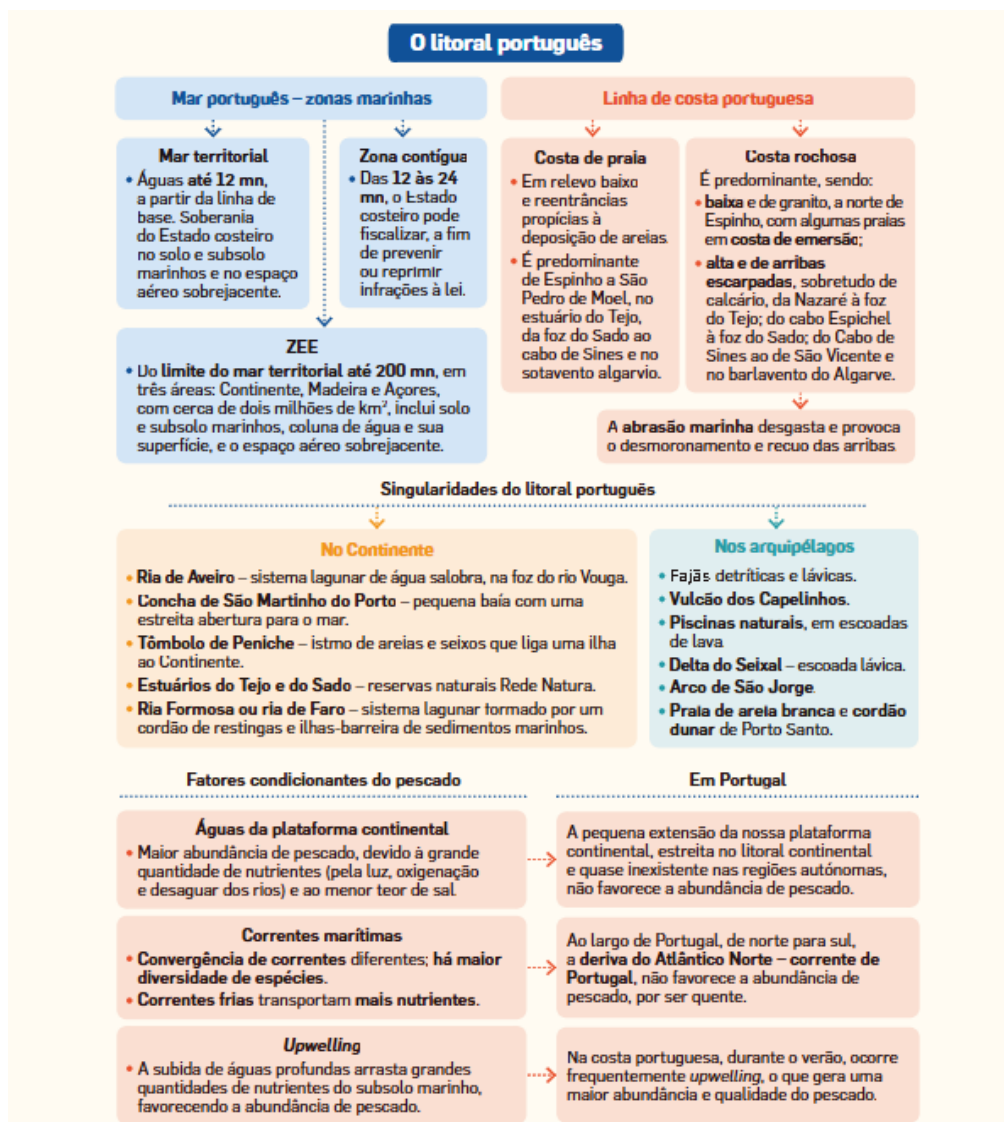


Figura 15– Exemplo de “síntese” efetuada em cada final de subtema

Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021, p.280

3.5 – Estratégias de ensino e aprendizagem implementadas

As estratégias de ensino e aprendizagem implementadas foram diversificadas e adaptadas às condições materiais oferecidas pelas salas onde decorreram as aulas. Em algumas, a ausência de videoprojector funcional e as falhas recorrentes de ligação à Internet limitaram a utilização de recursos digitais. Ainda assim, recorreu-se à projeção de diapositivos com conceitos-chave e imagens de apoio, o que se revelou essencial para orientar os alunos na realização de registos no caderno diário. Trata-se de uma turma habituada a utilizar o caderno apenas quando solicitado, não demonstrando, de forma espontânea, o hábito de tomar apontamentos. Nesse sentido, o início das aulas era marcado pela escrita do número da lição no quadro, promovendo o foco e a organização da turma.

A utilização de componentes gráficos, como mapas, fotografias e vídeos, mostrou-se particularmente útil na introdução de conceitos e na exploração das ideias prévias dos alunos. De facto, cada novo conteúdo partiu da valorização do conhecimento prévio dos estudantes, em conformidade com a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (apud Arends, 2015). Tal prática está em linha com Mérenne-Schoumaker (citada por Esteves, 2002, p. 158), que defende que o professor de Geografia deve procurar conhecer as concepções e representações prévias dos alunos, incluindo saberes intuitivos, corretos ou incorretos.

A participação foi promovida por meio de questões abertas e fechadas, ajustadas às dificuldades reveladas pelos alunos. Estas questões eram frequentemente acompanhadas de imagens ou vídeos, funcionando como organizadores prévios que estabeleciam uma ponte cognitiva entre os conhecimentos existentes e os novos conceitos (Bruner, 1960; Ausubel, apud Arends, 2015). Como sublinha Cachinho (2002, p. 83), as ideias prévias constituem o primeiro “andaime” da aprendizagem, permitindo aos alunos reorganizar e confrontar as suas concepções com o conhecimento científico.

Esta metodologia, centrada no debate e na confrontação de respostas, tornou as aulas mais dinâmicas e participativas. Os alunos foram incentivados a identificar e corrigir, por si próprios, erros conceptuais, desenvolvendo raciocínio crítico e autonomia. Após a exploração oral, os conteúdos eram sistematizados em diapositivos, facilitando a consolidação através dos registos escritos no caderno diário.

Complementarmente, foram elaborados recursos didáticos diversificados, incluindo fichas de trabalho, guiões de exploração de documentários e notícias, bem como

um trabalho de pares com o peso de um teste sumativo. Estes instrumentos contribuíram para estimular o envolvimento ativo dos alunos, reforçar a consolidação de conteúdos e desenvolver competências de cooperação.

Do ponto de vista da gestão da turma, não se registaram problemas significativos de comportamento. Apenas se observaram situações pontuais de indisciplina ligeira, como ruído ou movimentação desordenada, que não comprometeram o ambiente de aprendizagem. Em geral, verificou-se empenho, interesse e respeito pelas atividades propostas.

Em síntese, apesar das limitações materiais de algumas salas, as metodologias aplicadas revelaram-se eficazes na dinamização das aulas, na promoção da participação dos alunos e no estímulo à construção ativa do conhecimento. As escolhas didáticas foram sempre fundamentadas em referenciais teóricos da didática da Geografia, articulando práticas pedagógicas com a intencionalidade de desenvolver competências definidas nas Aprendizagens Essenciais e no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017).

Passa-se, então, a um registo mais detalhado de cada aula.

3.6 – Descrição das aulas lecionadas e reflexão crítica

3.6.1. Aula 1 – 09/05/2023 (3ª feira – 10:20-12:10) – Anexo VI.I (Planificação); Anexo VII (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Deu-se início à primeira aula com a turma, explicando que se iria lecionar a segunda sequência de aulas deste ano letivo (já se tinha lecionado no primeiro semestre em IPP II). Fez-se, em seguida, a chamada e foi pedido aos alunos que registassem o número da lição. Desta forma, procurou-se manter a rotina da turma e manter a atenção dos alunos.

Foi recordado aos mesmos o Padlet (<https://padlet.com/silvajalberto/z3zqp2y9hmtnn8uu> palavra-passe: geografia2022), que foi criado para a turma, onde se disponibilizaram os recursos construídos para as aulas e onde os alunos, podiam, interactivamente, colocar dúvidas ou partilhar qualquer tipo de recursos e atividades.

Foi colocada, de seguida, uma primeira pergunta à turma: “Consideras o setor das pescas importante para a economia portuguesa? A questão teve como objetivo o

levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos e foi a forma escolhida para introduzir o tema da aula.

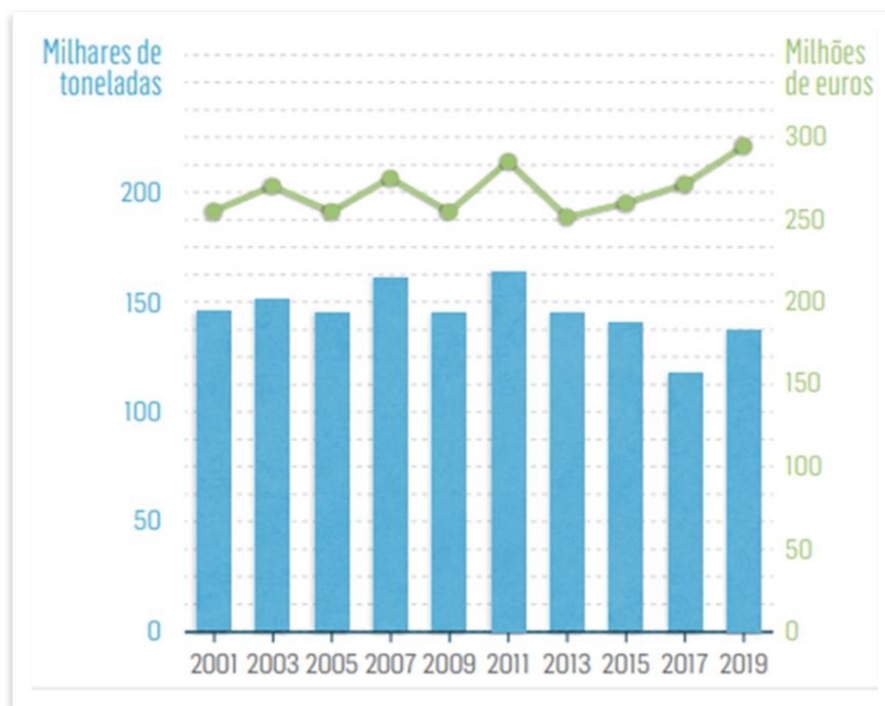
A Madalena respondeu que sim, “é importante apostar nesse tipo de setores”, mas “na pesca só trabalham as pessoas mais velhas”. Fazendo a ponte com os conteúdos que a professora Perpétua tinha lecionado em aulas anteriores, foi solicitado à Madalena que tentasse identificar as causas desses fenómenos. A aluna responde que “os jovens querem ter outro tipo de trabalhos”. Foi questionado se esse seria o único indicador que contribuía para o fenómeno, ao que o colega Rafael diz: “que é um trabalho duro, que não compensa e é complicado para quem tem família estar tanto tempo no mar”. Argumentou-se que nem todos os pescadores se ausentam muito tempo de casa e a Madalena complementou, dizendo que “tem um primo que é pescador e que só trabalha de manhã”. Complementou-se, explicando que o setor das pescas é considerado importante para a economia portuguesa, pois Portugal possui uma extensa costa e uma localização geográfica favorável, o que proporciona uma indústria pesqueira significativa. A atividade pesqueira gera empregos diretos e indiretos, tanto na pesca em si como em setores relacionados, como o processamento e a distribuição de pescado.

Foram revistos os conceitos de zona económica exclusiva e plataforma continental e introduzido o tema da política comum das pescas e o seu contributo para a economia nacional. Os alunos, regra geral, e segundo o que foi percecionado, compreenderam que os acordos no âmbito da política comum das pescas têm como objetivo estabelecer normas de sustentabilidade no eu diz respeito às comunidades costeiras dos países da União Europeia.

Foi projetado um gráfico com a evolução das capturas e principais espécies, em Portugal, de 2001 a 2019 e a sua evolução (figura 16), de modo a produzir uma maior tomada de consciência sobre as quantidades capturadas e o volume de receitas gerado. Os alunos estavam atentos e a turma foi questionada se gostava de consumir peixe e, caso a resposta fosse afirmativa, qual o peixe de que mais gosta. As respostas variaram entre sardinhas, salmão e bacalhau, embora a maioria dos alunos prefira outro tipo de alimentos.

Posto isto, projetou-se e explorou-se um gráfico referente às “entradas e saídas na frota portuguesa”, entre os anos de 2005 e 2019 e foi pedido à Margarida que interpretasse o mesmo. A aluna salientou que “saem mais barcos do que entram na frota nacional”. Complementou-se, salientando que muitos deles saíram da frota pesqueira, para serem

Figura 16 - Volume e valor das capturas – 2001 a 2019 (em milhares de toneladas e milhões de euros)



Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021,(p. 259)

utilizados para outros fins, nomeadamente para uso turístico. O Gabriel disse que já foi a uma festa num barco que antes era utilizado para a pesca.

Em seguida foi realizada a interpretação de um gráfico, relativamente às espécies mais capturadas, em Portugal (figura 17). Os alunos conseguiram interpretar o gráfico, tendo-se destacado o António, que se mostrou bastante participativo no que à interpretação e leitura da informação gráfica diz respeito, pois respondeu prontamente que as espécies mais capturadas são a cavala e o carapau, mas que as mais rentáveis são os polvos e os atuns.

Figura 17 - Volume e valor das capturas, por espécie



Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021, p.259

Seguidamente, questionou-se a turma relativamente a possíveis medidas a tomar para rejuvenescer o setor. A Teresa começou por dizer que “se poderia aumentar os salários nesta indústria”. O Roberto disse que “deveria ser dada formação a jovens que quisessem seguir esta vida e se devia também apostar mais no marisco, que é mais caro e assim talvez mais pessoas quisessem ir para este tipo de vida”. Tentou-se “compor” as participações dos alunos, frisando que é importante elevar os níveis de qualificação também das pessoas que já estão, atualmente, no setor, nomeadamente no que diz respeito à aprendizagem ao longo da vida e da evolução tecnológica e digital das embarcações. A turma pareceu-me concordar, sem exceção.

Posto isto, foi solicitado à turma que abrisse o manual, na página 261, (figura 18) onde foi lida em voz alta o quadro-resumo com as principais características dos diferentes tipos de pesca – local, costeira e do largo e solicitado ao Diogo para interpretar e comentar cada um dos tipos de pesca, isto porque estava sem tomar atenção à aula, conseguindo, ainda assim conseguiu responder, pois tinha a informação no seu manual.

Em seguida, solicitou-se aos alunos que realizassem os exercícios da página 259 do manual que visam a identificação das espécies com maior volume de capturas, assim como as espécies mais lucrativas para o setor. Este trabalho foi realizado a pares. Circulou-se pela sala, questionando os alunos acerca de eventuais dúvidas. De referir

que, na maior parte das ocasiões, os alunos não interpretam corretamente aquilo que é pedido, sendo essa a principal das respostas erradas.

Figura 18 – Principais características dos tipos de pesca

Pesca local	Pesca costeira	Pesca do largo
<ul style="list-style-type: none"> • Em águas interiores (rios, estuários, lagoas) e perto da costa. • Utiliza pequenas embarcações (menos de 9 m) e artes de pesca, artesanais, como o anzol, as armadilhas e pequenas redes). • Opera por curtos períodos ou apenas sazonalmente. • Captura espécies de maior valor (polvo, enguia, etc.), pelas artes e mão de obra que envolve. 	<ul style="list-style-type: none"> • Opera além das 6 milhas da costa por várias horas ou até dias de navegação do porto, podendo ir até áreas mais afastadas, fora da ZEE nacional. • Opera com embarcações maiores – 9 a 33 m –, utilizando meios modernos de deteção e captura (cerco, arrasto, linha de anzóis, etc.). • Dispõem, geralmente, de meios de conservação do pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Opera para lá das 12 milhas da costa em águas internacionais e ZEE estrangeiras. • Navios de 100 GT ou mais e autonomia de pelo menos quinze dias, podendo permanecer no mar até alguns meses. • Utiliza modernas técnicas de deteção (sondas, meios aéreos, satélite, etc.) e captura (redes de cerco e arrasto, palangre de linha e anzóis, etc.).
		

261

Extraído de: Rodrigues, Arinda, 2021, p.261

Solicitou-se aos alunos que se juntassem em grupos de quatro para realizarmos um Kahoot (figura 19) com perguntas sobre os conteúdos abordados na aula. Os alunos mostraram-se bastante animados, dir-se-ia mesmo excitados com este jogo interativo, havendo nesta altura um ruído de fundo imenso. Notou-se que foi nesta altura que se conseguiu “agarrar” alguns dos alunos menos participativos e mais taciturnos, casos do José, da Ana, do Luís e da Antónia. Ainda não tinham participado na aula e aqui mostraram-se animados e muito solícitos. A atividade terminou, com uma atmosfera bastante alegre.

Figura 19 – Primeira questão do Kahoot, construído para esta sessão



Fonte: <https://create.kahoot.it/share/10f-22-11-2022/5a2654fa-60f3-47d6-bb06-b5760859d3d2>

Para fechar a sessão, projetou-se uma série de frases e palavras (Figura 20), explicando que se pretendia a integração de todas aquelas frases/ palavras num sumário que refletisse o que foi a sessão.

Finalizou-se a aula com o sumário redigido pela Soraia, que foi: A Política comum das pescas. O volume e valor das capturas e a sua variação anual. Os diferentes tipos de pesca e a mão de obra do setor. Realização e correção de exercícios e de um kahoot em grupo.

De referir que a realização do sumário no final da sessão, algo talvez menos usual, acaba por ser uma forma mais fiável, pois desta forma os alunos podem contribuir para a sua redação, sendo também uma forma de reverem os conteúdos que foram abordados, facilitando também a continuidade na próxima sessão. Esta prática foi sempre muito discutida nas aulas, sobretudo nas do ilustre orientador, Professor Sérgio Claudino.

Figura 20 – Frases para integração no sumário



Nesta aula, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos, do que se dão alguns exemplos:

A – Linguagens e textos: os alunos, caso da Madalena, responderam à pergunta prévia relativamente à questão de considerar o setor das pescas importante para a economia portuguesa.

B – Informação e comunicação: os alunos respeitaram as regras, respondendo de forma ordeira às perguntas feitas na aula.

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos foram levados a raciocinar sobre as consequências da diminuição do número de pescadores matriculados.

E – Relacionamento interpessoal: os alunos menos participativos participaram de forma adequada na aula, após terem sido solicitados a ler um texto;

A primeira aula acabou por correr de forma muito positiva. O facto de se ter começado a aula (e a leção), neste 2º semestre, com uma pergunta de conhecimento prévio acabou por ajudar o “professor aprendiz”, mas também os alunos, que sentiram que não se começou a “debitar” conteúdos indiscriminadamente. Foi realizada uma adaptação ao ritmo dos alunos da turma e construída a aula de acordo com os conhecimentos da

maioria. Tentou-se dar sempre feedback aos alunos de forma que estes conseguissem perceber se estavam, ou não, a acompanhar a aula e a integração dos conteúdos. A realização do Kahoot ajudou a “quebrar o gelo”, pois o “jogo” acaba sempre por ser uma forma mais “leve” de construir o processo de ensino/ aprendizagem.

Reflexão crítica:

- *O que funcionou bem:* as atividades diversificadas (gráficos, manual e Kahoot) mantiveram os alunos motivados e facilitaram a participação dos menos interventivos.
- *O que falhou:* alguns alunos revelaram dificuldades na interpretação detalhada dos gráficos, necessitando de apoio adicional.
- *O que o professor-aprendiz aprendeu:* a importância de equilibrar momentos mais expositivos com atividades interativas para manter o interesse da turma.
- *O que os alunos aprenderam:* compreenderam a evolução recente das capturas, distinguiram espécies mais capturadas das mais rentáveis e reconheceram a importância do setor das pescas para a economia nacional.

3.6.2. Aula 2 – 11/05/2023 (5ª feira – 16:25-18:15)

Anexo VI.II (Planificação); Anexo VIII (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Nesta sessão, foi projetado o documentário “Regresso ao mar – Episódio 1 – A Economia do Mar”, um projeto promovido pela Fórum Oceano (www.forumoceano.pt), realizado por Francisco Manso e cofinanciado pelo Programa PROMAR (2007-2013). (ano de 2015) e distribuído pelos alunos o guião de exploração construído, para ser respondido a pares (Figura 10).

O documentário, produzido pelo “Fórum Oceano”, pretende dar a conhecer a importância do setor das pescas em Portugal e a recente aposta na inovação digital e tecnológica, no sentido de modernizar a frota pesqueira e assegurar a sustentabilidade dos recursos piscícolas. É um recurso extremamente rico, que ajudará os alunos a compreender a evolução do setor em Portugal e a importância estratégica da Economia

ligada ao mar enquanto motor da economia portuguesa. Pareceu um documentário completamente dirigido para os conteúdos já abordados e para introduzir aqueles que se irão abordar. Neste sentido, construiu-se um guião de exploração, que induz os alunos a estarem atentos para responderem a questões mais diretas, mas também a pensarem e problematizarem outras questões com o intuito de promover o debate, aquando da correção da ficha de trabalho/ guião de exploração.

Figura 21 - Guião de exploração do documentário “Retorno ao mar – Episódio 1 – A Economia do Mar”

Escola Secundária de Amora Geografia A - 10º Ano <u>GUIÃO DE EXPLORAÇÃO – TRABALHO DE PARES</u>		
Nome: _____	nº _____	Turma: _____
Nome: _____	nº _____	Turma: _____
Professor estagiário: João Alberto Silva	Orientador: Profª Perpétua Pedro	Data: _____

Título: Retorno ao Mar | Ep1 - A Economia do Mar

Género: Documentário

Produção: Fórum Oceano

Duração: 51m58s

Ano: 2016

URL: <https://www.youtube.com/watch?v=d4boAYgeaMU>

Visualize o documentário com atenção e preencha o seguinte guião:

1. **Refira** em que século se desenvolveram mais acentuadamente as frotas nacionais de ferro e de comércio.
2. **Identifique** os países em que a Economia do Mar tem um peso muito forte na economia.
3. **Identifique** as políticas que devem ser adotadas para que o setor das pescas possa ter um maior dinamismo na economia.
4. **Explique** em que consiste a Política Comum de Pescas Europeia
5. **Defina** o que entende por:
 - a) quota de pesca
 - b) stocks de pesca
 - c) aquacultura
6. **Refira** quais as universidades que mantêm uma colaboração com o IPMA no que à investigação diz respeito, nomeadamente no setor da aquacultura
7. **Refira** quantos investigadores tem o Centro de Investigação MARE da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e qual o objetivo da sua criação
8. **Realize** uma breve reflexão pessoal sobre o documentário que acabou de visualizar, abordando os seguintes aspetos:
 - a) **A evolução** que pensa que o setor das pescas terá, num futuro próximo;
 - b) **As consequências** dessa evolução.

Bom trabalho!!

Começou-se por explicar em que consistia este documentário e se alguém já o tinha visto. Nenhum dos alunos conhecia ou, sequer, tinha ouvido falar nele.

O documentário é um pouco extenso (cerca de 52 minutos) mas, sempre que se justificasse, interrompia-se por momentos a visualização, para explicar alguns conceitos e perguntar se a turma estava a acompanhar ou se tinha alguma dúvida, com questões do género: O que entendem por “Economia do Mar? O que entendem por quota de pesca? E por stock de pesca?” Tentou-se orientar o visionamento do documentário e promover já algum espírito crítico no que concerne a estas questões.

A primeira parte da aula focou-se, pois, no visionamento do documentário. Ainda se prolongou cerca de 15 minutos da segunda parte da aula, visto que se interrompeu algumas vezes a sessão. Posto isto, os alunos começaram a responder às questões menos diretas e em que puderam refletir mais um pouco e argumentar as suas respostas. Durante a realização da ficha de trabalho percorreu-se a sala, sempre com o intuito de responder às dúvidas dos alunos (Figura 22). Foi notado, uma vez mais, que alguns deles têm bastante dificuldade na interpretação das perguntas e não percebem, sem ajuda, o que se pretende ver respondido.

Tentou-se sempre dar feedback relativamente aos conteúdos abordados, nomeadamente quando o Luís perguntou se a aquacultura é importante para o desenvolvimento do setor das pescas. Foi-lhe dito que sim e agradeceu-se o seu contributo, explicando que têm de se encontrar formas alternativas e controladas de exploração dos recursos piscatórios, dando o exemplo da aquacultura como um tipo de cultura, onde os pescadores não têm de ir pescar para alto-mar, sendo mais indicado para aqueles que não querem estar alguns dias longe de casa (já citado por um aluno na aula anterior como uma desvantagem de se “ser” pescador)

A aluna Teresa e o Luís acabaram por ser os alunos que responderam às questões com mais facilidade, embora a aula tenha terminado sem a maioria dos alunos ter terminado a ficha de trabalho. Esta é uma situação a rever, pois não era expectável que os alunos demorassem tanto tempo nesta atividade.

Por último, e como forma de terminar esta sessão, foi pedido aos alunos que dessem o seu contributo para a realização do sumário. O aluno António e a Teresa foram aqueles que deram o contributo mais interessante, sugerindo para o sumário “Observação

de um documentário e sobre o mar português”. Embora este sumário fosse relativamente menos “trabalhoso” de realizar, sugeri algumas alterações/ melhoramentos, acabando por ficar “Visionamento do documentário Regresso ao Mar, Episódio 1 – A Economia do Mar” e realização de uma ficha de trabalho segundo o guião de exploração previamente disponibilizado”

Relação das atividades com o Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos escreveram, no seu caderno diário, as respostas referentes ao guião de exploração

B – Informação e comunicação: os alunos deram contributos para identificar os a evolução digital do setor nos últimos anos.

C – Raciocínio e resolução de problemas: a Teresa faz uma reflexão sobre o vídeo, que mostra ter assimilando as diversas mensagens emitidas, relativamente aos benefícios da inovação digital e tecnológica para a dinamização da economia ligada ao Mar

E – Relacionamento interpessoal: os alunos participaram e demonstraram interesse e atenção, durante a visualização do vídeo, trabalhando, depois, em pares

O documentário visionado talvez tenha sido bastante longo. Ainda assim, tal foi implementado conscientemente, pois pensou-se que não fazia sentido cortar partes de um documentário que vale pelo seu todo e que perdia pertinência se vistos apenas trechos. O vídeo, como recurso rico que é, serviu para os alunos perceberem vários conteúdos, passando pela aquacultura, stock de pesca, os centros de investigação ligados ao mar e aos protocolos celebrados com as principais universidades portuguesas. Com o guião de exploração que se construiu, orientou-se a visualização do documentário. A aula decorreu de uma forma bastante satisfatória, embora alguns alunos persistam em prolongar o tempo para a realização dos exercícios. Neste caso, coloca-se sempre a questão relativamente ao “avançar” mesmo sem alguns terem finalizado, sacrificando talvez os alunos “mais fracos” ou mais desinteressados ou esperar por estes, sacrificando os melhores. Tentou-se sempre ter bom senso e definir um limite razoável. Como se sabe, também não se pode esperar indefinidamente, sob pena de se “perder a turma”.

Reflexão crítica

- O que funcionou bem: O documentário foi um recurso pedagógico rico, despertando interesse e promovendo debate. O guião ajudou a manter a atenção e a orientar a reflexão.

- O que falhou: A extensão do documentário fez com que alguns alunos se dispersassem e o tempo não fosse suficiente para concluir o guião.
- O que o professor-aprendiz aprendeu: Tornou-se evidente a importância de selecionar recursos audiovisuais de duração equilibrada e de planear tempo suficiente para debate.
- O que os alunos aprenderam: Identificaram a importância da inovação tecnológica no setor das pescas e compreenderam a relevância estratégica da economia do mar para Portugal.

Figura 22 - Exploração de uma ficha de trabalho. Apoio individualizado



Fonte: própria

3.6.3. Aula 3 – 12/05/2023 (6ª feira – 10:20-12:10)

Anexo VI.III (Planificação); Anexo IX (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Nesta aula tinha-se planificado começar a corrigir a ficha de trabalho/ guião de exploração, mas nenhum dos pares conseguiu terminar na sessão anterior. Desta forma, foi necessário dar mais algum tempo para a sua finalização. Este foi um dos problemas que mais se sentiu. A maioria dos alunos desta turma arranjou uma forma “dissimulada” de ganhar tempo e não realizar os exercícios no tempo que seria suposto. Parece que “fazem”, que estão a trabalhar, não estando, porque sabem que lhes irá ser dado depois

mais tempo no final. Esta é uma das situações que se irá abordar e refletir com a professora Perpétua no final do semestre. Acabou por ficar um pouco comprometida a planificação. Será um dos temas a rever, definitivamente. Coloca-se também a questão se será preferível promover um debate sobre um tema (ainda que não planeado) ou se será melhor tentar cumprir o plano de aula com maior rigor. É uma dúvida que se teve, continua-se a ter e que tão rapidamente não se lhe conseguirá dar resposta. Embora se considere que a Geografia, neste aspeto tem ainda mais obrigação do que as outras disciplinas de promover o debate e a reflexão sobre as mais variadas temáticas, que podem, ou não, dizer respeito aos conteúdos e conceitos a abordar nas sessões. Por outro lado, também é “avisado” tentar cumprir o plano de aula. Os docentes veem-se muitas vezes, sem saber muito bem aquilo que fazer...

Nesta sessão, ainda se ponderou interromper os alunos e partir para a correção, mas sentiu-se que mais valia dar mais algum tempo, para que pelo menos a maioria finalizasse. A dupla Teresa e António terminou, com cerca de 15 minutos de aula decorridos. Acabaram por ser, de certa forma, prejudicados pelos colegas retardatários, mas optou-se por “levar” os restantes a terminar. Continuou-se a circular pela sala, incentivando-os a terminar. No final da primeira parte da aula os alunos conseguiram, todos, finalizar a ficha de trabalho. Talvez o guião de exploração fosse um pouco extenso, poderá também ser uma situação a rever em circunstâncias futuras.

Curiosamente, julga-se que valeu a pena a espera. Na segunda parte da aula realizou-se a correção e, não só a maioria das questões mais diretas estavam corretas, como ainda se conseguiu promover uma discussão e um debate bastante interessantes relativamente à questão 8. A aluna Márcia considerou que tinha ficado com uma ideia completamente diferente do setor das pescas, depois de ter visualizado o documentário, pois tinha a ideia da pesca ser uma atividade para “velhotes” e ficou muito surpreendida por constatar que, até as próprias universidades, são um veículo para a modernização do setor e que trabalhar nestas áreas não significa somente “ser pescador”. Promoveu-se este debate e deu-se conta que a turma estava bastante dividida, entre os partidários de até ponderarem um dia vir a trabalhar numa área ligada ao mar e os partidários de que “nem pensar”, é uma atividade que não atrai de “maneira nenhuma”. Aproveitou-se para “pegar” na questão 8 - a evolução que pensam que o setor terá e as consequências dessa evolução e perguntou-se aos alunos o que fariam se fossem pescadores, se quereriam apostar na sua profissão, assegurando formação no sentido de desenvolverem a sua carreira, ou se, pelo contrário não achariam importante essa questão. As respostas dadas

foram de que, efetivamente, se trabalhassem numa área ligada ao mar, tenderiam a qualificar-se cada vez mais. Notou-se uma inflexão da opinião da maioria dos alunos relativamente a esta questão, depois de terem visionado o documentário. Foi esse, aliás, o propósito do mesmo.

Os alunos participaram com bastante interesse nesta correção da ficha/ guião de exploração, que acabou por se tornar num debate. Valeu muito a pena ter sido “obrigado” a dar mais tempo para resolverem a ficha. Não se estava à espera, mas há, efetivamente, males que vêm por bem. E este foi um desses casos.

De referir que, durante a visualização do documentário, acabou-se por enunciar, sucintamente as principais características da aquicultura, salicultura e da indústria transformadora dos produtos de pesca em Portugal.

Acabou por terminar a sessão ainda com muito para debatermos e o sumário teve de ser realizado um pouco “à pressa”.

Sumário: Continuação e correção da ficha de trabalho

Nesta aula, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos responderam a questões, na forma escrita, após o visionamento do documentário

B – Informação e comunicação: os alunos participaram, de modo ordeiro, respondendo às perguntas dirigidas (à turma e a alunos específicos).

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram produzir conhecimento, ao refletirem sobre o visionamento do documentário e ao interagirem entre si, respondendo às questões que iam sendo colocadas.

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância, respeitando todos e refletindo sobre as suas próprias intervenções.

O guião de exploração acabou por se comprovar ser um recurso bastante útil. Como já antes tinha referido, mas agora em forma de balanço, o facto de ter “orientado” a visualização do documentário fez com que os alunos não só tivessem tido mais atenção, de forma a responderem a questões mais diretas, mas também promoveu a discussão em questões mais de reflexão pessoal, que se tornaram um bom tema de debate. O facto de ter colocado questões da atualidade (Figura 8 - questão 6, 7 e 8) fez com que os alunos problematisassem as situações numa turma que, aos poucos, se está a tornar mais alegre

e participativa, tendo eu, muitas vezes sido mais um “moderador” de debate do que um “professor”. E isso foi bastante positivo!

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** O debate espontâneo gerado pela correção do guião promoveu reflexão crítica e participação ativa.
- **O que falhou:** O guião revelou-se demasiado extenso, levando a atrasos no cumprimento da planificação.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A importância de equilibrar o número de questões com o tempo disponível e de transformar a correção em espaço de debate.
- **O que os alunos aprenderam:** Desenvolveram pensamento crítico sobre a modernização do setor das pescas e perceberam o papel da inovação e da qualificação profissional na sua sustentabilidade.

3.6.4. Aula 4 – 16/05/2023 (3ª feira – 10:20-12:10)

Anexo VI.IV (Planificação); Anexo VIII (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Começou-se a primeira aula desta semana, já dedicada à gestão do litoral e do mar, recordando alguns conceitos e conteúdos que os alunos haviam estudado no 8º ano. Começou-se por referir a questão das barragens alterarem a sequência normal de desgaste, transporte e deposição dos sedimentos, assim como os molhes e as infraestruturas de proteção de costa reterem as areias, transportadas pela deriva litoral, reduzindo os areais. Foi referido, ainda, que a ocupação urbana, muito próxima das praias, gera uma pressão imensa sobre a linha de costa e que resulta, de um mau planeamento e um péssimo ordenamento do território.

Neste contexto, começou-se por questionar a turma se tinha conhecimento de algum tipo de programa ou iniciativa que visasse a gestão das áreas costeiras portuguesas. O resultado desta questão foi um silêncio absoluto, embora a Tânia tivesse afirmado que se “não existir, faz falta, porque não se devia poder construir muito perto das praias e

arribas pois pode haver uma derrocada”. Agradeceu-se a participação, explicando que sim, que existe o Programa da Orla Costeira, que tem como principal objetivo promover a gestão integrada e sustentável das zonas costeiras em Portugal. Através desse programa, são desenvolvidas estratégias e ações para preservar e valorizar esse importante património natural, levando em consideração os aspetos ambientais, socioeconómicos e culturais.

Esta explicação, necessariamente mais teórica e “expositiva”, pois não podemos negar que este tipo de conteúdos são mais “densos” e menos interessantes para os alunos, permitiu que eles percebessem, na generalidade, que existem programas e mecanismos que visam o ordenamento e planeamento sustentável na gestão da orla costeira. Julga-se que a mensagem passou, pois foi pedido à Joana, ao Hugo e à Rita para resumirem. numa frase, em que consiste o programa e as respostas foram, na generalidade, bem similares e corretas. Em seguida passou-se, superficialmente, pelo Plano de Ação Litoral XXI e pelo Plano de Situação do Ordenamento do Território do Espaço Marítimo e foram elencados os principais objetivos destes, frisando, contudo, que objetivo do “professor aprendiz” não é que eles (alunos) “decorem” as características de cada um deles, mas que percebam a sua utilidade, na generalidade. Estes conteúdos não são tão bem recebidos pelos alunos, notou-se isso perfeitamente, são muito teóricos. Considera-se importante terem a ideia genérica do que são e para que servem. Não mais do que isso. A professora cooperante é da mesma opinião, daí ter-se optado por “suavizar” estes conteúdos.

Em seguida, questionou-se os alunos acerca dos principais problemas que afetam as áreas costeiras portuguesas. Solicitou-se ao Cristiano que tentasse identificar um constrangimento, ao que o aluno respondeu “a poluição”. Agradeceu-se, complementando que, efetivamente, a poluição marítima, por efeito, por exemplo, da crescente atividade turística, associada ao mar e ao intenso tráfego marítimo, está, sem dúvida a afetar a vida marinha. A Margarida deu outra contribuição, dizendo que o problema da erosão costeira também é grande, pois o aquecimento global eleva o nível médio das águas do mar. Falou-se também na pressão urbana sobre o litoral e sobre as dunas. Projetou-se, então, uma apresentação, em formato Powerpoint, em que constavam os principais problemas, mas também as possíveis soluções no que ao ordenamento das zonas costeiras diz respeito.

Posto isto, pediu-se para os alunos lerem o “essencial” e o “verifica se sabes”, na página 279 do manual, interpretando, todos juntos, os principais conteúdos abordados na

aula. Com o objetivo de sedimentar estas aprendizagens, solicitou-se então que os alunos, a pares, como quase sempre, respondessem à seguinte questão:

- Caracteriza os diferentes tipos de pesca, tendo em conta as embarcações e as artes de pesca.

Esta questão, que tem como objetivo que os alunos se lembrem das características dos três tipos de pesca estudados, é quase todos os anos “questão de exame” nacional de geografia. Desta forma, aproveitou-se para, paulatinamente, tentar preparar os alunos para o exame do ano que vem, com questões que costumam ser colocadas. No que à questão em concreto diz respeito, não houve grandes dúvidas na sua interpretação, até porque é bastante direta.

Circulou-se pela sala, tirando dúvidas e ajudando na interpretação das questões (situação em que grande parte dos alunos apresenta maiores dificuldades). No final da sessão corrigiu-se a questão e foi pedido ao Rafael para ir ao quadro registar a sua resposta. Desta forma ficaram com as respostas corrigidas e corretas, nos respetivos cadernos diários.

A resposta, algo longa, mas também bastante completa (ainda que o “professor aprendiz” tenha, ele próprio, ajudado a compô-la) foi:

Os diferentes tipos de pesca - local, costeira e ao largo - podem ser caracterizados de acordo com a localização geográfica da atividade de pesca, as embarcações utilizadas e as artes de pesca utilizadas.

A pesca local ocorre em águas próximas da costa, geralmente em rios, lagos ou áreas costeiras. É realizada por pescadores que utilizam embarcações de pequeno porte, como barcos a remo ou pequenos barcos a motor. As artes de pesca incluem redes de pesca, linhas de mão, armadilhas e, em alguns casos, mergulho livre para pescar mariscos ou peixes.

A pesca costeira é realizada em águas mais profundas e distantes da costa, geralmente em áreas costeiras e estuários. Nessa modalidade, são utilizadas embarcações de médio porte, como barcos de pesca, traineiras ou barcos de arrasto. As artes de pesca utilizadas podem incluir redes de arrasto de fundo, redes de emalhar, linhas de pesca com vários anzóis, armadilhas e redes de cerco.

A pesca ao largo ocorre em águas oceânicas distantes da costa, longe da plataforma continental. Essa modalidade envolve o uso de embarcações maiores e mais avançadas, como arrastões de alto mar, navios de pesca industrial e embarcações de pesca de longa distância. As artes de pesca incluem redes de arrasto de fundo de grande porte, redes de

cercos, linhas de pesca com vários anzóis e, em alguns casos, dispositivos de pesca por satélite.

No final da sessão, alertou-se para o facto de a pesca, local, costeira e ao largo poder variar em termos de escala, tecnologia e impacto ambiental. A pesca local tende a ser mais sustentável e voltada para a subsistência ou para o abastecimento local, enquanto a pesca costeira e ao largo são geralmente voltadas para fins comerciais e podem ter um impacto maior nos recursos pesqueiros e no ecossistema marinho. O uso de tecnologias mais avançadas nas pescas costeiras e ao largo também pode resultar em maiores capturas, mas também pode aumentar os desafios relacionados à conservação e à gestão dos recursos pesqueiros. Aproveitou-se para questionar os alunos relativamente à opção que fariam, caso trabalhassem nessa atividade, nomeadamente quanto ao tipo de pesca que praticariam. A Ana trabalharia numa pesca local, pois considera-se “amiga do ambiente” e contra a poluição que a pesca costeira e ao largo provocam. Já o Rafael disse-nos que trabalharia na pesca ao largo, por assim poder conhecer outros locais e poder trabalhar com meios mais evoluídos e, claro, “ganhar mais dinheiro”. Ficaríamos mais tempo nesta discussão bastante interessante, mas não havia tempo para mais.

Finalizou desta forma mais uma sessão cujo sumário foi:

O litoral e o espaço marítimo português e a gestão sustentável destas áreas.

Os problemas das áreas costeiras e as possíveis soluções.

A necessidade de valorizar o litoral e potenciar os recursos do mar.

Realização e correção dos exercícios das páginas 282 e 283 do manual.

Nesta aula, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos responderam a questões, nomeadamente quando a Tânia diz que fazem falta planos para o ordenamento do território costeiro

B – Informação e comunicação: os alunos participaram, de modo ordeiro, respondendo às perguntas dirigidas (à turma e a alunos específicos).

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram produzir conhecimento, ao refletirem sobre os benefícios dos planos de ordenamento e valorização das áreas costeiras e quanto ao que fariam se fossem pescadores, nomeadamente quanto à escolha do tipo de pesca em que trabalhariam

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância, respeitando todos e refletindo sobre as suas próprias intervenções.

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** A ligação entre conteúdos mais teóricos e os exemplos fornecidos pelos próprios alunos tornou a aula mais significativa.
- **O que falhou:** O carácter mais teórico do tema revelou-se menos apelativo, exigindo estratégias de dinamização adicionais.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A necessidade de simplificar conteúdos densos e de destacar a utilidade prática dos planos de ordenamento para captar a atenção.
- **O que os alunos aprenderam:** Reconheceram os principais problemas das áreas costeiras e compreenderam que existem instrumentos de gestão territorial para responder a esses desafios.

3.6.5. Aula 5 – 18/05/2023 (5ª feira – 16:25-18:15)

Anexo VI.V (Planificação); Anexo X (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Nesta sessão, construiu-se uma ficha de trabalho com base numa notícia extraída do jornal “Expresso” de dia 2 de dezembro de 2022 (Figura 10), que fazia referência à aprovação de um programa de 393 milhões de euros, pela Comissão Europeia, com o intuito de Portugal desenvolver a sustentabilidade da sua Economia do Mar, no âmbito do Portugal 2030. O objetivo foi que os alunos percebessem o impacto destas medidas e a importância dada, também pelos organismos europeus, da sustentabilidade da pesca e da conservação dos fundos biológicos marinhos.

Antes do início da aula, o “professor aprendiz” reuniu com a professora Fernanda Vieira (sua orientadora cooperante no ano transato) e com a professora Perpétua, com vista a que se conseguisse mudar de sala com a Professora Fernanda. Isto porque a sala onde se iria dar a aula não tinha o videoprojector a funcionar e era necessário projetar os recursos que construídos.

Chegados à outra sala, observou-se que, não apenas o videoprojector não funcionava como o próprio rato do computador não estava em condições. Antes do

“professor aprendiz” entrar em pânico, lembrou-se que poderia socorrer-se do Padlet como plano “b”. Tendo feito o upload de todos os recursos na véspera, esta ferramenta foi essencial para que os alunos conseguissem acompanhar a sessão.

Começou-se a sessão com o assentamento, no quadro, do número das lições.

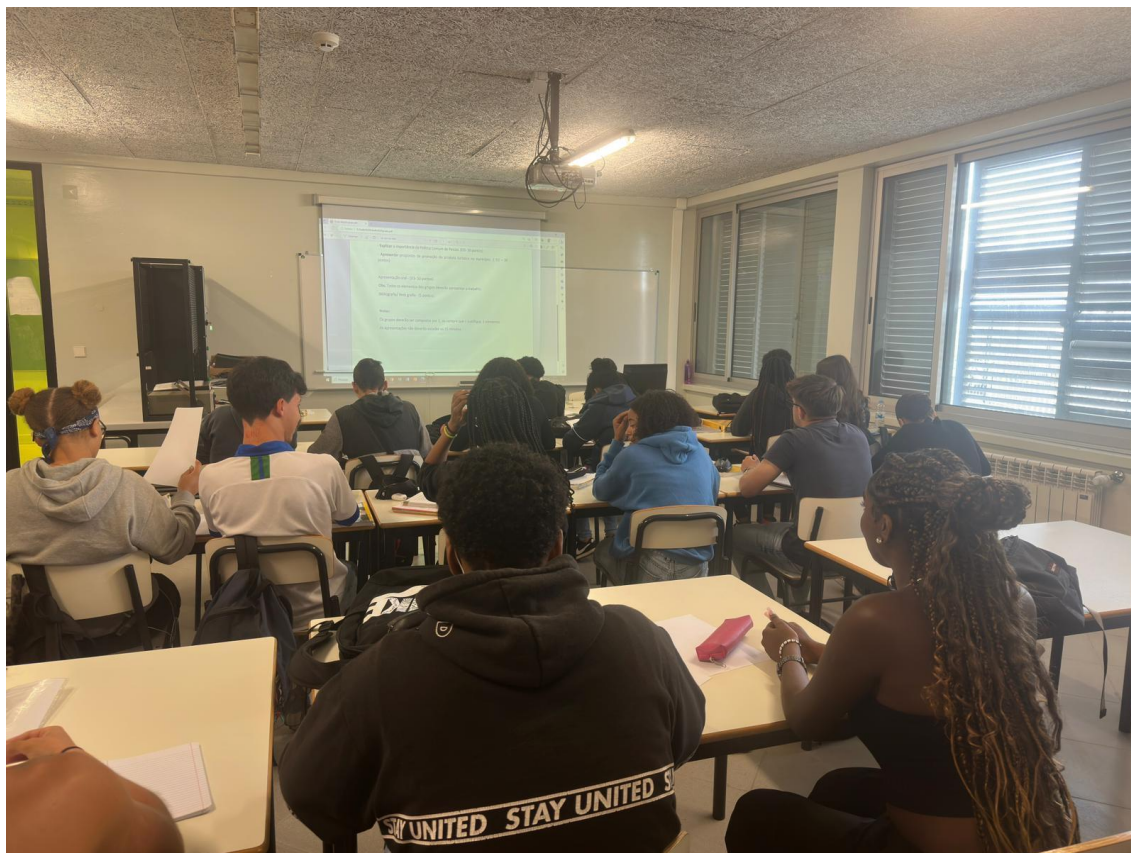
Feita a introdução ao tema, e não podendo projetar a notícia de jornal, distribuiu-se o guião de exploração (figura 23) a cada par de alunos e pediu-se que alguém se voluntariasse para começar a ler. O aluno Francisco voluntariou-se (este aluno tem bastante dificuldade na leitura, sendo, pois, de enaltecer ter-se voluntariado). Solicitou-se à turma que identificasse os principais objetivos do programa. A aluna Inês respondeu que “ o programa tinha como objetivo desenvolver, de forma sustentável o setor das pescas” e o Luís prosseguiu, frisando que “ o desenvolvimento teria de ser feito de forma sustentável, daí a parceria com diversas universidades portuguesas”. Agradeceu-se e complementou-se, explicando que o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) é um instrumento financeiro da União Europeia (UE) destinado a apoiar a política marítima e das pescas nos Estados-Membros e tem como objetivo promover a sustentabilidade das atividades pesqueiras, a conservação dos recursos marinhos, o desenvolvimento das comunidades costeiras e a diversificação das atividades económicas nas zonas costeiras. A turma anuiu, parecendo que interiorizou os propósitos do FEAMP.

Na segunda parte da aula, os alunos começaram a realizar a ficha de trabalho já anteriormente disponibilizada (Figura 23). Circulou-se, como habitual, na sala, tentando averiguar-se a forma como estavam a decorrer os trabalhos,

Sentiu-se que os alunos gostaram da atividade e viu-se neles um brilho nos olhos que ainda não se tinha observado.

No final, foram pedidos os contributos dos pares e escreveu-se as suas propostas no quadro.

Figura 23 – Aspetto geral da sala de aula, trabalho colaborativo



Fonte: própria

Desta forma, finalizou-se a sessão. Considera-se que acabou por correr bem e sentiu-se que os alunos gostaram que se tenha valorizado a sua participação. Provou-se também que a ideia de ter criado um Padlet foi bastante útil, pois permitiu que o “professor aprendiz” tivesse um plano alternativo ao videoprojector. Sente-se, cada vez mais, que aqueles alunos que, no início do ano, nunca participavam, são nesta altura, aqueles que se voluntariam para ler e que fazem mais “propostas”. A maioria deles, originários de bairros mais “complicados” e de famílias disfuncionais, sentem-se, regra geral, muito à parte da turma, refugiando-se no “não quero ler”, “Não me apetece”, “Não quero saber”. É importante tentarmos “chegar” perto deles. Parece-me que isso foi conseguido nestas poucas sessões. É notório que os melhores alunos da turma continuam a participar e a ter gosto em aprender e que se está a conseguir “puxar” aqueles que são, à partida, menos bons.

Sumário: Leitura e interpretação de uma notícia de jornal e realização e correção de uma ficha de trabalho, segundo o guião de exploração previamente disponibilizado.

Figura 24 – Ficha de trabalho/ guião de exploração distribuído aos alunos



Geografia A

Escola Secundária de Amora

10ºF

Aluno/a: _____ Nº _____

Portugal 2030: Bruxelas aprova programa de 393 milhões de euros para o mar

Joana Nunes Mateus

2 de dezembro de 2022

A Comissão Europeia anunciou esta sexta-feira a aprovação do programa de 393 milhões de euros do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2030.

Segundo o Expresso confirmou junto do Ministério da Presidência que coordena os fundos europeus, também já foi aprovado o programa para a demografia, qualificações e inclusão. A expectativa do Governo é que a aprovação dos vários programas do Portugal 2030 pela Comissão Europeia aconteça até ao final do ano.

Neste programa do Portugal 2030 dedicado ao mar estão em causa os apoios à política comum das pescas da União Europeia (UE), à política marítima da UE e à agenda da UE para a governação internacional dos oceanos. O fundo contribui para uma pesca sustentável e para a conservação dos recursos biológicos marinhos.

Neste contexto, o programa apoiará a resiliência dos setores das pescas e da aquicultura, nomeadamente através de contribuições financeiras para a adaptação e reestruturação da frota, e de investimentos em infraestruturas destinadas a melhorar as condições de trabalho.

Também apoiará a criação de infraestruturas para a aquicultura, em especial a aquicultura ao largo, assim como da digitalização da gestão dos portos de pesca e da introdução de soluções inovadoras para a transformação e comercialização do peixe.

O programa incentivará a transição ecológica do setor com investimentos na eficiência energética, na descarbonização, na transição para a energia verde e na digitalização das atividades, em consonância com o roteiro nacional português para a descarbonização e os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Portugal também planeia investir no desenvolvimento de infraestruturas verdes que contribuam para a preservação da biodiversidade, dos

ecossistemas costeiros e das paisagens.

A transição digital está bem coberta pelo programa português, com investimentos nas pescas, na transformação e comercialização, na aquicultura e na pesca artesanal.

O programa deve ainda contribuir para um bom estado ambiental através da implementação, gestão e monitorização das zonas marinhas protegidas (ZMP), da conceção, monitorização e atualização dos planos de gestão das pescas nessas zonas, nos sítios NATURA 2000 e noutras zonas identificadas no âmbito do ordenamento do espaço marinho. O programa apoiará estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades, uma abordagem “da base para o topo” do desenvolvimento de políticas, a fim de incentivar as populações locais a constituírem grupos de ação local (GAL) e a participarem.

Apoios às regiões autónomas

Nos Açores, o apoio centrar-se-á nos profissionais do setor, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e de segurança, bem como em investimentos em infraestruturas portuárias e lotas. Com o apoio do FEAMPA, os Açores continuarão a investir na investigação e inovação na aquicultura e também na produção aquícola.

Na Madeira, serão feitos investimentos de apoio ao arranque de jovens pescadores, investimentos a bordo das embarcações destinados a promover a saúde e a segurança, que podem incluir ações coletivas, bem como investimentos em portos de pesca locais de desembarque. O apoio do FEAMPA à aquicultura centrar-se-á na inovação tecnológica, abrindo caminho à aquicultura biológica e a uma maior sustentabilidade da produção.

Extraído de: <https://expresso.pt/economia/2022-12-02-Portugal-2030-Bruxelas-aprova-programa-de-393-milhoes-de-euros-para-o-mar-17156c53>

Exercícios

- 1 – **Identifique** os principais objetivos do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da agricultura (FEAMPA) no que à Aquacultura diz respeito.
- 2 – **Mencione** qual a designação dada às infraestruturas que contribuem para a preservação da biodiversidade.
- 3 – **Identifique** os objetivos do FEAMPA nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.
- 4 – **Considera** importante a aposta no desenvolvimento e modernização do setor das pescas em Portugal? Elabore um breve comentário exprimindo a sua opinião pessoal sobre o tema.

Nesta aula, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos responderam a questões, na forma oral, quando interpelados

B – Informação e comunicação: os alunos participaram, de modo ordeiro, respondendo às perguntas dirigidas (à turma e a alunos específicos), nomeadamente na realização da atividade

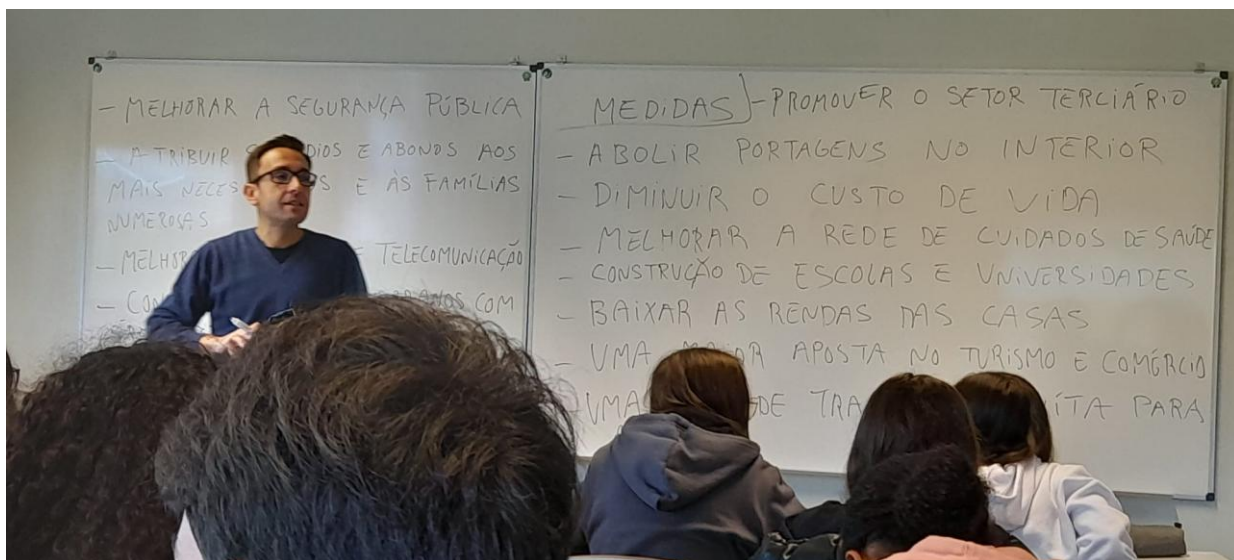
C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram produzir conhecimento e resolver os exercícios propostos, ao refletirem sobre a notícia de jornal e ao interagirem entre si, respondendo às questões que iam sendo colocadas.

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância, respeitando todos e refletindo sobre as suas próprias intervenções.

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** A utilização de uma notícia atual motivou os alunos e permitiu relacionar os conteúdos com a realidade. O Padlet funcionou como recurso alternativo eficaz.
- **O que falhou:** Alguns alunos mostraram dificuldades em interpretar o texto jornalístico sem apoio adicional, refletindo um enorme falta de hábitos de leitura e escrita, salientando aqui, mais uma vez, os problemas associados à proveniência desses alunos (bairros sociais) e aos problemas familiares associados.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A importância de preparar sempre um plano alternativo para lidar com constrangimentos técnicos.
- **O que os alunos aprenderam:** Compreenderam o papel dos fundos europeus na sustentabilidade das pescas e desenvolveram competências de leitura e interpretação de textos não escolares.

Figura 25 - O “Professor - aprendiz” na aula de lançamento do trabalho de grupo



Fonte: Própria

3.6.6. Aulas 6 – 19/05/2023 (3ª– 10:20-12:10)

Anexo VI.VI (Planificação); Anexo X (Recursos utilizados e construídos para a aula).

Primeiramente, é necessário explicar o porquê de ter-se decidido, juntamente com a Dr^a Perpétua, realizar um trabalho de pares nestas últimas sessões. Como se sabe, em IPP III o relatório de prática de Ensino Supervisionada será a base do relatório de mestrado. Neste sentido, o “professor aprendiz” tentou lecionar uma temática que lhe agradasse mais, pois esta será o objeto de estudo do seu relatório final. Relativamente às temáticas de Geografia A, do 10º ano de escolaridade, o setor das pescas, mais concretamente em Portugal, é, de longe, o seu preferido, embora seja a última temática a ser lecionada, mesmo no final do ano letivo. Daí ter-se combinado, com a orientadora cooperante, lecionar a sequência final e terminar os conteúdos deste ano letivo. Em conversa com a Dra. Perpétua, foi dito que os alunos já tinham realizado os testes sumativos e que este costumava sempre realizar um trabalho de pares relativamente ao setor das pescas em Portugal. Visto que já se tinha terminado os conteúdos todos, achou-se por bem “ouvir” o conselho da orientadora e ambos propuseram à turma a realização de um trabalho, com o “peso” igual ao de um teste sumativo (figura 25).

Nesta última atividade, preparada por ambos, tentou-se dar um cunho pessoal às atividades a realizar, ouvindo também algumas dicas e conselhos da Dr^a. Perpétua. Neste âmbito, foram-nos sugeridas algumas linhas “gerais” para o trabalho. Primeiro que tudo, este seria realizado apenas nas aulas, sem suporte digital (redigido em folhas brancas), entregue no final das sessões e posteriormente trancado. Ou seja, os alunos realizavam as atividades definidas para esse dia e entregavam no final. Isto porque o trabalho tem, como já referi, o peso de um teste sumativo. Combinou-se que se iria disponibilizar duas aulas de 100 minutos para a realização das atividades definidas no guião de trabalho. Nas restantes duas aulas de 100 minutos seria, então, realizada a apresentação oral. Os alunos poderiam utilizar apenas uma folha com alguns tópicos “auxiliares”, mas o objetivo seria mesmo o desenvolvimento de competências de linguagem e comunicação. É sabido que, na grande maioria das vezes, os alunos se “agarram” muito ao conteúdo das apresentações (Powerpoint, Prezi, etc.) e acabam, apenas, por ler. Desta forma, serão “obrigados” a preparar convenientemente a apresentação e a consolidar os conteúdos estudados. Os pares de trabalho foram nomeados pelo “professor aprendiz” e pela Dr^a. Perpétua. Tentou-

se misturar alunos melhores com outros menos bons. Durante a execução dos trabalhos tentou-se funcionar como equipa, tirando dúvidas e dando sugestões de melhoria das respostas. No final recolheram-se as mesmas.

Talvez não fosse o tipo de trabalho de grupo que o “professor aprendiz” tivesse pensado para estes alunos e para estas sessões, mas sentiu que deveria aceder ao que a orientadora cooperante sugeriu, até porque sabemos que é necessário haver, digamos que um equilíbrio, relativamente àquilo que se pensa/quer fazer e aquilo que o orientador pensa/ quer. Porque, efetivamente, a responsabilidade da turma e dos seus resultados é do professor titular. E no ensino secundário a responsabilidade adensa-se mais, às “portas” de um exame nacional, no próximo ano letivo.

Desta forma, o guião de trabalho foi o seguinte: foi pedido aos alunos que se imaginem presidentes de um município do litoral português. Através de uma pesquisa autónoma, o grupo de trabalho deverá:

- selecionar um município do litoral e realizar uma breve caracterização demográfica e geográfica do mesmo;
- identificar um ou vários problemas específicos do município, no que ao ordenamento do território diz respeito;
- propor soluções para os constrangimentos identificados;
- apresentar propostas para valorizar o espaço marítimo;
- apresentar propostas de promoção do produto turístico no município.

Todos os elementos dos grupos deverão apresentar o trabalho e o trabalho terá de ter Bibliografia.

Os grupos deverão ser compostos por 2, ou sempre que o justifique, 3 elementos e as apresentações não deverão exceder os 15 minutos. A turma é composta por 25 elementos, ou seja, 12 grupos (11 grupos de 2 elementos e 1 grupo de 3 elementos).

No início da aula tentou-se perceber se os alunos identificavam quais os principais desafios relacionados ao ordenamento do território enfrentados pelas áreas costeiras de Portugal.

O André respondeu que era a “Erosão costeira”. O docente complementou a resposta, referindo que muitas áreas costeiras em Portugal estão sujeitas a processos de erosão, que são a perda progressiva de terra devido à ação das ondas, correntes marítimas e outros fatores. Tal representa um desafio significativo para o ordenamento do território, já que é necessário tomar medidas para proteger e preservar as zonas costeiras, evitando a perda de território e a degradação das infraestruturas costeiras. Agradeceu-se o contributo do

André e perguntou-se à turma se identificava outro tipo de problemas. A Tânia respondeu a “subida do nível do mar” e o “professor aprendiz” completou, frisando que o aumento do nível do mar é uma consequência das mudanças climáticas e representa uma ameaça significativa para as áreas costeiras. Estava dado o mote para o início da realização do trabalho - dando-se nesse sentido, autorização para que os alunos o iniciassem, de acordo com o guião de trabalho.

Esta ficha de trabalho, preparada muito de acordo com as preocupações do Projeto Nós Propomos! visou fazer os alunos refletirem relativamente ao que fariam para conseguirem promover/ desenvolver um território (o seu ou outro qualquer). Estas questões, de se colocar o aluno a “imaginar” ser um presidente da República/ Câmara/Junta de Freguesia são altamente pertinentes e visam desenvolvê-los enquanto Cidadãos ligados ao território (Cidadania Territorial). Não será por acaso que grande parte dos exames nacionais de Geografia A já têm muitas questões semelhantes... A importância e magnitude do Projeto Nós Propomos! muito terá contribuído para isso.

Figura 26 – Guião de trabalho de grupo



Guião de trabalho

Imaginem que são presidentes de uma autarquia do litoral português.

Através de uma pesquisa autónoma, **o grupo de trabalho deverá:**

- **Selecionar** um município do litoral e realizar uma breve caracterização demográfica e geográfica do mesmo; (D1- 15 pontos)
- **Identificar** 2 problemas específicos do município, no que ao ordenamento do território diz respeito; (D1- 20 pontos)
- **Propor** soluções para os constrangimentos identificados; (D2 – 25 pontos)
- **Apresentar** propostas para valorizar o espaço marítimo; ;(D2 – 25 pontos)
- **Explica** a importância da Política Comum de Pescas. (D2- 30 pontos)
- **Apresentar** propostas de promoção do produto turístico no município. ;(D2 – 30 pontos)

Apresentação oral (D3- 50 pontos)

Obs. Todos os elementos dos grupos deverão apresentar o trabalho.

Bibliografia/ Web grafia - (5 pontos)

Notas:

Os grupos deverão ser compostos por 2, ou sempre que o justifique, 3 elementos

As apresentações não deverão exceder os 15 minutos

Bom trabalho!! 

Sumário: Realização do trabalho de pares.

Nestas aulas, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos interpretaram o guião de exploração e colocaram as dúvidas que tinham relativamente a algumas questões

B – Informação e comunicação: os alunos participaram, de modo ordeiro, respondendo às perguntas expressas no guião do trabalho

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram responder às questões, depois de raciocinarem sobre as mesmas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância com o par designado

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** O formato de trabalho prático e contextualizado despertou entusiasmo e promoveu o raciocínio criativo.
- **O que falhou:** Alguns grupos revelaram dificuldades em compreender as questões mais abstratas do guião, necessitando de explicações adicionais.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A utilidade de trabalhos de projeto para desenvolver competências de autonomia, mas também a necessidade de apoio diferenciado.
- **O que os alunos aprenderam:** Identificaram problemas geográficos concretos nas áreas costeiras e começaram a refletir sobre potenciais soluções.

3.6.7. Aulas 7 – 23/05/2023 (3^a– 10:20-12:10) – Anexo VI.VII

Nesta sessão, os alunos continuaram a realizar o trabalho de grupo.

Logo no início, um dos grupos de trabalho questionou as atividades turísticas poderem ter um impacto negativo nas áreas costeiras, pois uma das questões do guião de exploração solicitava que fossem dadas propostas para a valorização do produto turístico no município em estudo. A questão pareceu extremamente bem colocada e começou-se por responder que sim, as atividades turísticas podem ter um impacto negativo nas áreas costeiras. Embora o turismo seja uma importante fonte de receita e desenvolvimento económico para muitas regiões costeiras, também pode causar problemas ambientais e sociais se não for devidamente gerido e planeado. Acabou-se por referir, uma vez mais, que a chave de tudo acaba por ser a tal “sustentabilidade” que tantas e tantas vezes abordámos nestas sessões.

Durante a sessão, o “professor aprendiz” esteve, juntamente com a professora Perpétua, disponível para eventuais dúvidas que pudesse haver, embora a maioria delas fosse de interpretação, nomeadamente na questão relativa a “explicar a importância da política comum das pescas”, onde os alunos se pareceram preocupar apenas em referir os seus objetivos e não em dar uma explicação pelas, suas próprias palavras. Tentou-se, sempre, explicar o que era pretendido nesta questão. No fundo, numa aula de acompanhamento de trabalho de grupo (neste caso, de pares) requer que o professor desempenhe o papel de facilitador e orientador dos alunos, deve rever com os alunos quais os objetivos do trabalho e relembrar os alunos sobre o que se espera que eles alcancem. Desta forma ajuda a manter o foco e a direção do trabalho.

Tentou-se, sempre, verificar o progresso do trabalho com a finalidade de identificar eventuais dificuldades, oferecer feedback e orientações adicionais, se necessário.

Outra questão mais específica, que um dos pares colocou, teve a ver com uma das propostas que estava a pensar sugerir para promover o turismo no município e que seria a construção de uma unidade hoteleira. O contributo foi tentar dar-lhes alguns prós: por uma lado, é um estímulo ao turismo, ou seja, a construção de um hotel pode atrair turistas para a região, especialmente se estiver localizado em um destino turístico popular. Isso pode impulsionar a economia local, aumentar as receitas do setor de turismo e promover o desenvolvimento de outras empresas relacionadas; pode também ajudar ao desenvolvimento da infraestrutura: A construção de um hotel pode igualmente contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura local, incluindo estradas, redes de água e

energia, serviços de transporte e outras comodidades. Isso pode beneficiar tanto os visitantes quanto os residentes locais. Por outro lado, há contras: poderá exercer pressão sobre os recursos locais: a abertura de um hotel pode aumentar a procura por recursos locais, como água, energia e alimentos. Isso pode sobrecarregar a infraestrutura existente e gerar tensões com a comunidade local. Desta forma, sem querer influenciar, o “professor aprendiz” orientou os alunos para uma resposta sustentada, em que, no fundo, possam pesar os benefícios e os contras da sua ideia e responder, argumentando e pensando.

O sumário desta sessão foi: Continuação e finalização da realização dos trabalhos de pares.

Nestas aulas, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos interpretaram o guião de exploração e colocaram as dúvidas que tinham relativamente a algumas questões

B – Informação e comunicação: os alunos participaram, de modo ordeiro, respondendo às perguntas expressas no guião do trabalho

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram responder às questões, depois de raciocinarem sobre as mesmas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância com o par designado

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** O acompanhamento próximo permitiu orientar os alunos para propostas mais fundamentadas.
- **O que falhou:** Persistiram respostas superficiais em alguns grupos, como “não poluir” ou “aumentar salários”.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A importância da mediação para transformar respostas genéricas em propostas fundamentadas.
- **O que os alunos aprenderam:** Consolidaram a identificação de problemas territoriais, mas revelaram dificuldade em traduzir essa análise em soluções práticas.

3.6.8. Aulas 8 e 9 – 25/0/203 e 26/05/2023 (5ª feira – 16:25 – 18:15

6ª feira – 10:20 – 12:10) – Anexo VI.VIII

Notas prévias: Como já anteriormente foi referido, todos os nomes dos alunos neste relatório são fictícios

Optou-se por juntar a descrição destas duas últimas sessões, fazendo, desta forma, mais sentido, visto que foram, ambas, de apresentações de trabalhos. Mantém-se, desta forma, um fio condutor, sendo mais fácil a perceção para quem lê/ analisa este relatório.

Chegou-se às últimas duas aulas desta sequência com sinais bem positivos no que diz respeito à evolução do 10ºF. Começou-se por acompanhá-los desde a primeira aula do ano letivo e, inicialmente, eram bastante tímidos, depois algo barulhentos (o usual barulho de fundo) e pouco participativos. No decorrer do ano letivo, sentiu-se a turma muito mais solta, alegre e participativa, sendo casos paradigmáticos as alunas Liliana e Dulce, repententes, ambas, oriundas de um contexto problemática e referenciadas pela CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), que nunca tinham participado em nenhuma das aulas, nem quando instigadas diretamente a fazê-lo, e que, desde as propostas que apresentaram para resolver problemas das áreas costeiras se apresentam como participativas (nem sempre dão respostas corretas, mas estão bastante mais motivadas).

Depois do ritual inicial de início da aula (registo das lições e chamada), começou-se as apresentações dos trabalhos de pares.

As primeiras a apresentar foram a Tatiana e a Alicia. As alunas mostraram-se bastante focadas na apresentação, tentando falar sem olharem para a folha com os tópicos principais. Em geral, a apresentação estava bem estruturada e fácil de acompanhar. Demonstraram, ambas, conhecimento sobre o tema e conseguiram transmitir as ideias de forma clara.

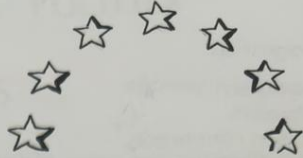
Seguidamente, foram a Vitória e o Rodrigo a apresentar o trabalho (Figura 27). Escolheram presidir o município de Faro. A Vitória estava extremamente à vontade, sem precisar sequer de utilizar um auxiliar (papel) para orientar a apresentação. O Rodrigo, pelo contrário, mostrou-se extremamente nervoso, bloqueando algumas vezes no meio das frases, não as conseguindo refazer. Começava um tema sem terminar o anterior.

A Catarina e a Daniela apresentaram a seguir (figura 28). Escolheram presidir o município de Odemira. A Catarina, uma das melhores alunas da turma, conseguiu estar bastante à vontade, passando a mensagem de forma clara, tendo como aliado o seu excelente tom de voz, que lhe dá uma forte presença. A Daniela, menos segura, mas ainda assim, bem, auxiliando-se, algumas vezes da folha com os tópicos principais.

Um trabalho também bastante cuidado, que se refletiu na apresentação foi o da Nicole, do João e da Jéssica (Figura 29). Escolheram presidir ao município de Aveiro. De todos eles, a Nicole foi a que se destacou, estando calma na apresentação, com um tom de voz forte e pausado, conseguiu passar a mensagem. A Jéssica e o João, não estiveram tão “à vontade”, mas também estiveram relativamente bem. De referir que a Nicole é a melhor aluna da turma a Geografia, sendo das melhores também no contexto global.

Figura 27 – Trabalho da Vitória e do Rodrigo

Política
COMUM DE PESCAS.



- Para explicarmos melhor a sua importância, temos explicar brevemente no que consiste: é um conjunto de acordos que visam assegurar a prosperidade e sustentabilidade do setor, estabelecendo quotas e limites de pesca.

▼ importância:


- Na conservação dos recursos piscatórios, a P.C.P. visa a garantir sustentavelmente os recursos piscatórios, estabelecendo limites para capturas e implantar medidas de gestão da mesma, como referido acima. Levando a garantir também a proteção e conservação dos ecossistemas marítimos como um todo, promovem ainda as pescas seletivas e sustentáveis, reduzindo a captura acidental de espécies, podendo estas estar em risco de extinção.

A P.C.P. busca coordenar as atividades entre os estados da UE., estabelecendo regras comuns para cooperação entre fronteiras, pois muitas espécies migratórias atravessam diferentes áreas marítimas. Apoiam, também, as comunidades pesqueiras reconhecendo a importância socioeconômica e busca garantir a viabilidade dessas atividades a longo prazo.

Por fim, buscam estabelecer sistemas de monitoramento e controle para garantir o cumprimento das regulamentações piscatórias, implantando quotas de pescas e o combate à pesca ilegal.

26

Produto
Turístico



- Iremos apresentar as nossas propostas para promover o turismo no município de Faro

1º proposta - criação de campanhas de marketing para destacar as atrações turísticas em Faro, como por exemplo, o Rio Formoso, o centro histórico, as praias e a culinária local;

2º proposta - estabelecer parcerias com agências de viagens, nacionais ou internacionais, para promover pacotes turísticos em Faro, oferecendo ainda, descontos especiais ou benefícios exclusivos para incentivar as visitas, mostrando mais dos segredos e curiosidades da cidade;

3º proposta - organizar eventos temáticos relacionados à cultura e história de Faro. Por exemplo, festivais gastronômicos com pratos tradicionais da região, festivais de música, com artistas locais. - podendo haver visitas de estudo ligadas aos festivais. Estes eventos atraem turistas de todos os lugares do país;

4º proposta - parcerias com influenciadores digitais, para alcançar digitalmente novas pessoas de diferentes idades e com outros costumes/culturas, sejam ou não de Portugal.

25

Soluções face aos 2 problemas

▶ Problema da má organização urbana, mais a impermeabilidade do solo:

- Para tentar solucionar a má organização, podemos apostar na revitalização dos patrimónios da cidade, evitando a sua demolição ou sobreposição, podendo haver uma sobrelocação de edifícios, ou até mesmo de encanamentos ou fios elétricos.



→ Ligando a má organização com o problema do solo, chegamos à preservação das áreas verdes, consistindo em: preservá-las pois aí evita a colisão ou ligação de infraestruturas e com a sua conservação iria potencializar a criação de cinturões verdes, evitando a sua invasão e as chuvas fortes não gerariam inundações.

▶ Problema da sobrelocação do litoral:

- Poderíamos apostar no ordenamento do turismo de forma sustentável, consistindo na estabelecimento de limites para o número de visitantes em áreas sensíveis.

→ Face à pressão urbana apostaríamos na colocação de pontos atrativos no interior, como lojas relevantes, centros comerciais e novas oportunidades de emprego.

22

Propostas PARA A VALORIZAÇÃO



▶ 1ª proposta: Investimento nas infraestruturas portuárias, ou seja, investir na modernização e expansão das infraestruturas para aumentar a capacidade de receber embarcações. Com isto possibilitará a realização de eventos, o que irá atrair um público diversificado, gerando receitas para a cidade.

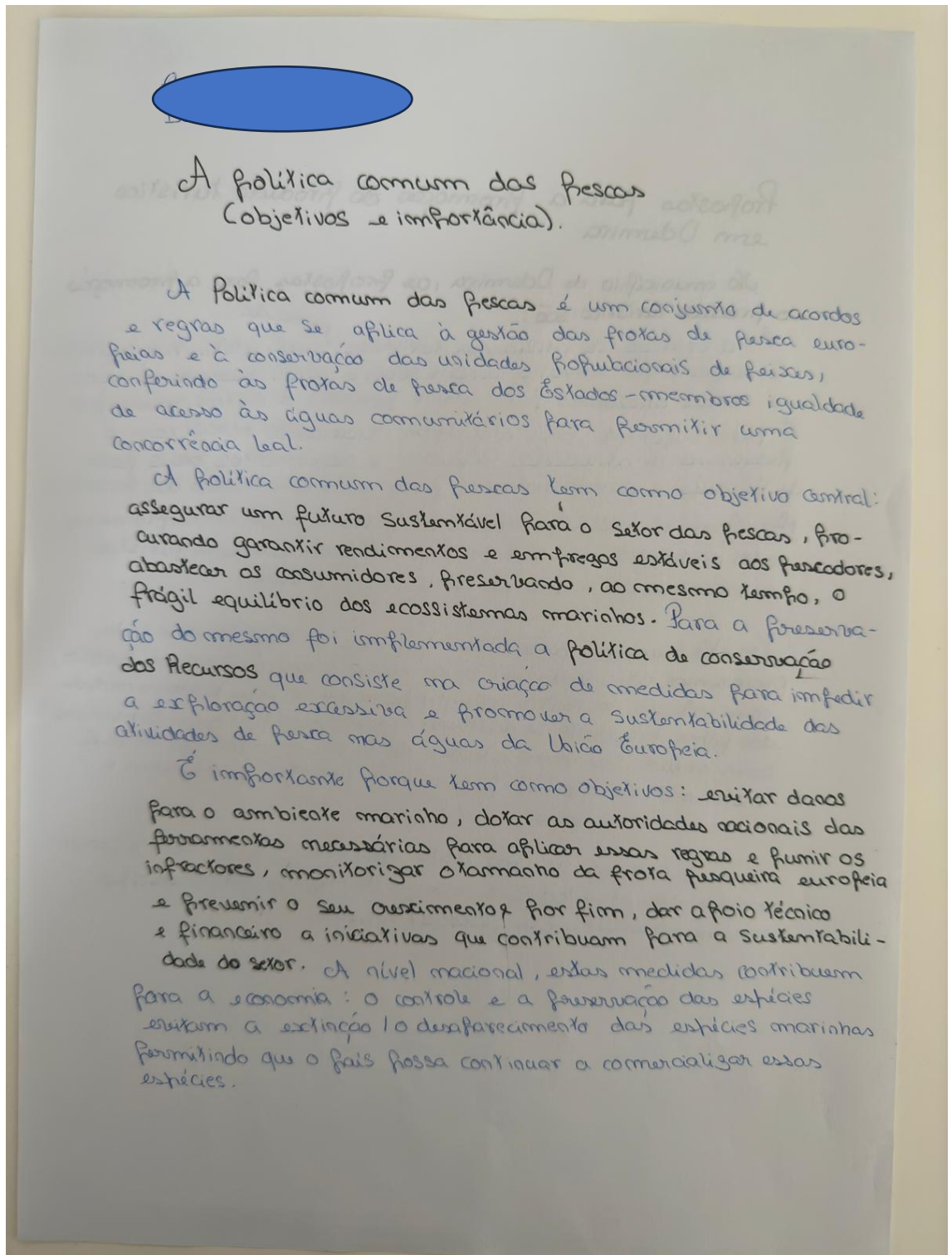
▶ 2ª proposta: A criação de um centro de pesquisa marinha, o que será importante para aplicar o conhecimento gerado para promover a conservação e o uso sustentável do espaço marítimo.

▶ 3ª proposta: Melhoria das infraestruturas de lazer na orla marítima como por exemplo: a construção de ciclovias, parques e áreas de recreação. Isso incentivará a prática de atividades ao ar livre.

→ Ligação com a primeira proposta: com a promoção da cultura marítima podem-se realizar eventos culturais relacionados ao mar, como festivais de música, exposições de arte, teatro e workshops temáticos, o que poderá preservar e repassar o património cultural marítimo.

24

Figura 28 – Apresentação da Catarina e da Daniela



Propostas para a Promoção do Produto Turístico em Odemira

No município de Odemira, as propostas para a promoção do produto turístico são:

1^a → a criação de atividades turísticas: ^{guias de} Surf, jet ski, kite hydrofil (desporto que envolve andar sobre a água), passeios de barco, e outras atividades para atrair pessoas de outros municípios.

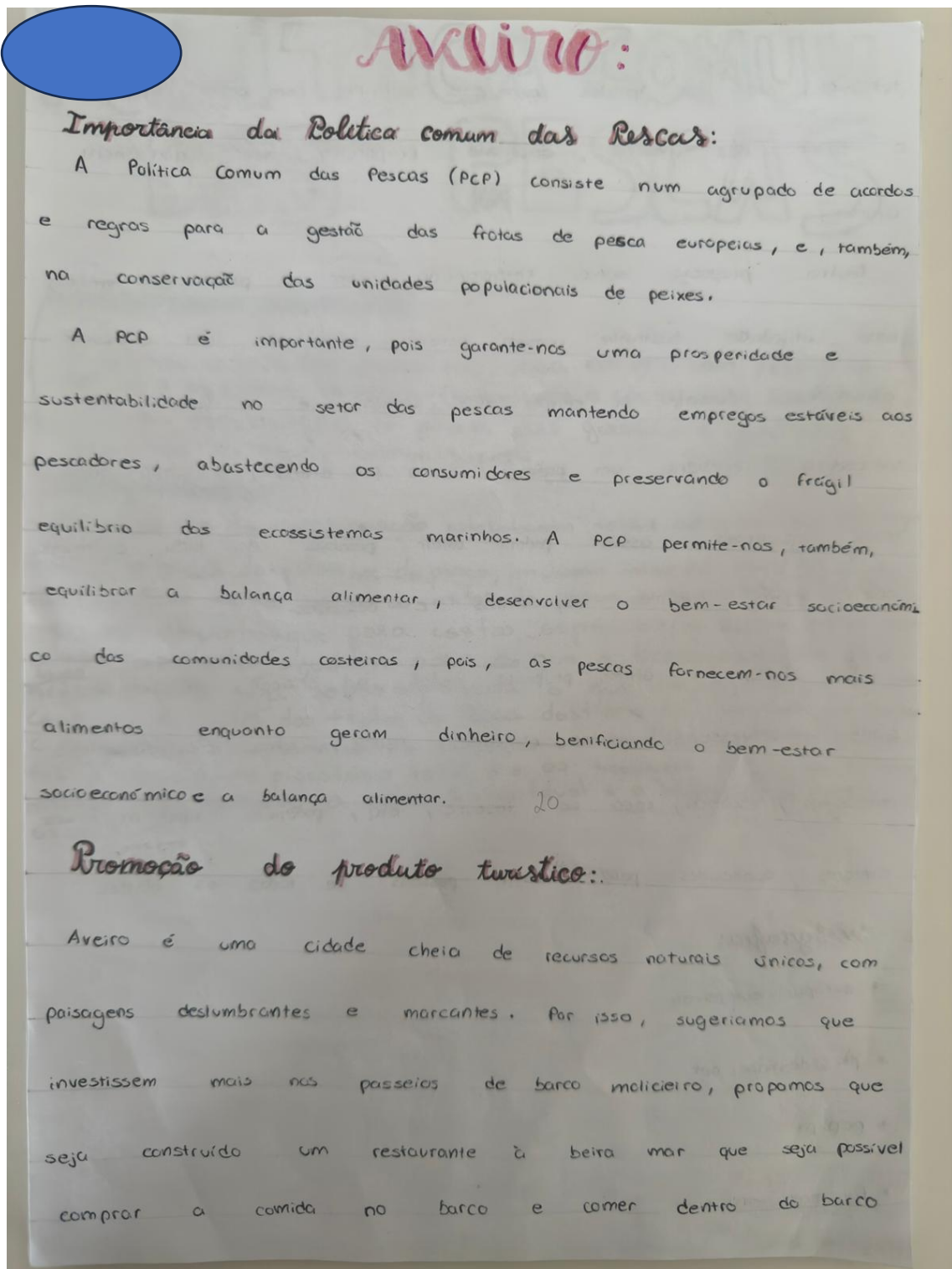
2^a → Para suportar estas atividades criaríamos hotéis com o programa de atividades incluídos e alojamentos locais perto de parques e feiras culturais para entretenimento das pessoas.

3^a → Com a nossa primeira proposta o objetivo é promover estes desportos e a sua prática atraindo também turistas e incentivando a prática de desporto. (Verão).

4^a → No inverno, para atrair turistas ao longo do ano todo, criaríamos atividades no interior como o teatro aberto ao público, com inclusão do teatro infantil para que os pais tenham controle dos filhos enquanto se distraem, criaríamos também bibliotecas com atividades como: clubes do livro e exposições com a história do município para que os turistas conhecessem a cultura do mesmo.

5^a → A criação de uma conta das redes sociais com a programação das atividades e com a divulgação do município, assim atrairia mais pessoas / turistas.

Figura 29 – Trabalho da Nicole, João e Jéssica



também, onde os pratos principais seriam com peixe, aproveitando o setor das pescas, enquanto proporciona uma experiência única.

Outra proposta seria relacionada com a prova de vinhos, uma atividade bastante comum, porém, sugerimos que criassem atividades durante a prova dos vinhos, e no fim a dupla vencedora receberia um prémio, como por exemplo, o vinho que mais gostaram, assim poderia atrair pessoas de todo o mundo que sejam amantes de vinhos e desafios.

Por fim, a última proposta seria a criação de um ^{anual} festival onde envolvessem várias atividades físicas, como por exemplo canoagem, escalada, caça ao tesouro, etc, poderiam também convidar cantores conhecidos para atrair pessoas de todas as idades

Webgrafia:

- europarl.europa.eu
- pt.slideshare.net
- pcp.pt
- turismoonaveiro.com

Os restantes trabalhos, uns melhores que outros, obviamente, acabaram por ser todos avaliados de forma positiva.

O Rafael e a Stephany realizaram o seu trabalho escolhendo presidir ao município de Vila do Conde. O Rafael conseguiu ser conciso e preciso na sua apresentação, estando calmo e focado. A Stephany, pelo contrário, atrapalhou-se várias vezes, tendo de ser auxiliada pelo colega. Foi sugerido à aluna que pratique com mais afinco este tipo de atividades, antes do dia decisivo, pois estava nervosa e sem confiança, sendo notório que não tinha preparado a apresentação convenientemente.

O Rodrigo e a Allana fizeram o seu trabalho sobre o município de Faro. O Rodrigo, enquanto rapaz comunicativo e astuto que é, mostrou-se sempre muito à vontade, encarando a turma “de frente” e os colegas e professores “olhos nos olhos”. A Allana, mais tímida, não foi tão expansiva, mas mostrou que tinha a “lição bem estudada”, conseguindo explicitar, sem problemas de maior, aquilo que tinha para dizer. Outro trabalho e apresentação bastante positivos.

Em suma, estas apresentações permitiram o desenvolvimento da habilidade de expressão verbal, isto porque, ao preparar e apresentar uma comunicação oral, perante outras pessoas, os alunos têm a oportunidade de praticar a expressão verbal e melhorar a sua capacidade de articular ideias de forma clara e coerente. Contribui, de forma inegável, para o desenvolvimento deste tipo de comunicação.

Noutro âmbito, para fazerem uma apresentação eficaz, os alunos precisaram de organizar as suas ideias de forma lógica e estruturada.

Em resumo, as apresentações proporcionaram a estes alunos uma oportunidade valiosa para aprimorar as suas competências de comunicação e linguagem.

No final da sessão solicitou-se aos alunos que respondessem a um inquérito que foi colocado no padlet, elaborado na plataforma “google forms”. O objetivo do mesmo foi perceber até que ponto eles (alunos) gostam ou dão importância à disciplina de Geografia e o de aferir o que acharam do professor estagiário (“aprendiz”). No final foi-lhes solicitado que enviassem uma mensagem que quisessem. As respostas surpreenderam e deixaram o “professor aprendiz” com a certeza de que deu o seu melhor e que o “seu melhor” foi suficiente para ter ganho a atenção e a simpatia dos alunos do 10º F, segundo os testemunhos dados pelos próprios (página 84).

Sumário: Apresentação dos trabalhos de pares. Preenchimento de questionário sobre a disciplina e sobre as aulas lecionadas pelo professor estagiário (“aprendiz”)

Nesta aula, através das atividades realizadas, os alunos desenvolveram um conjunto de competências, atendendo ao Perfil dos Alunos:

A – Linguagens e textos: os alunos expressaram-me durante a apresentação dos trabalhos

B – Informação e comunicação: os alunos revelaram conseguir comunicar em público, conseguindo expressar-se de forma adequada

C – Raciocínio e resolução de problemas: os alunos conseguiram responder às questões, depois de raciocinarem sobre as mesmas, mesmo em situação de pressão, como foi o caso das apresentações dos trabalhos

D – Pensamento crítico e pensamento criativo, quando alguns dos alunos comentavam, no final a sua própria apresentação e a dos colegas

E – Relacionamento interpessoal: os alunos conseguiram interagir com tolerância com o par designado, nomeadamente nos casos em que os alunos auxiliaram os colegas quando estes se esqueceram de alguma parte da sua apresentação

Reflexão crítica

- **O que funcionou bem:** As apresentações permitiram desenvolver competências de comunicação oral e promoveram a partilha de aprendizagens entre os colegas. O questionário final deu voz aos alunos e forneceu feedback útil.
- **O que falhou:** Alguns alunos não se prepararam adequadamente para a apresentação, evidenciando falta de treino e de autoconfiança.
- **O que o professor-aprendiz aprendeu:** A relevância de estimular a prática regular da comunicação oral e de proporcionar momentos de avaliação pelos pares.
- **O que os alunos aprenderam:** Consolidaram aprendizagens sobre problemas e soluções para o litoral, melhoraram competências de comunicação e reconheceram a importância da Geografia para compreender e intervir no território.

No final das sessões foi solicitado aos alunos que deixassem um mensagem relativamente às sessões lecionadas.

3.7 – Avaliação do Professor

Na última aula, foi solicitado aos alunos que deixassem uma mensagem ao “professor-aprendiz”. Os resultados foram os seguintes:

“Obrigado pela aulas , foram muito interessantes e interativas”

“Gostei muito das aulas lecionadas pelo professor são muito interessantes”

“Obrigado por tudo e que tenha um futuro risonho pela sua frente”

“Parabéns, adorei as suas aulas!”

“O professor estagiário ajudou muito nos trabalhos de grupo e trabalhos de sala, agradeço muito e que corra tudo bem com o stor”

“és incrível stor”

“Querido professor, adorei as suas aulas, muito intuitivas e dinâmicas. O professor explica muito bem e é atencioso com os alunos e permite-lhes que dêem a sua perspectiva. Bjinhos”

“As suas aulas tem uma dinâmica muito funcional, acho que deve continuar assim , a sua relação com os alunos é muito bem estabelecida e apesar de ser pouco tempo pode ver que não só é bom professor como boa pessoa no geral , deve continuar assim pois è o fato de ser assim que tornou estás aulas algo "especial"”

“Que tudo corra bem, gostei muito pelo tempo em que o stor deu aulas e obrigado pelas aulas criativas é interessantes”

“Boa sorte na jornada,professor”

“Boa sorte stor o benfica vai ser campeão”

“Que tudo corra bem na vida e que o stor consiga chegar ao seu objetivo, e obrigado pelas aulas espetaculares. Até um dia.”

“Gostei muito das suas aulas, que a sua caminhada seja sempre incrível.”

“Boa sorte professor com tudo, o benfica vai ser campeão”

“Gostei das aulas e do dinamismo das mesmas, as apresentações e o uso do padlet são boas ferramentas para a aula.”

“Que tudo corra bem, e que o professor tenha muito sucesso. Obrigada pelos momentos que nos proporcionou!”

“Está entre os melhores professores que alguma vez conheci, um professor bem humorado e simpático. Boa sorte e que tudo corra bem.”

“Eu acho que o professor vai se dar bem na sua carreira pois sabe dar aulas muito bem e com muito empenho obrigado por todas as aulas que me forneceu e espero que a sua carreira seja iluminada de alunos que gostem de você como a nossa turma gosta de você”. “Gostei muito das suas aulas e uma boa carreira”

“Obrigado por tudo! Muito boa sorte!! (Vai precisar)”

“O stor é um excelente stor e vai ter um futuro como professor enorme um dos melhores stors que já tive”

“Ele era um professor muito bom e explicou as coisas muito claro.”

“Gostei muito das aulas, q consiga passar todos os conhecimentos aos meus próximos colegas sucesso nessa jornada stor até a próxima”

Capítulo IV – Avaliação, Aprendizagens Observadas e Reflexão final

4.1 Avaliação diagnóstica, formativa e sumativa

Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da sequência didática, permitindo ao professor conhecer, desde o início, os conhecimentos prévios dos alunos, as suas representações sobre os recursos marítimos e as principais dificuldades de aprendizagem. Este processo foi essencial para ajustar a planificação das aulas, selecionar estratégias diferenciadas e promover a inclusão de todos os alunos, respeitando a heterogeneidade da turma. Para além de servir como instrumento de recolha de informação, a avaliação diagnóstica constituiu também uma oportunidade de diálogo entre professor e alunos, valorizando as suas experiências e perceções, o que reforçou a motivação para a aprendizagem. Ao proporcionar dados concretos sobre as necessidades individuais e coletivas, possibilitou uma mediação mais eficaz, sobretudo na organização de trabalhos de grupo, onde se procurou equilibrar alunos com ritmos distintos de aprendizagem. Desta forma, a avaliação diagnóstica não se limitou a uma etapa inicial, mas tornou-se um recurso orientador de toda a prática, reforçando o carácter formativo e reflexivo da intervenção pedagógica.

Avaliação formativa

As fichas de trabalho e guiões de exploração realizados pelos alunos foram corrigidos durante as aulas, possibilitando que identificassem os erros cometidos e procedessem à sua correção imediata. Esta estratégia garantiu que a avaliação se tornasse parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, permitindo ao professor ajustar metodologias de acordo com as necessidades observadas.

A avaliação formativa assumiu, assim, um papel central na prática pedagógica (quadro 3, p. 112). Tal como defende Lopes e Silva (2012), este tipo de avaliação permite que os alunos se tornem coautores da sua aprendizagem, ao invés de meros recetores de conteúdos. Foram aplicadas questões de diagnóstico para aferir conhecimentos prévios, o que facilitou a adaptação das estratégias pedagógicas às características individuais da turma.

O feedback contínuo desempenhou igualmente uma função essencial. Através de comentários orais durante as sessões, os alunos obtiveram informação imediata sobre o seu progresso, o que contribuiu para um maior controlo sobre a própria aprendizagem e para o desenvolvimento da motivação intrínseca.

Avaliação sumativa

No decurso da prática de ensino supervisionada, a turma realizou quatro testes sumativos, complementados por um trabalho de pares com o peso de uma prova sumativa. Esta diversidade de instrumentos permitiu avaliar de forma mais abrangente as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos em Geografia.

A grelha de observação utilizada no trabalho de pares teve em conta três domínios principais — análise de questões geograficamente relevantes, problematização e comunicação —, assim como a correta utilização de bibliografia. Para garantir justiça na classificação, a atribuição das notas foi diferenciada dentro de cada par, considerando o grau de empenho e participação individual observado durante a realização do trabalho.

Os resultados revelaram-se globalmente positivos: os dois melhores alunos da turma alcançaram 195 pontos (em 200 possíveis), enquanto o aluno com mais dificuldades obteve 105 pontos. Esta dispersão confirma a pertinência de critérios diferenciados, ajustados ao desempenho de cada aluno. Os melhores alunos da turma são organizados, participativos e trabalham diariamente em casa e no centro de estudos de referir que os pais têm licenciaturas e mestrados. O aluno que obteve piores resultados, originário de um bairro problemático e criado apenas pela mãe, não tem hábitos de estudo e o interesse pela escola é reduzido.

Aprendizagens resultantes do trabalho de grupo

O trabalho de grupo, realizado segundo o guião previamente definido, permitiu que os alunos consolidassem um conjunto de aprendizagens essenciais de Geografia. Em primeiro lugar, foram capazes de caracterizar o município selecionado, aplicando conceitos de demografia e geografia regional. Em segundo lugar, demonstraram competência na identificação de problemas territoriais concretos, como a erosão costeira, a pressão urbanística junto ao litoral ou a poluição marinha, relacionando-os com os conteúdos estudados.

O exercício possibilitou, ainda, que os estudantes compreendessem a importância da gestão sustentável do espaço marítimo e reconhecessem o papel das autarquias municipais e das políticas públicas na valorização do território. A realização desta atividade mostrou, portanto, que os alunos não só mobilizaram conhecimentos factuais, mas também desenvolveram capacidades de análise e de aplicação prática da Geografia, aproximando a disciplina da realidade concreta do espaço em que vivem.

Dificuldades na proposta de soluções

Apesar das aprendizagens verificadas, a principal dificuldade manifestada pelos alunos esteve relacionada com a capacidade de propor soluções adequadas para os problemas identificados. A maioria conseguiu apontar corretamente os constrangimentos territoriais, mas revelou limitações em avançar com medidas de gestão territorial consistentes e fundamentadas.

As propostas iniciais tendiam a ser demasiado genéricas ou simplistas, como “não poluir”, “não construir perto da praia” ou “aumentar salários”, demonstrando que, embora exista sensibilidade para as questões ambientais e sociais, ainda falta capacidade para transformar essa perceção em estratégias concretas e articuladas. Ao encontro do que já foi referido, foi necessária, por isso, uma mediação constante por parte do professor, sugerindo linhas de raciocínio que ajudassem os grupos a estruturar propostas mais realistas e aplicáveis.

Esta dificuldade reflete um dos maiores desafios do ensino da Geografia: passar de uma identificação de fenómenos para uma intervenção fundamentada, que combine o conhecimento científico com a tomada de decisões sustentáveis.

Quadro 2 - Grelha de observação – trabalho de pares (nomes fictícios)

Disciplina: Geografia

Turma: 10º F

Data: 25 e 26 /05/2023

Grupo Nº	Nome dos alunos	Domínio 1 (35 pontos)	Domínio 2 (110 pontos)	Domínio 3 (50 pontos)	Bibliografia/ Webgrafia (5 pontos)	Total do instrumento (200 pontos)
1	Daniela	20	90	30	5	145
	Cristiano	30	80	40	5	155
2	Luís	30	70	40	5	145
	Dália	35	100	20	5	160
3	Lourenço	20	110	50	5	185
	Simão	15	100	30	5	150

4	António	20	90	30	5	145
	Luís	25	80	50	5	160
5	Maria	20	90	40	5	145
	Sérgio	35	70	40	5	150
6	Liliana	35	60	40	5	140
	Ana	30	110	50	5	195
7	Francisco	30	110	50	5	195
	Júlia	20	100	20	5	145
8	Diana	30	90	40	5	165
	Jéssica	30	80	40	5	155
9	Catarina	15	70	50	5	140
	Cristiano	30	70	40	5	145
10	Miguel	20	60	20	5	105
	Carlos	15	50	50	5	120
11	Manuel	35	60	20	5	120
	Lara	20	60	50	5	135
12	Matilde	30	70	20	5	125
	Diogo	35	90	50	5	180
	Luís	30	100	40	5	175

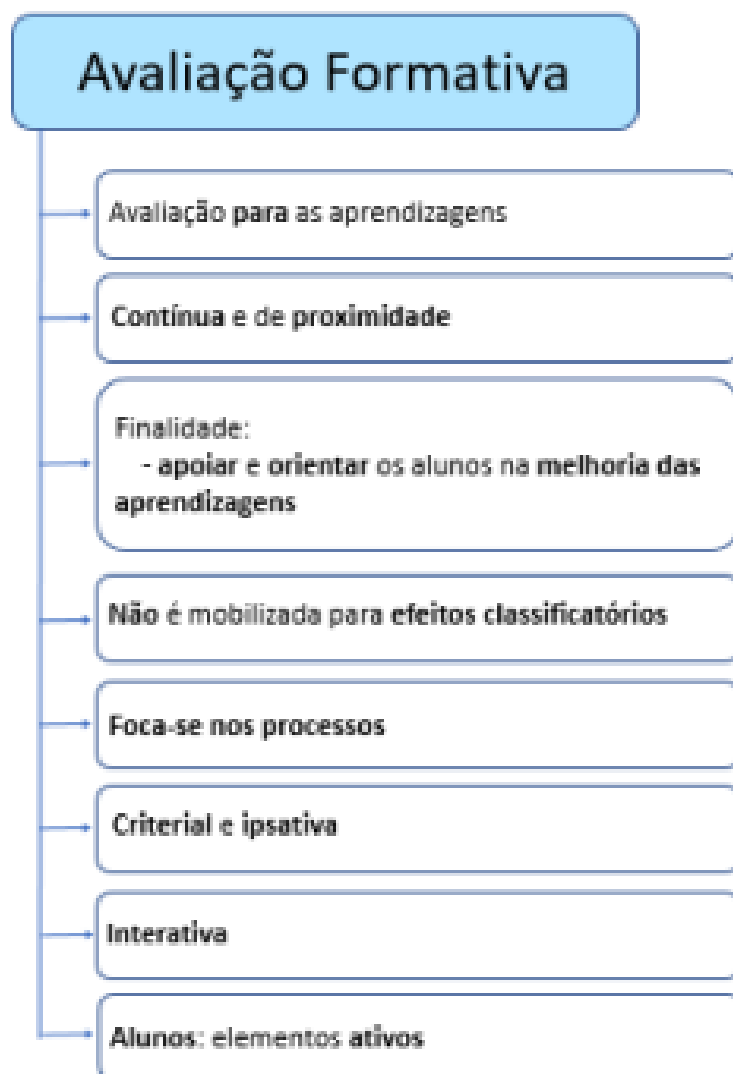
A avaliação, quantitativa será expressa numa escala entre a 0 e 200 pontos, sendo, posteriormente, pela professora cooperante, convertida numa escala entre 0 e 20 valores

Reflexão crítica

A combinação de momentos de avaliação formativa e sumativa revelou-se adequada para monitorizar o progresso da turma e garantir uma visão equilibrada do desenvolvimento dos alunos. A avaliação formativa foi essencial para apoiar a aprendizagem em tempo real e proporcionar feedback imediato, enquanto os instrumentos sumativos asseguraram a aferição das aprendizagens face aos objetivos definidos.

Ainda assim, subsistem desafios, nomeadamente a limitação de tempo para fornecer feedback individualizado mais aprofundado e a dificuldade em motivar alguns alunos em contextos avaliativos mais exigentes. Apesar destas limitações, é claro que a avaliação aplicada contribuiu não apenas para a classificação, mas também para a melhoria contínua das aprendizagens e para o desenvolvimento de competências definidas nas Aprendizagens Essenciais e no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Quadro 3 – Principais características da avaliação formativa.



Extraído de: Ponciano et al. (2021, p.4)

4.3 Outras Atividades Desenvolvidas

Particpei em reuniões semanais com a orientadora cooperante, de modo a poder discutir os planos de aula e ajustar estratégias de ensino-aprendizagem, assegurando que estavam integradas na planificação definida pela escola para a disciplina. Através destas reuniões, tive oportunidade de compreender o contexto da escola, conhecendo as especificidades do estabelecimento de ensino e ficando ciente das funções de um professor, especificamente, da disciplina de Geografia (descobri novas ferramentas que podem ser aplicadas nas aulas, como a utilização do Kahoot do Padlet, entre outros).

Pude compreender também, aquando da reunião de departamento, no dia 19/10/2022 , não só questões mais relacionadas com a Geografia especificamente, em que se definiu os critérios de avaliação a serem adotados neste ano letivo, assim como a informação intercalar necessária neste semestre (em que se dará a meio, sensivelmente, dos semestres um feedback individual de cada aluno) a necessidade de justificar as faltas dos alunos, estar em contacto com os Encarregados de Educação, entre outros aspetos mais burocráticos.

Na reunião em que participei com o Diretor da escola e os colegas de TIC e de Geografia (também no dia 19/09/2022) pude perceber um pouco como funciona o trabalho entre as equipa docentes e outros elementos da escola, como a psicóloga e a professora de ensino especial, além dos professores do ensino vocacional, externos à escola (professores de Música, no âmbito do Ensino Articulado).

Lamentavelmente, não participei em reuniões de direção de turma, por circunstâncias que me foram alheias.

Outra das reuniões de departamento em que estive presente serviu para “sinalizar” as visitas de estudo que cada docente estava a pensar realizar com as respetivas turmas. A

professora Perpétua, por minha sugestão “sinalizou” uma visita ao porto de Sesimbra ou de Setúbal, no âmbito da lecionação do tema dos recursos naturais de que a população dispõe: usos limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos.

No dia 27 de outubro participei no lançamento do Projeto Nós Propomos! na Escola. A turma do 11º C1/C2 será a representante da escola neste importante projeto que já galgou fronteiras e continentes. Nesta sessão de lançamento, esteve presente o Professor Sérgio Claudino, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/IGOT, mentor do projeto, a professora Perpétua Pedro, titular da turma, a professora Fernanda Vieira, coordenadora do Departamento de Ciências Económicas e Sociais e os drs. José Plácido e Ana Cecília Fernandes, em representação da Câmara Municipal do Seixal. Nesta sessão, o Professor Sérgio Claudino mostrou-nos em que consiste o projeto sempre no âmbito da promoção da cidadania territorial.

No dia 24 de novembro, estive presente na iniciativa que o Clube de Ciência Viva realizou na escola, no âmbito do Dia Mundial da Ciência. Foram abordadas as temáticas: Um microcosmos entre vidros”; “Preparar o Aquário – Ciclagem” e “Astronomia”.

Todas estas atividades ajudaram-me a sentir como parte integrante da escola, ao qual não foi alheio o excelente acolhimento que todos, desde pessoal não docente, a professores e alunos me deram. É importante vivermos o dia-a-dia das escolas e não apenas as aulas propriamente ditas. Julgo que o fiz e que isso me ajudou na adaptação.

Em suma, constatei a importância de um clima de apoio, com troca de ideias e a necessidade do trabalho em equipa, para benefício dos próprios alunos e de toda a comunidade escolar.

Nota: Como acaba por estar bem patente, neste ponto, a maioria as atividades em que participei na escola (extra-aulas) dizem respeito ao 1º semestre deste ano letivo.

Lamentavelmente, foi-me vedada a participação aos conselhos de turma, algo que já expliquei anteriormente. Visto que, até ao término da minha sequência letiva, não houve mais nenhuma reunião de grupo, não consegui, como queria, participar em mais nenhuma atividade da escola. A saída de campo planeada, ao Porto de Sesimbra e que constava no Plano Anual de Atividades, foi, também ela cancelada, visto que grande parte dos alunos não conseguiu custear o valor da mesma (10€). Compreendo, até porque tenho a perfeita noção que grande parte dos alunos desta turma são altamente carenciados, mas fica-me um “amargo de boca” por não ter conseguido realizar essa atividade com eles. Ainda assim, assisti a imensas aulas. Em março/ abril, reuni variadas vezes com a Dr^a Perpétua, não só como forma de preparar a sequência letiva, mas também para perceber o que a professora esperava de mim e quais as estratégias a adotar. Julgo que “compensei” a interdição de participar nos Conselhos de Turma com as aulas em que, voluntariamente, assisti. Permitiu-me ter bastante mais interação com os alunos, conhecê-los melhor, falar com eles informalmente. Permitiu-me, pois, estar bastante mais à vontade. Penso que o resultado acaba por confirmar que foi uma boa estratégia.

4.4. Aprendizagens pessoais e profissionais

A observação de aulas permitiu-me conhecer diferentes formas de lecionar e refletir sobre estratégias de ensino-aprendizagem ajustadas às características da turma. Ao assistir a 12 aulas de 100 minutos antes de iniciar a minha própria lecionação, desenvolvi uma relação próxima com os alunos e compreendi dinâmicas essenciais, como a importância do registo inicial da lição para promover foco e disciplina.

A experiência revelou ainda dificuldades claras dos alunos na interpretação de textos e na escrita. Consciente de que a competência “Linguagens e Textos” integra as Aprendizagens Essenciais de todas as disciplinas, procurei contribuir para o seu desenvolvimento em Geografia, através do recurso a questões visíveis para toda a turma, promovendo diálogo contínuo e interação entre pares.

Do ponto de vista pessoal, a prática docente ajudou-me a compreender aquilo que Korthagen (2012) designa por “aspectos inconscientes do ensino” e a refletir sobre a minha identidade enquanto futuro professor. Como refere Flores (2014), aprender a ensinar implica não apenas dominar técnicas e conteúdos, mas também assumir um processo reflexivo e crítico sobre os valores e propósitos da profissão docente.

4.5 O papel da Geografia escolar

A lecionação do subtema “Recursos Marítimos” demonstrou que a Geografia tem potencial para despertar nos alunos uma consciência crítica e participativa sobre o mundo que os rodeia. Ao problematizar fenómenos como a sobrepesca, as alterações climáticas, a gestão sustentável do litoral e a Política Comum das Pescas, foi possível integrar conhecimento científico com reflexão cidadã.

As atividades práticas, como o exercício em que os alunos se imaginaram presidentes de um município costeiro, permitiram transpor conceitos teóricos para situações concretas, tornando a aprendizagem mais significativa e promovendo o desenvolvimento da cidadania territorial. Verificou-se maior motivação quando os estudantes eram desafiados a tomar decisões e a propor soluções, o que confirma a relevância de metodologias ativas e contextualizadas.

A disciplina de Geografia, como enfatiza a Carta Internacional da Educação Geográfica (1992), é indispensável para formar cidadãos responsáveis e ativos. A prática pedagógico-didática desenvolvida reforçou esta ideia: mesmo em contextos socioeconómicos mais vulneráveis, foi possível fomentar nos alunos uma consciência crítica sobre sustentabilidade, cultura marítima e cidadania ambiental.

4.6 Avaliação e feedback

A avaliação adotada foi predominantemente formativa, centrada em fichas de trabalho, guiões de exploração e debates. O feedback regular e assertivo revelou-se essencial para apoiar a progressão dos alunos, apontando pontos fortes e sugerindo melhorias. Como sublinham Lopes e Silva (2012), o feedback deve valorizar o que foi bem conseguido antes de destacar aspetos a melhorar, fornecendo indicações claras sobre como progredir.

A avaliação sumativa, realizada através de testes e de um trabalho de pares, permitiu complementar a vertente formativa, garantindo a aferição do desempenho em relação aos objetivos estabelecidos. A conjugação de ambas as modalidades evidenciou-se equilibrada e coerente com as Aprendizagens Essenciais.

4.7 Desafios e limitações

Apesar dos progressos observados, persistem desafios significativos. A diversidade socioeconómica da turma, em grande parte oriunda de contextos carenciados, condiciona a motivação e o envolvimento escolar. O contraste entre alunos mais participativos e outros que mantêm desinteresse revela que a escola pública continua a enfrentar dificuldades em garantir plenamente igualdade de oportunidades.

A não realização da visita de estudo prevista constituiu uma limitação, já que teria permitido contacto direto com comunidades piscatórias. Ainda assim, debates e simulações ajudaram a colmatar essa ausência, possibilitando aos alunos refletirem criticamente sobre o setor das pescas e a sua sustentabilidade.

4.8 Síntese conclusiva

A prática de ensino supervisionada revelou-se um momento decisivo de aprendizagem profissional e pessoal. Permitiu-me consolidar competências pedagógicas, aprofundar a relação entre ciência geográfica e didática e refletir criticamente sobre o papel da escola pública na promoção da cidadania e da equidade.

Compreendi que ensinar Geografia é muito mais do que transmitir conteúdos: é formar cidadãos conscientes do território, preparados para enfrentar os desafios ambientais e sociais do presente e do futuro. Em suma, esta experiência constituiu um marco fundamental na minha formação como professor, reforçando a convicção de que a educação geográfica é um instrumento essencial de transformação individual e coletiva.

A análise da prática letiva evidenciou ainda a centralidade dos alunos no processo educativo e o papel essencial da mediação do professor. Foi particularmente relevante

observar o sucesso em articular alunos com diferentes ritmos e níveis de desempenho através do trabalho de grupo, potenciando a entreaajuda e a construção coletiva do conhecimento. Aprender Geografia significou, assim, também dialogar com a própria escola, nas suas limitações e potencialidades, reconhecendo que o contexto educativo é simultaneamente um desafio e uma oportunidade. Os alunos valorizaram o empenho docente, reconhecendo a dedicação e a proximidade da disciplina com a sua realidade. Contudo, permanecem questões que não encontram respostas definitivas, inerentes à complexidade da temática da sustentabilidade e às incertezas do futuro, mas que devem ser entendidas como motor de reflexão crítica e de aprendizagem contínua.

A prática pedagógica desenvolvida evidenciou que o verdadeiro centro do processo educativo são os alunos, e que é a partir deles que se constroem aprendizagens significativas. A mediação do professor revelou-se essencial, não apenas na transmissão de conteúdos, mas sobretudo na capacidade de articular alunos com diferentes ritmos e níveis de sucesso, potenciando no trabalho de grupo uma dinâmica de entreaajuda que beneficiou a turma como um todo. Aprender Geografia significou também dialogar com a escola, nas suas limitações e potencialidades, reconhecendo que o espaço educativo é simultaneamente um desafio e uma oportunidade. O empenho docente foi valorizado pelos alunos, que reconheceram a dedicação e o esforço em tornar a disciplina próxima da sua realidade. Ainda assim, permanecem questões sem resposta definitiva, inerentes à complexidade da temática da sustentabilidade e às incertezas do futuro, mas que constituem precisamente o motor da reflexão crítica que a Geografia deve promover.

A prática de ensino supervisionada evidenciou que os alunos são o verdadeiro centro do processo educativo e que é a partir deles que se constroem aprendizagens significativas. A mediação do professor assumiu-se como fator determinante, promovendo a cooperação entre alunos com diferentes ritmos e níveis de desempenho e valorizando o trabalho de grupo como espaço de entreaajuda e construção coletiva do saber. Este processo traduziu-se não apenas na consolidação de conteúdos geográficos, mas também no desenvolvimento de competências de comunicação, reflexão crítica e responsabilidade partilhada. Dialogar com a escola, nas suas limitações e potencialidades, revelou-se igualmente uma aprendizagem essencial, permitindo compreender que ensinar Geografia é, em simultâneo, educar para a cidadania, formando jovens mais conscientes do território, das problemáticas da sustentabilidade e das incertezas do futuro. Os alunos, ao valorizarem o empenho docente, reconheceram a importância de uma educação que

aproxima os conteúdos da sua realidade e que os prepara para participar ativamente na sociedade, assumindo a Geografia como instrumento de transformação individual e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arends, R. (2015). *Learning to teach (10th ed.)*. McGraw-Hill Education.
- Cachinho, H. (2002). Geografia escolar: Orientação teórica e praxis didática. *Inforgeo*, 15, 73–95.
- Cardwell, E. (2012). *The Common Fisheries Policy: Origins, development and future*. Routledge.
- Carvalho, A., & Diogo, F. (1994). *Projecto educativo*. Edições Afrontamento.
- Chang, C., & Kidman, G. (2020). Dawn of a new decade – what can geographical and environmental education offer for the 2020s. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 29(1), 1–6.
<https://doi.org/10.1080/10382046.2019.1661128>
- Claudino, S. (2018). Educação, riscos e currículos escolares. *Territorium*, 25-II, 5–18.
https://doi.org/10.14195/1647-7723_25-2_1
- Claudino, S., Souto, X., & Araya Palacios, F. (2018). Los problemas socioambientales en geografía: Una lectura iberoamericana. *Revista Lusófona de Educação*, 39, 55–73.
<https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle39.04>
- Comissão da Educação Geográfica (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. União Geográfica Internacional, Separata da revista *Apogeo*.
- Cordeiro, J. (2001). *O bacalhau e a sua importância na cultura portuguesa*. Dom Quixote.

Costa, C. (2015). *A importância dos manuais escolares de História e de Geografia no ensino e na aprendizagem: Perspetivas de alunos, professores e pais* [Relatório de estágio de mestrado, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores.

<https://repositorio.uac.pt/entities/publication/761851fb-4670-4def-8456-fd894fc6974a/request-a-copy?bitstream=76ad638c-d16e-466c-8f37-19f0d74447e7>

Cury, A. (2004). *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Pergaminho.

Day, C. (2004). *A paixão pelo ensino*. Porto Editora.

Dias, J. A. (2005). *Evolução da zona costeira portuguesa: Forçamentos antrópicos e naturais*.

Encontros Científicos – Turismo, Gestão e Fiscalidade, Faro, Portugal.

Direção-Geral da Educação (2017b). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*.

Direção- Geral da Educação.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Direção-Geral de Educação (2018). *Aprendizagens essenciais – Geografia 10.º ano*. República Portuguesa.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/10_geografia_a.pdf

Estrela, A. (1990). *Educação, sociedade e território*. Porto Editora.

Esteves, M. (2002). Preocupações ambientais dos estudantes do ensino básico – contributo para a didática da Geografia. *Inforgeo*, 15, 137–151.

Flores, M. A. (2010). Algumas reflexões em torno da formação inicial de professores.

Educação, 33(3), 182–188.

Flores, M. A. (2014). *Formação e desenvolvimento profissional de professores: Contributos*

internacionais. Almedina.

Freire, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Froese, R., Zeller, D., Kleisner, K., & Pauly, D. (2012). What catch data can tell us about the status of global fisheries. *Marine Biology*, *159*(6), 1283–1292.

<https://doi.org/10.1007/s00227-012-1909-6>

Gama, S. (1980). *Diário* (6.^a ed.). Ática.

García-Allut, A. (2013). Small-scale fisheries in Europe: An overview. *Marine Policy*, *37*, 40–44. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2012.04.010>

Garrido, A. (2018). *Geografia das pescas em Portugal*. Almedina.

Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Estatísticas da pesca 2021*. Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Estatísticas da pesca 2024*. Instituto Nacional de Estatística.

Kaiser, M. J., Clarke, K. R., Hinz, H., Austen, M. C., Somerfield, P. J., & Karakassis, I. (2006). Global analysis of response and recovery of benthic biota to fishing. *Marine Ecology Progress Series*, *311*, 1–14. <https://doi.org/10.3354/meps311001>

Korthagen, F. (2012). A prática, a teoria e a pessoa na formação de professores. *Educação, Sociedade & Culturas*, *36*, 141–158.

Lopes, J., & Silva, H. S. (2012). *50 técnicas de avaliação formativa*. Líder.

Madureira, P. (2017). Portugal e a extensão da sua plataforma continental. *Revista Portuguesa de Geopolítica*, *3*(2), 45–61.

- Martins, G. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J. L. A., Silva, L. M. U.,... Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Direção-Geral da Educação.
- https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Medeiros, C. (2005). *A Política Comum das Pescas e os desafios para Portugal*. Instituto de Ciências Sociais.
- Mérenne-Schoumaker, B. (1999). *Didáctica da Geografia*. Asa.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores: Imagens do futuro presente*. Educa.
- Pauly, D., Christensen, V., Dalsgaard, J., Froese, R., & Torres Jr., F. (2005). Fishing down marine food webs. *Science*, 279(5352), 860–863.
- <https://doi.org/10.1126/science.279.5352.860>
- Pitta e Cunha, T. (2011). *Portugal e o mar: À redescoberta da geografia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, A. (2021a). *Perfil.pt – Geografia A: 10.º ano*. Texto Editores.
- Rodrigues, A. (2021b). *Perfil.pt – Geografia A: Livro do Professor*. Texto Editores.
- Santa-Clara, A. (2012). Porque estudamos psicologia em cursos de educação? In C. Monteiro & S. Chiaro (Eds.), *Fundamentos psicológicos do ensino e da aprendizagem* (pp. 117–134). Universidade Fernando Pessoa.
- Sebarroja, C. (2001). *A aventura de inovar: A mudança na escola*. Porto Editora.
- Soares, M. (2010). O fenómeno de upwelling na costa portuguesa. *Revista de Oceanografia*, 28(1), 55–70.

Symes, D., Phillipson, J., & Salmi, P. (2018). Europe's coastal fisheries: Instability and the impacts of fisheries policy. *Marine Policy*, 95, 163–170.

<https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.05.022>

Tawil, S. (2013). *Education for global citizenship: A framework for discussion*. UNESCO.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228252>

Troell, M., Naylor, R. L., Metian, M., Beveridge, M., Tyedmers, P. H., Folke, C., & De Zeeuw, A. (2014). Does aquaculture add resilience to the global food system? *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(37), 13257–13263.

<https://doi.org/10.1073/pnas.1404067111>

Woods, P. (1999). *Investigar a arte de ensinar*. Porto Editora.

Legislação

Decreto-Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 165

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129

Despacho n.º 12123-M/2021, de 13 de dezembro. *Diário da República*, nº 239/2021, 2º Suplemento, Série II

Recursos digitais

Kahoot. (s.d.). <https://kahoot.it>

Padlet. (s.d.). <https://padlet.com/dashboard>

ANEXOS

ANEXO I – APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

- Geografia 10º ano de escolaridade (Tema das aulas lecionadas)

ORGANIZADOR
Tema

AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES

O aluno deve ficar capaz de:

AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS

(Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)

DESCRITORES DO PERFIL DOS ALUNOS

Informação Geográfica, para localizar, descrever e compreender os processos demográficos. ○

OS RECURSOS NATURAIS

Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português

Relacionar a distribuição dos principais recursos do subsolo com as unidades geomorfológicas. ○

Comparar a distribuição dos principais recursos energéticos e das

Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços

Equacionar as potencialidades e limitações de exploração dos recursos do subsolo. ○

Inferir o potencial de valorização económica da radiação solar,

Comunicar e participar

Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal - minerais, energéticos, hídricos e marítimos, evidenciando reflexão crítica e argumentação fundamentada. ○ ○

infografias);

- criar soluções estéticas criativas e pessoais, que englobem a manipulação de diversos tipos de suporte gráfico e cartográfico;
- identificar-se com o seu espaço de pertença, valorizando a diversidade de relações que as diferentes comunidades e culturas estabelecem com os seus territórios, a várias escalas;
- mobilizar o discurso (oral e escrito) argumentativo (expressar uma tomada de posição, pensar e apresentar argumentos a favor e contra-argumentos, rebater os contra-argumentos) sobre diferentes aspetos da realidade socioeconómica e de sustentabilidade do país;
- participar em debates/simulações que requeiram sustentação de afirmações, elaboração de opiniões ou análises de factos ou dados geograficamente cartografáveis;
- analisar textos com diferentes pontos de vista;
- confrontar argumentos para encontrar semelhanças, diferenças, consistência interna;
- analisar factos, teorias e/ou situações, identificando os seus elementos ou dados, em particular numa perspetiva disciplinar e interdisciplinar;
- problematizar Portugal na sua multidimensionalidade e multiterritorialidade, na construção da identidade do eu e dos outros,

ORGANIZADOR
Tema

AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES

O aluno deve ficar capaz de:

redes de distribuição e consumo de energia com a hidrografia, a radiação solar e os recursos do subsolo. ○ ○

Descrever a distribuição geográfica e a variação anual da temperatura e da precipitação e relacioná-las com a circulação geral da atmosfera. ○ ○ ○

Identificar as principais bacias hidrográficas e a sua relação com as disponibilidades hídricas.

apresentando exemplos dessas possibilidades. ○

Relacionar as disponibilidades hídricas com a produção de energia, o uso agrícola, o abastecimento de água à população ou outros usos.

Discutir a situação atual da atividade piscatória.

Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo.

○ ○ ○

AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS

(Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)

utilizando exemplos concretos, resultantes da interação meio e sociedade, na atualidade e a diferentes escalas;

- investigar problemas ambientais e sociais, ancorado em guiões de trabalho e questões geograficamente relevantes (o quê, onde, como, porquê e para quê);
- incentivar a procura e aprofundamento de informação;
- recolher dados e opiniões para análise de temáticas em estudo;
- aceitar ou argumentar pontos de vista diferentes.

Promover estratégias que induzam respeito por diferenças de características, crenças ou opiniões:

- confrontar ideias e perspetivas distintas sobre abordagem de um dado problema e/ou maneira de o resolver, tendo em conta, por exemplo, diferentes perspetivas culturais, sejam de incidência local, nacional ou global;
- pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença face ao ordenamento do território;
- participar em trabalho de campo, para recolha e sistematização da observação direta dos territórios e fenómenos geográficos;
- saber questionar uma situação;

DESCRITORES DO PERFIL DOS ALUNOS

A; B; C; D; E; F; G; H; I

disponibilidade hídrica, albufeira, barragem, barragem de retenção *versus* barragem de produção, efluente, eutrofização, salinização.

Subtema: Os recursos marítimos

Conceitos: águas interiores, águas territoriais, zona contígua, Zona Económica Exclusiva (ZEE), erosão marinha, abrasão marinha, plataforma continental, talude continental, formas de relevo do litoral e fluvio-marinhas (arriba, praia, ilha barreira, sistema lagunar, tómbolo, estuário), corrente marítima, deriva Norte-Sul, energia dos oceanos, maré negra, nortada, recurso piscícola, tipos de pesca, quotas de pesca, *upwelling*, aquicultura, ordenamento da orla costeira.

Extraído de: República Portuguesa. Educação, 2018, p. 6-8, 13

ANEXO II – PLANIFICAÇÃO ANUAL DA ESCOLA

- Geografia 10º ano (Tema das aulas lecionadas)

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS DO PERFIL DOS ALUNOS (ACPA): A - Linguagens e textos. B - Informação e comunicação. C-Raciocínio e resolução de problemas. D-Pensamento crítico e pensamento criativo. E-Relacionamento interpessoal. F- Autonomia e desenvolvimento pessoal. G-Bem-estar e saúde. H-Sensibilidade estética e artística. I-Saber técnico e tecnologias. J-Consciência e domínio do corpo.

Subtema	Aprendizagens Essenciais			Ações estratégicas de ensino e aprendizagem	Avaliação/ Instrumentos de avaliação	Gestão do tempo		ACPA
	Conhecimentos	Capacidades	Abitudes			N.º de aulas (50')	Período letivo	
	Analisar questões geograficamente relevantes do espaço português	Problematizar e debater as inter-relações no território português e com outros espaços	Comunicar e participar					
Os recursos marítimos	<ul style="list-style-type: none"> Comparar a distribuição dos recursos marítimos e das respetivas redes de distribuição e consumo de energia com outros recursos naturais. Relacionar a posição geográfica dos principais portos nacionais com a direção dos ventos, das correntes marítimas, as características da costa e do relevo do fundo marinho. Distinguir os principais tipos de pesca. Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da Natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas. Aplicar as Tecnologias de Informação Geográfica, descrever e compreender a exploração dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Discutir a situação atual da atividade piscatória. Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva (ZEE), identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo. 	<ul style="list-style-type: none"> Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal – marítimos –, evidenciando reflexão crítica e argumentação fundamentada. 	<ul style="list-style-type: none"> Ler e interpretar mapas de diferentes escalas. Rigor, articulação e uso consistente de conhecimentos e do vocabulário geográfico. Selecionar informação geográfica pertinente. Confrontar ideias e perspetivas distintas sobre abordagem de um dado problema e/ou maneira de o resolver, tendo em conta diferentes perspetivas culturais, sejam de incidência local, nacional ou global. Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas, globos, fotografia aérea e TIG. Representar gráfica, cartográfica e estatisticamente a informação geográfica, proveniente de diferentes fontes documentais (observação indireta) e sua mobilização na elaboração de respostas para os problemas estudados. Investigar problemas ambientais e sociais, ancorado em questões geograficamente relevantes (o quê, onde, como, porquê e para quê) tendo como horizonte os ODS. Pesquisar exemplos concretos de solidariedade territorial e sentido de pertença face ao ordenamento do território. Confrontar ideias e perspetivas distintas sobre abordagem de um dado problema e/ou maneira de o resolver, tendo em conta diferentes perspetivas culturais, sejam de incidência local, nacional ou global. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação diagnóstica Trabalho autónomo e colaborativo Observação direta Fichas formativas Questões de aula Técnicas gráficas (gráficas, diagramas, mapas conceptuais) Técnicas cartográficas (mapas, esboços) Portafólio Glossário Trabalhos de pesquisa Apresentações orais Debates Testes de avaliação Visita de estudo ao porto de Sesimbra ou de Setúbal [...] 	26	2.º Semestre	A B C D E F G H I

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS DO PERFIL DOS ALUNOS (ACPA): A - Linguagens e textos. B - Informação e comunicação. C-Raciocínio e resolução de problemas. D-Pensamento crítico e pensamento criativo. E-Relacionamento interpessoal. F- Autonomia e desenvolvimento pessoal. G-Bem-estar e saúde. H-Sensibilidade estética e artística. I-Saber técnico e tecnologias. J-Consciência e domínio do corpo.

Fonte: documento

cedido pela orientadora cooperante

ANEXO III – PROJETOS EM VIGOR NA ESCOLA – ANO LETIVO 2022/ 2023



Fonte: Escola Secundária com 3.º Ciclo da Amora (s.d.)

ANEXO IV – PLANO INDIVIDUAL DE FORMAÇÃO



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM ENSINO DA GEOGRAFIA

PLANO INDIVIDUAL DE FORMAÇÃO (IPP2 e IPP3)

Mestrando: João Alberto David Leão da Silva

Orientadora Cooperante: Professora Perpétua Pedro

Coordenador do Mestrado: Professor Sérgio Claudino

Docente de IPP2: Professor Sérgio Claudino

Docente de IPP3: Professora Maria Helena Esteves

Escola: Secundária com 3º ciclo de Amora

Atividade	Data
Observação de aula (100 minutos)	19/09/2022
Reunião com a orientadora cooperante – definição das metas a atingir e das principais estratégias a adotar	19/09/2022
Observação de aula (100 minutos)	27/09/2022
Observação de aula (100 minutos)	29/09/2022
Observação de aula (100 minutos)	30/09/2022
Observação de aula (100 minutos)	04/10/2022
Observação de aula (100 minutos)	06/10/2022
Observação de aula (100 minutos)	07/10/2022
Reunião entre o departamento de Geografia, o departamento de TIC e o diretor da escola, no âmbito de uma possível candidatura, interdisciplinar, a um projeto de visa a modernização tecnológica do parque escolar (financiamento via PPR)	19/10/2022
Reunião do departamento de Geografia – “sinalização” de possíveis destinos de visitas de estudo e “assuntos gerais”	19/10/2022
Reunião de lançamento do Projeto Nós Propomos!, com a presença de elementos da Câmara Municipal do Seixal e do fundador do projeto, Professor Sérgio Claudino	27/10/2022
Observação de aula (100 minutos)	27/10/2022
Observação de aula (100 minutos)	03/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	04/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	08/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	10/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	11/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	17/11/2022

Reunião com a orientadora cooperante, visando preparar convenientemente as aulas a lecionar (recursos e metodologia a adotar)	17/11/2022
Observação de aula (100 minutos)	18/11/2022
Aula a lecionar (Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A população: evolução e diferenças regionais)	22/11/2022
Aula a lecionar Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A população: evolução e diferenças regionais)	24/11/2022
Aula a lecionar (Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A distribuição da população)	25/11/2022
Aula a lecionar (Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A distribuição da população)	29/11/2022
Aula a lecionar (Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A distribuição da população)	02/12/2022
Aula a lecionar (Tema 1 – A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços; subtema – A distribuição da população)	06/12/2022
Observação de aula (100 minutos)	10/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	10/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	12/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	13/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	17/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	18/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	20/01/2023
Observação de aula (100 minutos)	16/03/2023
Observação de aula (100 minutos)	17/03/2023
Observação de aula (100 minutos)	11/04/2023
Observação de aula (100 minutos)	13/04/2023
Observação de aula (100 minutos)	14/04/2023
Observação de aula (100 minutos)	18/04/2023
Observação de aula (100 minutos)	20/04/2023
Observação de aula (100 minutos)	21/04/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	27/04/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	28/04/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	02/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	04/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	09/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	12/05/2023

Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	16/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	18/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	19/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	23/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	25/05/2023
Aula a lecionar (Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades; subtema: Os recursos marítimos)	26/05/2023
Reunião de preparação da visita de estudo ao Porto de Sesimbra	data a confirmar
Visita de estudo ao Porto de Sesimbra, no âmbito dos conteúdos abordados nas sessões lecionadas	data a confirmar
Participação no Projeto Nós Propomos – Avaliação Intercalar	data a confirmar
Participação no Projeto Nós Propomos – Júri temático	data a confirmar
Participação no Projeto Nós Propomos – Seminário nacional	08/05/2022
Participação nas Jornadas do Mestrado em Ensino de Geografia (MEG)	22/06/2022

O Mestrando: João Alberto David Leão da Silva

ANEXO V – PLANIFICAÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA LECIONADA

TEMA: Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades Subtema: Os recursos marítimos					
Objetivos Gerais	Conceitos	Ações Estratégicas	Descritores do PA	Nº de Aulas	Avaliação
Compreender a importância da Política Comum das Pescas e o seu impacto na evolução do setor em Portugal	Política Comum das Pescas, Zona Económica Exclusiva (ZEE), Plataforma continental, capturas, quota de pesca	<ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar mapas de diferentes escalas; - Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico; - Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas; - Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados; - Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica; - Selecionar informação geográfica pertinente 	<ul style="list-style-type: none"> A – Linguagens e textos; B – Informação e comunicação; C – Raciocínio e resolução de problemas D – Pensamento criativo e pensamento crítico ;E – Relacionamento interpessoal; 	1	Observação da participação dos alunos nas atividades das aulas. Avaliação dos materiais que produzem.
Compreender a	Política Comum das Pescas, Zona Económica			1	

importância estratégica da Economia ligada ao mar enquanto motor da economia portuguesa	Exclusiva (ZEE), Plataforma continental, capturas, quota de pesca			1	
Compreender a importância estratégica da Economia ligada ao mar enquanto motor da	Ordenamento da Orla Costeira, recursos piscícolas, maré negra, energia dos oceanos			1	
Compreender a importância da boa gestão dos	FEAMPA, Aquicultura, biodiversidade, inovação tecnológica, sustentabilidade			4	

<p>fundos europeus para a sustentabilidade da Economia do Mar</p> <p>: Compreender a necessidade dos municípios costeiras conseguirem encontrar soluções que valorizem os seus territórios, num quadro de sustentabilidade para as gerações</p>	<p>Política Comum das Pescas, valorização do espaço marítimo, Produto turístico</p>				
---	---	--	--	--	--

vindouras					
-----------	--	--	--	--	--

ANEXO VI - PLANOS DE AULA

Anexo VI.I

PLANO DE AULA 1

Ano: 10º	Lição: 150 e 151	Data: 09/05/2023
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: A Política comum das pescas. O volume e valor das capturas e a sua variação anual. Os diferentes tipos de pesca e a mão de obra do setor.

Realização e correção de exercícios e de um kahoot realizado em grupo.

Tema: Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a importância da Política Comum das Pescas e o seu impacto na evolução do setor em Portugal
Subtema: Recursos Marítimos	Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none">- Identificar conhecimentos prévios dos alunos sobre as pescas em Portugal- Descrever a evolução das capturas nos últimos anos e a sua evolução anual- Caracterizar a frota de pesca nacional e os diferentes tipos de pesca

	- Caracterizar a mão de obra do setor e as causas para o seu envelhecimento
--	---

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal;

Principais Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, Zona Económica Exclusiva (ZEE), Plataforma continental, capturas, quota de pesca

Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, internet, quadro.

Avaliação: Formativa (participação dos alunos).

Tempo	Aula 1 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
10 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
10 min.	Resposta à questão: “Consideras o setor das pescas importante para a economia portuguesa?”. A questão tem como objetivo levantamento de conhecimentos prévios dos/as alunos/as e introduzir o tema da aula.	Participação	A, B, C
5 min.	Revisão relativamente ao conceito de índice de plataforma continental e Zona Económica Exclusiva	Participação	A, B, C

10 min.	Interpretação de esquemas e gráficos, de modo que se compreenda a as espécies mais capturadas e a sua evolução	Participação	A, B, C
10min.	Caracterização dos diferentes tipos de pesca . Os alunos são convidados a participar ativamente na discussão	Participação	A, B, C
5 min.	Exploração de um gráfico referente ao volume e valor das capturas, na costa portuguesa e a sua evolução, de 2001 a 2019	Participação	A, B, C
10 min.	Exploração de um gráfico referente às “entradas e saídas na frota portuguesa” , entre os anos de 2005 e 2019	Participação	A, B, C
15 min.	Realização dos exercícios da página 259 do manual que visam a identificação das espécies com maior volume de capturas, assim como as espécies mais lucrativas para o setor. Correção da atividade	Participação	A, B, C, D
15 min.	Realização de um <i>Kahoot</i> , realizado em grupo. Correção do exercício, com registo no caderno diário	Participação	A, B, C, E
10 min.	Realização do sumário, sendo pedido o contributo dos alunos, como forma de tentar perceber a sua maior ou menor compreensão relativamente aos conteúdos abordados	Participação	A, B, C, E

PLANO DE AULA 2 – Anexo VI.II

Ano: 10º	Lição: 152 e 153	Data: 11/05/2023
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: Visionamento do documentário “Retorno ao mar – Ep. 1 – A Economia do Mar” e realização de uma ficha de trabalho segundo o guião de exploração previamente disponibilizado.

Tema: Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a importância estratégica da Economia ligada ao mar enquanto motor da economia portuguesa Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none">- Identificar as políticas que devem ser adotadas para que o setor das pescas possa ter um maior dinamismo na economia nacional- Relacionar a evolução que se espera que o setor das pescas tenha nos próximos anos e quais as consequências dessa evolução
---	---

Subtema: Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos;

B – Informação e comunicação;

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal;

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, Zona Económica Exclusiva (ZEE), Plataforma continental, capturas, quota de pesca

Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, internet, quadro.

Avaliação: Formativa (participação dos alunos).

Tempo	Aula 2 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	Revisão dos conteúdos abordados na sessão anterior.	Participação	A, B,D
50 min	Visualização do documentário: “: Regresso ao Mar Ep1 - A Economia do Mar” produzido pela “Fórum Oceano”, com o objetivo de consolidar os conteúdos abordados e também como forma de introduzir as temáticas a serem abordadas nas sessões posteriores	Participação	A, B

45 min.	Realização da ficha de trabalho preparada para a sessão e do guião de exploração orientador, em pares	Participação	A, B, C, E
5 min.	Realização do sumário, sendo pedido o contributo dos alunos, como forma de tentar perceber a sua maior ou menor compreensão relativamente aos conteúdos abordados	Participação	A, B, C,D

Anexo VI.III
PLANO DE AULA 3

Ano: 10º	Lição: 154 e 155	Data: 12/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: Continuação e correção da ficha de trabalho.

Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a importância estratégica da Economia ligada ao mar enquanto motor da economia portuguesa Objetivos específicos: Identificar as políticas que devem ser adotadas para que o setor das pescas possa ter um maior dinamismo na economia nacional - Relacionar a evolução que se espera que o setor das pescas tenha nos próximos anos e quais as consequências dessa evolução
---	---

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos;

B – Informação e comunicação;

C – Raciocínio e resolução de problemas;

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal;

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do aprendido, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, Zona Económica Exclusiva (ZEE), Plataforma continental, capturas, quota de pesca	
Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, internet, quadro.	Avaliação: Formativa (participação dos alunos).

Tempo	Aula 3 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
40 min.	Finalização da ficha de trabalho	Participação	A, B, C, E

50 min.	Correção da ficha de trabalho– os alunos são incentivados a participar, partilhando as suas respostas. As respostas serão registadas no quadro pelos alunos que responderem corretamente e serão também registadas no caderno diário de cada um dos estudantes.	Participação	A, B, C, E
5 min.	Realização do sumário, sendo pedido o contributo dos alunos, como forma de tentar perceber a sua maior ou menor compreensão relativamente aos conteúdos abordados	Participação	A, B, C,E

Anexo VI.IV

PLANO DE AULA 4

Ano: 10º	Lição: 156 e 157	Data: 16/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: O litoral e o espaço marítimo português e a gestão sustentável destas áreas.

Os problemas das áreas costeiras e as possíveis soluções.

A necessidade de valorizar o litoral e potenciar os recursos do mar.

Realização e correção dos exercícios das páginas 282 e 283 do manual.

<p>Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades</p> <p>Subtema: : Recursos Marítimos</p>	<p>Objetivo Geral: Compreender o litoral e o espaço marítimo português e a necessidade de gerir de forma sustentável estas áreas</p> <p>Objetivos específicos: Identificar os principais objetivos do Plano de Ordenamento da Orla Costeira</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar problemas e possíveis soluções para as áreas costeiras portuguesas
--	--

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca

- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;

- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do aprendido, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Ordenamento da Orla Costeira, recursos piscícolas, maré negra, energia dos oceanos

Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, internet, quadro.

Avaliação: Formativa (participação dos alunos).

Tempo	Aula 4 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
-------	---	-----------------------------	-------------------

5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	Resposta à questão: “Alguém tem conhecimento de algum tipo de programa que vise a gestão das áreas costeiras portuguesas?”. A questão tem como objetivo o levantamento de conhecimentos prévios dos/as alunos/as e introduzir o tema da aula.	Participação	A, B, C
15 min.	Projeção de apresentação em formato PowerPoint em que se abordam os Programas da Orla Costeira, o Plano de Ação Litoral XXI e o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo	Participação	A, B, C
10 min.	Exploração de imagens que traduzem os principais problemas das áreas costeiras portuguesas	Participação	A, B, C
10 min.	Identificação de possíveis soluções para os problemas identificados	Participação	A, B, C, D
10 min.	Revisão relativamente aos conteúdos abordados, nomeadamente através da leitura e interpretação do “verifica se sabes” e do “essencial” – página 279 do manual	Participação	A, B, C, D

25 min.	Realização da ficha de trabalho das páginas 282 e 283 do manual	Participação	A, B, C,D
15 min.	Correção da ficha de trabalho das páginas 282 e 283 do manual – registo das respostas no quadro	Participação	A, B, C,D
5 min.	Realização do sumário, sendo pedido o contributo dos alunos, como forma de tentar perceber a sua maior ou menor compreensão relativamente aos conteúdos abordados	Participação	A, B, C, D

Anexo VI.V

PLANO DE AULA 5

Ano: 10º			Lição: 158 e 159			Data: 18/05/2022		
Professor: João Alberto Silva			Duração: 100 minutos (50+50)					
Sumário: Leitura e interpretação de uma notícia de jornal e realização e correção de uma ficha de trabalho, segundo o guião de exploração previamente disponibilizado.								
Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades			Objetivo Geral: Compreender a importância da boa gestão dos fundos europeus para a sustentabilidade da Economia do Mar					
			Objetivos específicos: Identificar os principais objetivos do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da agricultura (FEAMPA)					
			- Discutir a importância da aposta no desenvolvimento e modernização do setor das pescas em Portugal					

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;

- Selecionar informação geográfica pertinente	
Conceitos: FEAMPA, Aquicultura, biodiversidade, inovação tecnológica, sustentabilidade	
Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, internet, quadro.	Avaliação: Formativa (participação dos alunos).

Tempo	Aula 5 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	“Abertura” do Padlet e facultamento do Qrcode aos alunos que não o possuam. Apresentação dos recursos construídos pelo professor e disponíveis para a aula	Participação	A, B

30 min.	Leitura, interpretação e discussão da notícia do jornal Expresso de 2 de dezembro de 2022 “Portugal 2030: Bruxelas aprova programa de 393 milhões de euros para o mar”	Participação	A, B, C, D
30 min.	Realização de uma ficha de trabalho, de pares, segundo o guião de exploração previamente distribuído e exercício de simulação, em que os alunos se imaginam presidentes de uma Câmara Municipal do litoral do país e em que propõem medidas para solucionar os constrangimentos identificados	Participação	A, B, C, D, E
20 min.	Registo, no quadro, das medidas propostas pelos alunos	Participação	A, B, C, D
10 min.	Realização do sumário, sendo pedido o contributo dos alunos, como forma de os mobilizar, recapitular e avaliar as aprendizagens efetuadas, de forma a tentar perceber a sua maior ou menor compreensão relativamente aos conteúdos abordados	Participação	A, B, C

Anexo VI.VI
PLANO DE AULA 6

Ano: 10º	Lição: 160 e 161	Data: 19/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	
Sumário: Lançamento do trabalho de pares e realização do mesmo.		
Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a necessidade de as autarquias costeiras conseguirem encontrar soluções que valorizem os seus territórios, num quadro de sustentabilidade para as gerações vindouras Objetivos específicos: Identificar os principais constrangimentos num território em específico – concelho que os alunos escolheram para estudar - Propor soluções para os problemas identificados, numa perspetiva de cidadania	

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;

- Selecionar informação geográfica pertinente	
Conceitos: Política Comum das Pescas, valorização do espaço marítimo, Produto turístico	
Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, telemóvel, internet, quadro.	Avaliação: Sumativa

Tempo	Aula 6 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	“Abertura” do Padlet e facultamento do Qrcode aos alunos que não o possuam. Apresentação dos recursos construídos pelo professor e disponíveis para a aula	Participação	A, B, C

10 min.	Lançamento do trabalho de pares, sendo solicitado aos alunos que se imaginem presidentes de um município do litoral português.	Participação	A, B
10 min.	Designação dos pares	Participação	A, B
10 min.	Leitura e interpretação do guião de trabalho	Participação	A, B, C
40 min.	Realização do trabalho	Participação	A, B, C, D,E
10 min.	Realização do sumário	Participação	A, B

Anexo VI.VII

PLANO DE AULA 7

Ano: 10º	Lição: 160 a 163	Data: 23/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: Continuação da elaboração do trabalho de pares

Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a necessidade de as autarquias costeiras conseguirem encontrar soluções que valorizem os seus territórios, num quadro de sustentabilidade para as gerações vindouras Objetivos específicos: Identificar os principais problemas da pressão urbana e turística nas áreas costeiras - Promover possíveis soluções para a gestão sustentada das áreas costeiras
---	--

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, valorização do espaço marítimo, Produto turístico	
Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, telemóvel, internet, quadro.	Avaliação: Sumativa

Tempo	Aula 7 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	“Abertura” do Padlet e facultamento do Qrcode aos alunos que não o possuam. Apresentação dos recursos construídos pelo professor e disponíveis para a aula	Participação	A, B, C
80	Continuação da realização do trabalho de pares	Participação	A, B, C, D, E

min.			
10 min.	Realização do sumário	Participação	A, B

Anexo VI.VIII
PLANO DE AULA 8

Ano: 10º	Lição: 164 e 165	Data: 25/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	

Sumário: Apresentação dos trabalhos.

Tema : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a necessidade de as autarquias costeiras conseguirem encontrar soluções que valorizem os seus territórios, num quadro de sustentabilidade relativamente às as gerações vindouras Objetivos específicos: Identificar os principais constrangimentos num território em específico - Propor soluções para os problemas identificados
--	---

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas
- Discutir a situação atual da atividade piscatória
- Distinguir os principais tipos de pesca
- Discutir a situação atual da atividade piscatória

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, valorização do espaço marítimo, Produto turístico	
Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, telemóvel, internet, quadro.	Avaliação: Sumativa

Tempo	Aula 8 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	“Abertura” do Padlet e facultamento do Qrcode aos alunos que não o possuam. Apresentação dos recursos construídos pelo professor e disponíveis para a aula	Participação	A, B
80 min.	Apresentação dos trabalhos de pares	Participação /	A, B, C, D, E

		registo quantitativo	
10 min.	Realização do sumário	Participação	A, B

Anexo VI.IX
PLANO DE AULA 9

Ano: 10º	Lição: 166 e 167	Data: 26/05/2022
Professor: João Alberto Silva	Duração: 100 minutos (50+50)	
Sumário: Conclusão da apresentação dos trabalhos. Preenchimento de questionário sobre a disciplina e sobre as aulas lecionadas pelo professor estagiário		
Tema: : Recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades	Objetivo Geral: Compreender a necessidade de as autarquias costeiras conseguirem encontrar soluções que valorizem os seus territórios, num quadro de sustentabilidade relativamente às as gerações vindouras Objetivos específicos: Identificar os principais constrangimentos num território em específico - Estimular a comunicação e o diálogo nos estudantes	

Subtema: : Recursos

Marítimos

Aprendizagens Essenciais

O aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a pressão sobre o litoral com a necessidade do desenvolvimento sustentado das atividades de lazer e de exploração da natureza, apresentando casos concretos reportados em fontes diversas

Descritores do Perfil do Aluno (Áreas de Competências)

A – Linguagens e textos

B – Informação e comunicação

C – Raciocínio e resolução de problemas

D – Pensamento crítico e pensamento criativo

E – Relacionamento interpessoal

Ações Estratégicas de Ensino orientadas para o Perfil dos Alunos

- Ler e interpretar mapas de diferentes escalas;
- Articular com rigor o uso consistente do conhecimento geográfico;
- Mobilizar diferentes fontes de informação geográfica na construção de respostas para os problemas investigados, incluindo mapas, diagramas;
- Analisar factos, teorias, situações, identificando os seus elementos ou dados;
- Realizar tarefas de memorização, verificação e consolidação, associadas a compreensão e uso de saber, bem como à mobilização do memorizado, privilegiando a informação estatística e cartográfica;
- Selecionar informação geográfica pertinente

Conceitos: Política Comum das Pescas, valorização do espaço marítimo, Produto turístico

Recursos materiais: Caderno diário, manual, computador, telemóvel, internet, quadro.

Avaliação: Sumativa

Tempo	Aula 9 Atividades de Ensino - aprendizagem	Registo de Avaliação	Descritores do PA
5 min.	Cumprimento inicial, para uma boa relação pedagógica, com a verificação da presença dos/as alunos/as. Identificação do número da lição, como forma de “solenizar” o início da aula.		
5 min.	“Abertura” do Padlet e facultamento do Qrcode aos alunos que não o possuam. Apresentação dos recursos construídos pelo professor e disponíveis para a aula	Participação	A, B
50 min.	Continuação da apresentação dos trabalhos de pares	Participação / registo quantitativo	A, B, C,D, E
10 min.	Feedback geral dado pelos professores	Participação	A, B
20 min.	Realização de questionário relativamente à disciplina de Geografia e às aulas lecionadas pelo professor estagiário	Participação	A, B
10 min.	Realização do sumário	Participação	A, B

ANEXO VII – RECURSOS UTILIZADOS E CONSTRUÍDOS PARA AS AULAS LECIONADAS

Recursos explorado na aula 1

Anexo VII

Atividade piscatória em Portugal

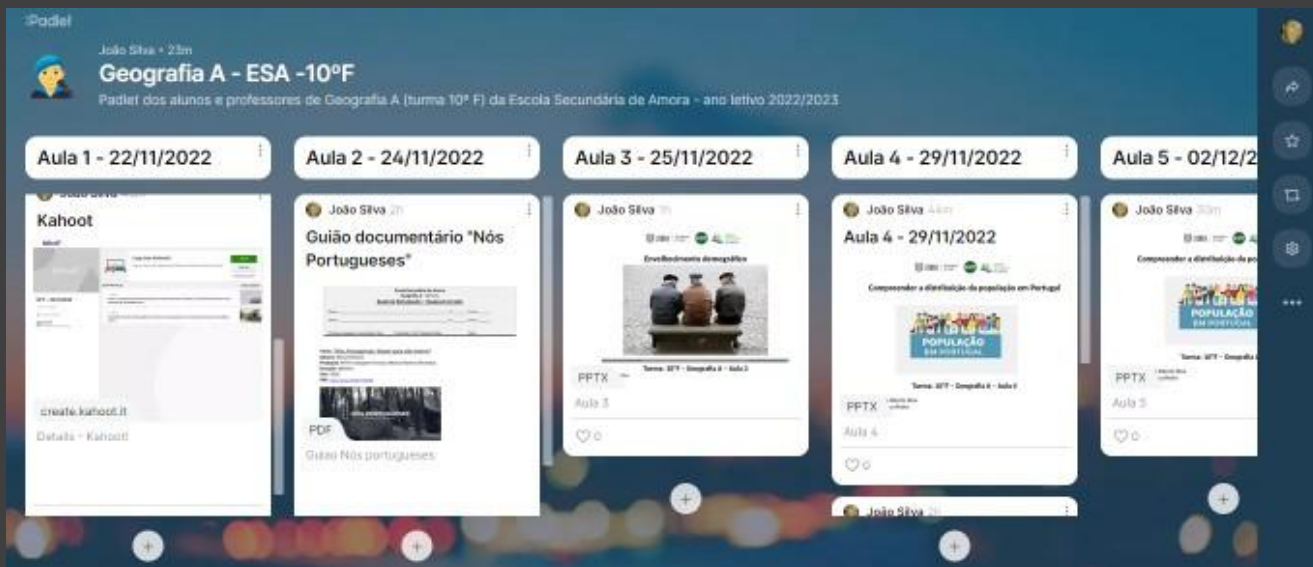


<https://www.dn.pt/pais/portugaconsegue-maximo-historico-nas-possibilidades-de-pesca--ministra-10340832.html>

Turma: 10ºF – Geografia A - ano letivo 2022/ 2023

Professor Estagiário: João Alberto Silva
Orientadora: Profª. Perpétua Pedro

09/05/2023



*Liga-te ao teu
Padlet*

- <https://padlet.com/silvajalberto/z3zqp2y9hmtnn8uu>

Código QR e link do nosso Padlet



<https://padlet.com/silvajalberto/z3zq-p2y9hmtnn8uu>

Palavra passe: geografia2022



Considera o setor
das pescas
importante para a
economia
portuguesa?

Porquê?

A Política Comum das Pescas

- No âmbito da **Política Comum da Pesca (PCP)**,

Portugal:

- Tem a oportunidade de efetuar **capturas nas ZEE** (Zonas Económicas Exclusivas) comunitárias.

ZEE - zona marítima em que os estados têm os direitos de exploração, conservação e administração dos recursos nela existentes.

- Está obrigado a **cumprir os acordos com países terceiros**;

- Usou de **apoios comunitários**.

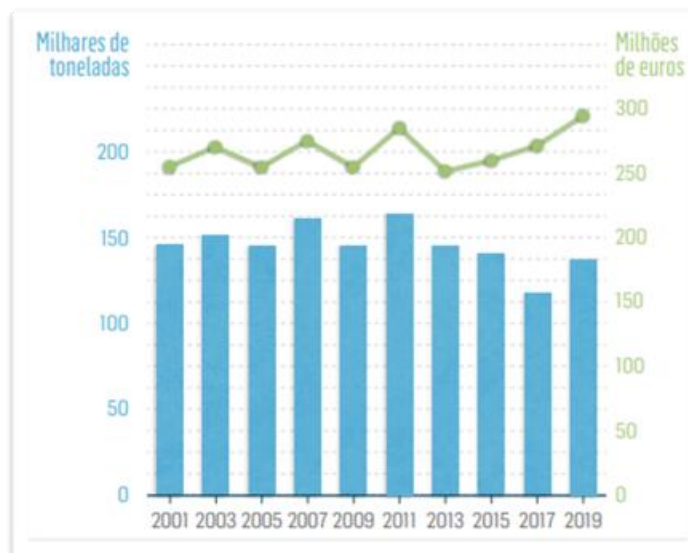
(ler e interpretar doc. 1– página 258 do manual)



Evolução das capturas e principais espécies

- O **volume e o valor das capturas** têm uma **significativa variação anual**
- A **irregularidade do volume** explica-se:
 - Irregularidade do estado das águas;
 - Migrações das espécies;
 - Aplicação de quotas de pesca.

Volume e valor das capturas



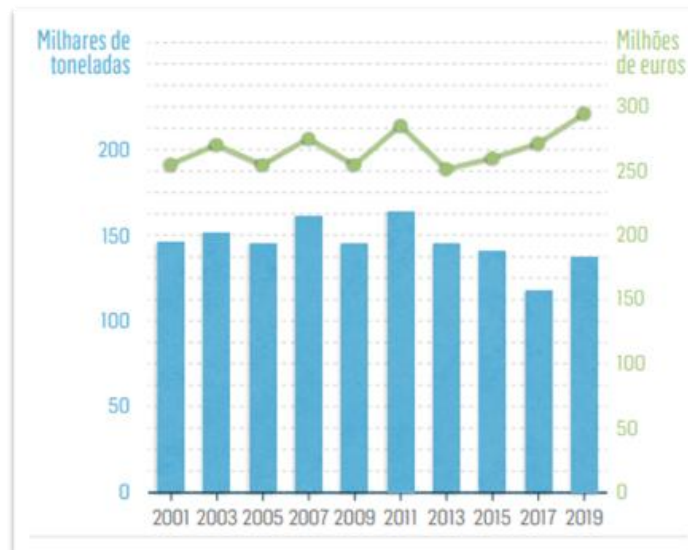
Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

Evolução das capturas e principais espécies

O **valor** apresenta **tendência para aumentar**, devido à:

- Subida do preço das espécies;
- Captura de espécies com maior valor de mercado.

Volume e valor das capturas



Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

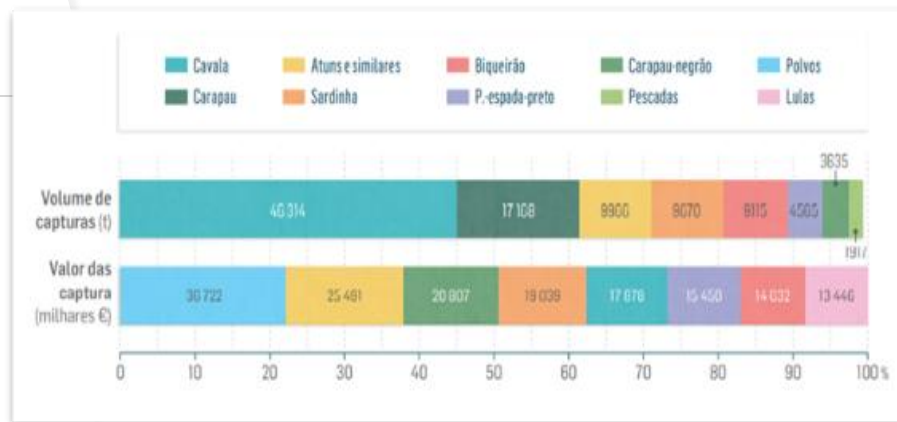
Evolução das capturas e principais espécies

- As **principais espécies** dos portos nacionais são:

- A **cavala** e o **carapau**, **mais abundantes** na costa portuguesa, representam mais de 60% do peixe descarregado;
- O **polvo** é a espécie que gera **maior valor**.

(realizar exercícios da página 259)

Volume e valor das capturas

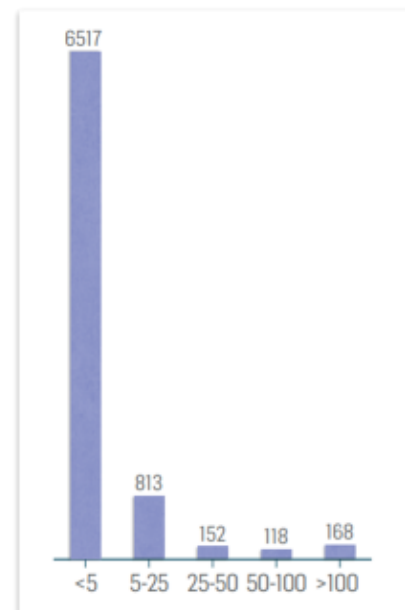


Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

A frota de pesca

- A frota de pesca, em 2019, contava com quase **8000 embarcações**, das quais:
 - Cerca de 90% eram de **pequena dimensão** (menos de 5 GT – toneladas de arqueação);
 - As embarcações com **mais de 100 GT** eram **apenas 168**.

Classes de arqueação bruta (GT)

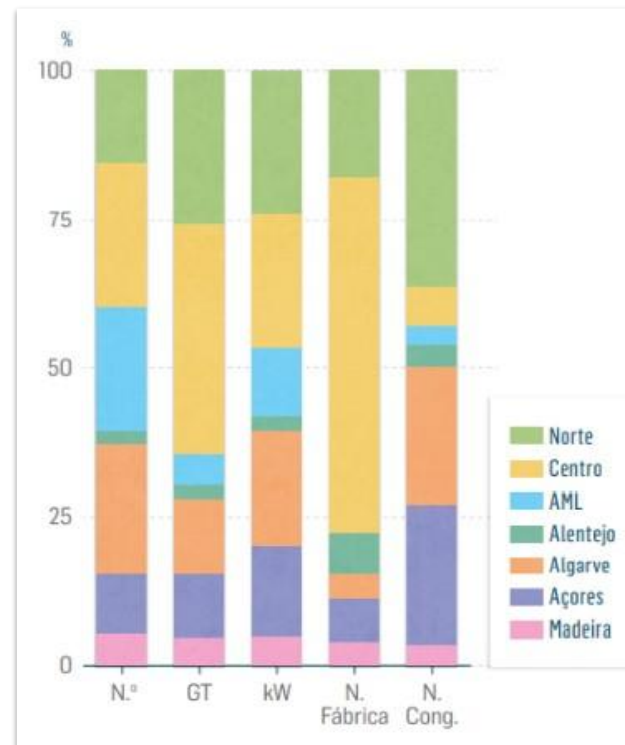


Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

A frota de pesca

- O número de portos e o nível tecnológico influencia as frotas regionais, destacando-se:
 - O Centro e o Algarve, em número de embarcações;
 - O Centro e o Norte, em arqueação bruta (GT) e potência motriz (kW);
 - O Alentejo e a Madeira, pelos números baixos em nº de embarcações, arqueação bruta (GT) e potência motriz (kW);

Classes de arqueação bruta (GT)

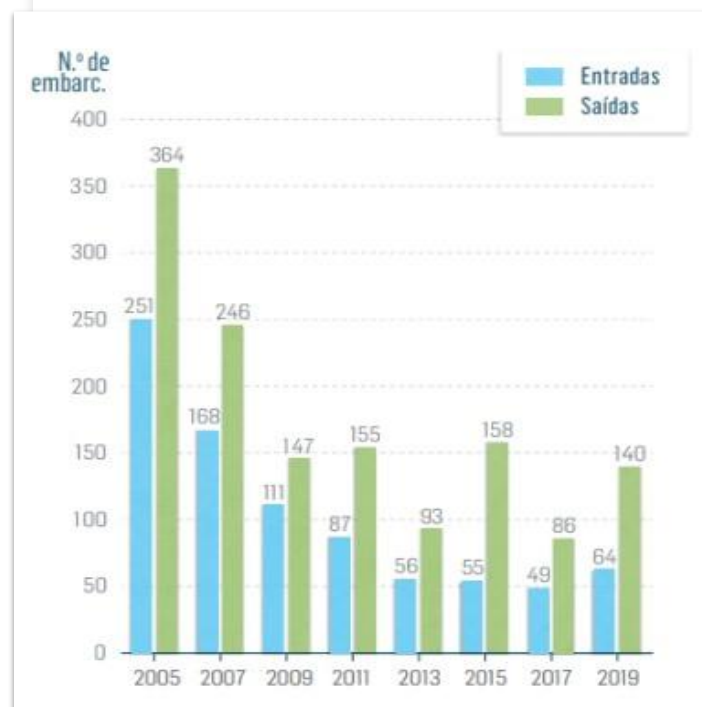


Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

A frota de pesca

- A frota nacional tem vindo a decrescer, pela necessidade de adequação aos recursos piscatórios disponíveis;
- Nos últimos anos, tem-se verificado a **reconversão das embarcações de pesca** para outras atividades, nomeadamente de turismo.

Entradas e saídas na frota portuguesa



Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

A frota de pesca

- A **frota nacional** subdivide-se de acordo com as **águas em que opera**:

- **Pesca local**:

- Em **águas interiores e perto da costa**;
- Utiliza **pequenas embarcações** (< 9 m);
- **Artes de pesca** artesanais;
- **Curtos períodos** de pesca;
- Captura **espécies de maior valor**.



[Frota de Pesca de Viana do Castelo](https://www.olharvianadocastelo.pt/2009/11/frota-de-pesca-de-viana-do-castelo.html)

Fonte: <https://www.olharvianadocastelo.pt/2009/11/frota-de-pesca-de-viana-do-castelo.html>

A frota de pesca

- Pesca costeira:

- Opera além das **6 milhas da costa**
- **Embarcações grandes** (9 a 33 m);
- Meios modernos de **deteção e captura**;
- **Várias horas ou até dias** de navegação;
- Meios de **conservação do pescado**.

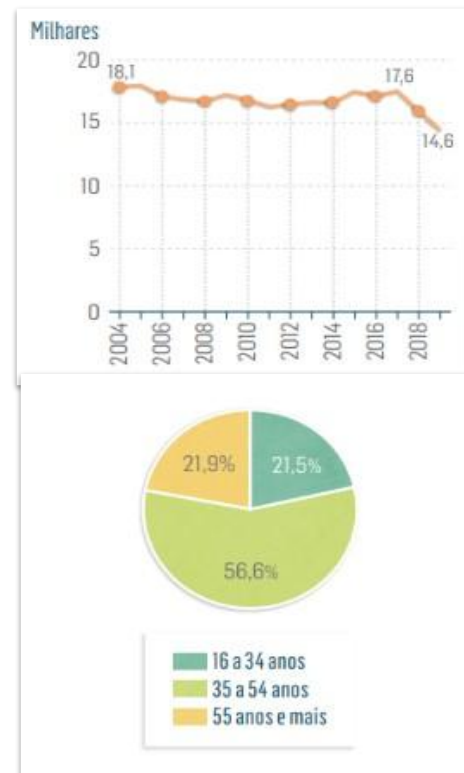
- Pesca do largo:

- Opera além das **12 milhas da costa**;
- **Navios de 100 GT ou mais**;
- Meios modernos de **deteção e captura**;
- **15 dias a vários meses** de navegação;
- Meios de **conservação do pescado**.

A mão de obra

- **A mão de obra pesqueira em Portugal:**
 - Após uma **acentuada queda**, o número de pescadores estabilizou em torno dos 18 mil, voltando a decrescer em 2018 e 2019;
 - Apresenta uma **tendência de grande envelhecimento**, tendo a esmagadora maioria dos pescadores mais de 35 anos;
 - **Possui baixos níveis de formação**, com mais de 50% de população analfabeta ou com o 1º ciclo em quase todas as regiões.
 - **(ler e interpretar – doc.1, página 163 do manual.**

Nº de pescadores matriculados



Perfil.pt, 10º ano. Geografia A

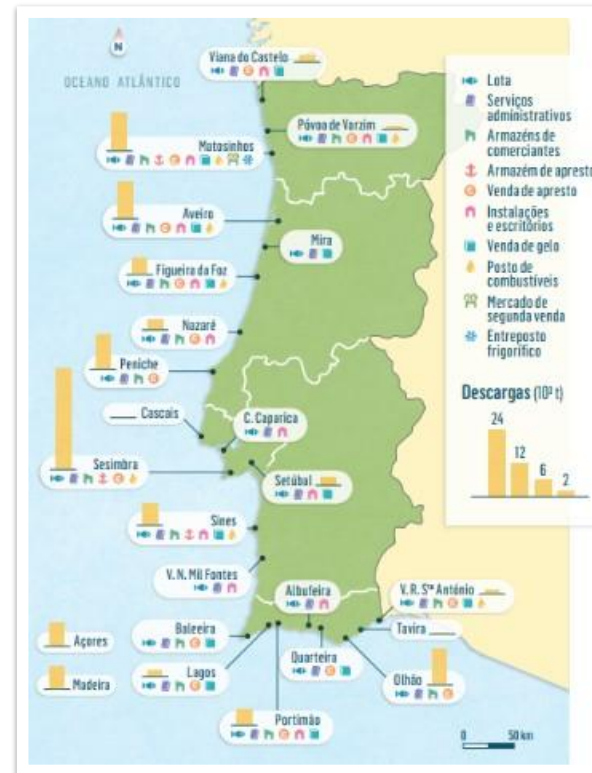
Estrutura etária dos pescadores

Portos de pesca e infraestruturas

- **Nos portos de pesca portugueses**
 - Ocorreram **obras de reestruturação e modernização** (Infraestruturas e serviços de boas condições)
 - Foi criada uma **rede de lotas**, equipadas com sistemas eletrónicos e informáticos (Maior rapidez e transparência no leilão e venda do pescado)
 - Existe **regulamentação e fiscalização** dos processos de descarga e manuseamento do pescado (Segurança alimentar e cumprimento das quotas e dos tamanhos mínimos)

Extraído de: Perfil.pt, 10º ano, Geografia A

Infraestruturas dos portos em Portugal



Exercícios

Realiza os exercícios da
páginas 262 e 264 do
teu manual

Ler e interpretar o
“essencial” e o “verifica
se sabes” – página 263

Kahoot



Sumário...

*Política comum
das pescas*

*Valor das
capturas*

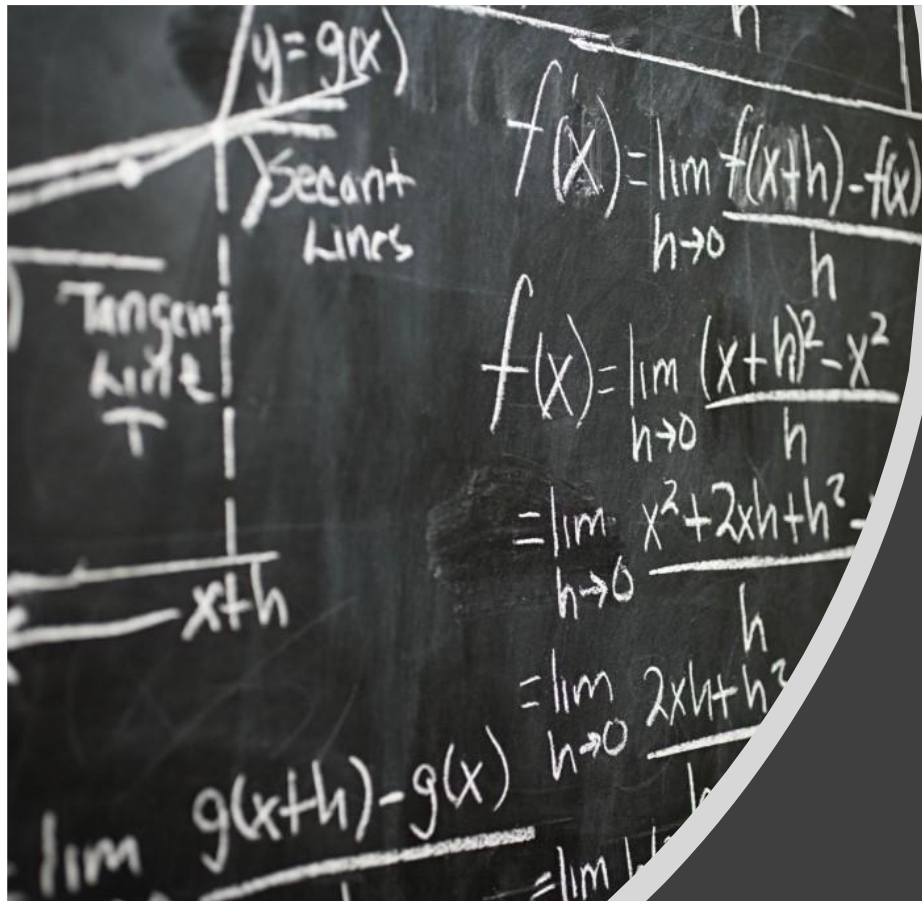
Tipos de pesca

Kahoot

*Volume e valor
das capturas*

Exercícios

Este documento não pode vir repetido no mesmo relatório. Já vem na aula, aqui não aparece.



Sumário...

A Política comum das pescas. O volume e valor das capturas e a sua variação anual.

Os diferentes tipos de pesca e a mão de obra do setor. Realização e correção de exercícios e de um kahoot em grupo.

Kahoot realizado na aula

The screenshot shows the Kahoot! web interface. At the top, there is a navigation bar with icons for Inicio, Descobrir, Biblioteca, Relatórios, Grupos, and Mercado. On the right, there are buttons for 'Fazer upgrade', 'Criar', and a user profile icon. The main content area is divided into a left sidebar and a main quiz area. The sidebar shows the quiz title '10° F - Maio 2023', the number of games and players, and buttons for 'Iniciar', 'Atribuir', and 'Praticar'. The main quiz area displays two quiz questions with their respective options and correct/incorrect status.

10° F - Maio 2023
4 jogos - 11 jogadores

Perguntas (5) Ocultar respostas

1 - Quiz
A Política Comum das Pescas é 90 seg.

- Um conjunto de acordos que visa a igualdade de acesso às águas comunitárias ✓
- Um conjunto de acordos que dá aos países com mais embarcações uma maior ZEE ✗
- Um acordo para os países da UE poderem pescar na ZEE do Atlântico Norte ✗
- Um acordo que visa regular a quota de capturas de bacalhau e sardinha na UE ✗

2 - Quiz
A Frota de pesca portuguesa 90 seg.

- tem vindo a aumentar nos últimos anos ✗
- tem vindo a decrescer, dada a vulnerabilidade dos stocks ✓
- tem vindo a decrescer, pois os stocks estão a adaptar-se a novos usos ✗
- Tem-se mantido estável nas últimas décadas ✗

Kahoot! Inicio Descobrir Biblioteca Relatórios Grupos Mercado Fazer upgrade Criar

tem-se mantido estavel nas ultimas decadas

3 - Quiz
A frota de pesca costeira 90 seg.

▲	Opera além das 7 milhas da costa	×
◆	Opera além das 8 milhas da costa	×
●	Opera além das 2 milhas da costa;	×
■	Opera além das 6 milhas da costa	✓









4 - Quiz
A pesca local utiliza 90 seg.

▲	Artes de pesca mais modernas	×
◆	Artes de pesca modernas e artesanais	×
●	Artes de pesca artesanais	✓
■	Nem umas nem outras	×

5 - Quiz

A pesca do largo utiliza

90 seg.

	Pequenas embarcações	
	Embarcações médias	
	Navios com mais de 75 GT (toneladas de arqueação)	
	Navios com mais de 100 GT (toneladas de arqueação)	

Recursos explorados na aula 2 – Anexo VIII

Escola Secundária de Amora Geografia A - 10º Ano GUIÃO DE EXPLORAÇÃO – TRABALHO DE PARES		
Nome: _____ nº _____ Turma: _____		
Nome: _____ nº _____ Turma: _____		
Professor estagiário: João Alberto Silva	Orientador: Profª Perpétua Pedro	Data: _____

Título: Regresso ao Mar | Ep1 - A Economia do Mar

Género: Documentário

Produção: Fórum Oceano

Duração: 51m38s

Ano: 2016

URL: <https://www.youtube.com/watch?v=d4boAYgeaMU>

Visualize o documentário com atenção e preencha o seguinte guião:

1. Refira em que século se desenvolveram mais acentuadamente as frotas nacionais de ferro e de comércio.
2. Identifique os países em que a Economia do Mar tem um peso muito forte na economia.
3. Identifique as políticas que devem ser adotadas para que o setor das pescas possa ter um maior dinamismo na economia.
4. Explique em que consiste a Política Comum de Pescas Europeia.
5. Defina o que entende por:
 - a) quota de pesca
 - b) stocks de pesca
 - c) aquacultura
6. Refira quais as universidades que mantêm uma colaboração com o IPMA no que à investigação diz respeito, nomeadamente no setor da aquacultura.
7. Refira quantos investigadores tem o Centro de Investigação MARE da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e qual o objetivo da sua criação.
8. Realize uma breve reflexão pessoal sobre o documentário que acabou de visualizar, abordando os seguintes aspetos:
 - a) A evolução que pensa que o setor das pescas terá, num futuro próximo;
 - b) As consequências dessa evolução.

Bom trabalho!

Gestão do litoral e do espaço marítimo



TURMA: 10ºF – GEOGRAFIA A

Professor Estagiário: João Alberto Silva
Orientadora: Prof^ª. Perpétua Pedro

16/05/2023

Garantir a sustentabilidade

A sustentabilidade do litoral passa pela aplicação dos diferentes programas e planos:

- ▶ **Programas da Orla Costeira (POC), com objetivos:**
 - ▶ Preparação para as alterações climáticas;
 - ▶ Preservação do património natural, paisagístico e cultural;
 - ▶ Promoção de oportunidades de desenvolvimento.



Garantir a sustentabilidade

Plano de Ação Litoral XXI, com objetivos:

- ▶ Adaptação às alterações climáticas;
- ▶ Valorização dos instrumentos de gestão, proteção e valorização da zona costeira

(ler e interpretar documento 2– página 275)

Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM), com objetivos:

- Reforçar a posição geopolítica e estratégica de Portugal como país atlântico;



Fonte: https://issuu.com/apambiente/docs/plano_acao_litoral_xxi_v13.03.2019

Garantir a sustentabilidade

- Valorizar o mar na economia nacional;
- Contribuir para a coesão nacional;
- Valorizar Portugal como o maior Estado costeiro da UE;
- Contribuir para o ordenamento internacional da bacia atlântica.

(ler e interpretar documento 3 – página 275)

Zona Económica Exclusiva Portuguesa



Fonte: <https://www.publico.pt/2014/04/02/ciencia/noticia/mapa-que-mostra-que-97-de-portugal-e-mar-chega-as-escolas-1630635>

Problemas

- **Pressão urbana sobre o litoral**, devido a: Litoralização e turismo associado a atividades de praia e mar
- **Pressão humana sobre as dunas**, que impede a fixação da vegetação necessária à sua estabilização
- **Construção sobre as arribas**, que aumenta a instabilidade e acelera o desmoronamento e recuo das arribas
- **Obras de proteção da costa**, que criam maior erosão a sul e maior acumulação de areias a norte.

Fonte da Telha



Fonte:
<http://photos1.blogger.com/blogger/5483/387/1600/Fonte%20da%20Telha%201.jpg>

Possíveis soluções

- **Definição de limites para a construção nas zonas costeiras** - Proteger a linha de costa.
- **Medidas de salvaguarda e correção das disfunções territoriais** - Impedir a construção sobre as dunas e arribas.
- **Criação de acessos pedonais sobre-elevados** - Impedir o pisoteio das dunas.
- **Fiscalização do comprimento das medidas**

(ler e interpretar documento 2 e 3 – página 277

Passadiço em Alvor



Fonte: http://lifestyle.publico.pt/noticias/362342_vamos-passear-por-alvor-por-um-passo-de-seis-quilometros

Valorização do litoral e dos recursos do mar

- De entre as **atividades associadas ao mar** e aos **seus recursos (Economia Azul)** destaca-se o:

Turismo, potenciado por:

- Amabilidade do clima
- Praias douradas e de qualidade

Eventos e atividades ligadas ao **mar**:

- Vela e surf
- Expedições científicas

Os recursos piscatórios:

- A extração de sal e a recolha de algas:
- Água para dessalinização
- As ondas e marés e os ventos de oeste

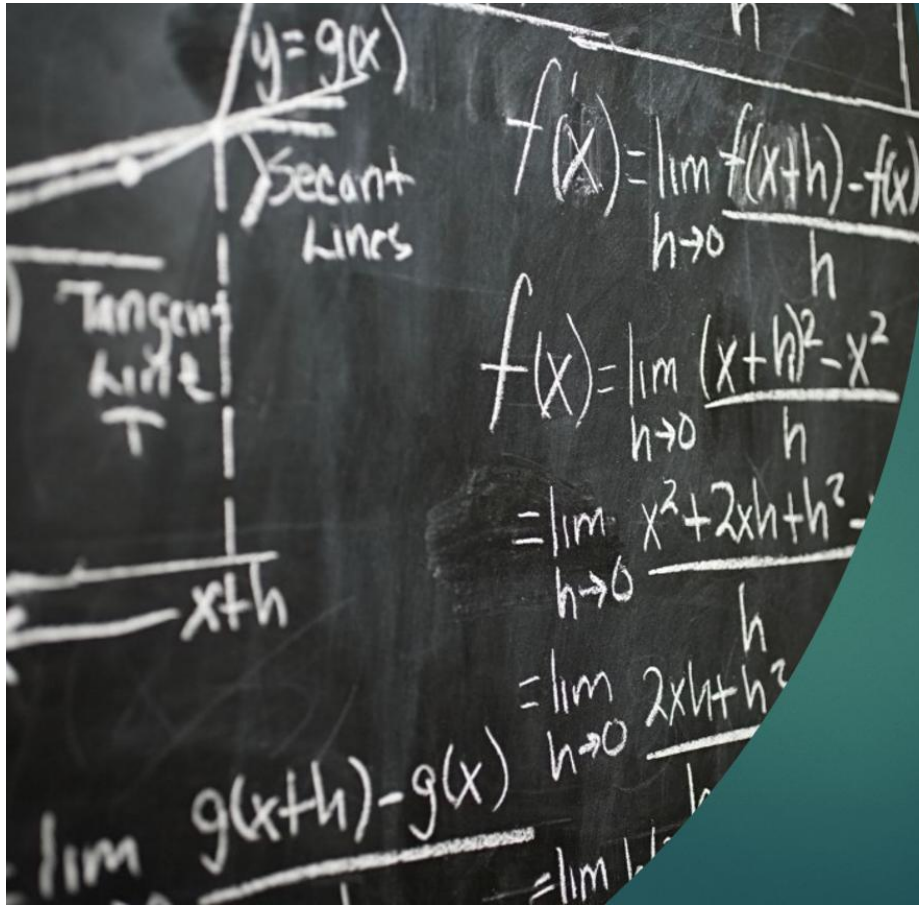
Competição de vela



Fonte: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/162184>



- ▶ Ler e interpretar o “Essencial” e o “verifica se sabes” – página 279 do manual e “síntese” – página 281 do manual



Sumário...

O litoral e o espaço marítimo português e a gestão sustentável destas áreas. Os problemas das áreas costeiras e as possíveis soluções. A necessidade de valorizar o litoral e potenciar os recursos do mar.



Obrigado
a todos e
a todas!!

Recursos explorados – aula 5 – Anexo IX



Geografia A Escola Secundária de Amora 10ºF

Aluno/a: _____ Nº _____

Portugal 2030: Bruxelas aprova programa de 393 milhões de euros para o mar

João Nunes Mota
2 de dezembro de 2022

A Comissão Europeia anunciou esta sexta-feira a aprovação do programa de 393 milhões de euros do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2030.

Segundo o Expresso confirmou junto do Ministério da Presidência que coordena os fundos europeus, também já foi aprovado o programa para a demografia, qualificações e inclusão. A expectativa do Governo é que a aprovação dos vários programas do Portugal 2030 pela Comissão Europeia aconteça até ao final do ano.

Neste programa do Portugal 2030 dedicado ao mar estão em causa os apoios à política comum das pescas da União Europeia (UE), à política marítima da UE e à agenda da UE para a governação internacional dos oceanos. O fundo contribuirá para uma pesca sustentável e para a conservação dos recursos biológicos marinhos.

Neste contexto, o programa apoiará a resiliência dos setores das pescas e da aquicultura, nomeadamente através de contribuições financeiras para a adaptação e reestruturação da frota, e de investimentos em infraestruturas destinadas a melhorar as condições de trabalho.

Também apoiará a criação de infraestruturas para a aquicultura, em especial a aquicultura ao largo, assim como da digitalização da gestão dos portos de pesca e da introdução de soluções inovadoras para a transformação e comercialização do peixe.

O programa incentivará a transição ecológica do setor com investimentos na eficiência energética, na descarbonização, na transição para a energia verde e na digitalização das atividades, em consonância com o roteiro nacional português para a descarbonização e os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Portugal também planeia investir no desenvolvimento de infraestruturas

ecossistemas costeiros e das paisagens.

A transição digital está bem coberta pelo programa português, com investimentos nas pescas, na transformação e comercialização, na aquicultura e na pesca artesanal.

O programa deve ainda contribuir para um bom estado ambiental através da implementação, gestão e monitorização das zonas marinhas protegidas (ZMP), da conceção, monitorização e atualização dos planos de gestão das pescas nessas zonas, nos sítios NATURA 2000 e noutras zonas identificadas no âmbito do ordenamento do espaço marinho. O programa apoiará estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades, uma abordagem "da base para o topo" do desenvolvimento de políticas, a fim de incentivar as populações locais a constituírem grupos de ação local (GAL) e a participarem.

Apoios às regiões autónomas

Nos Açores, o apoio centrar-se-á nos profissionais do setor, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e de segurança, bem como em investimentos em infraestruturas portuárias e lotas. Com o apoio do FEAMPA, os Açores continuarão a investir na investigação e inovação na aquicultura e também na produção aquícola.

Na Madeira, serão feitos investimentos de apoio ao arranque de jovens pescadores, investimentos a bordo das embarcações destinados a promover a saúde e a segurança, que podem incluir ações coletivas, bem como investimentos em portos de pesca locais de desembarque. O apoio do FEAMPA à aquicultura centrar-se-á na inovação tecnológica, abrindo caminho à aquicultura biológica e a uma maior sustentabilidade da produção.

Extráido de: https://ec.europa.eu/economic_finance/economic_finance_en/press_corner/news/2022/09/22/Portugal_2022_Brevetas_ambico_nacionais_de_2022_milhoes_de_euros_para_o_maz-0715653

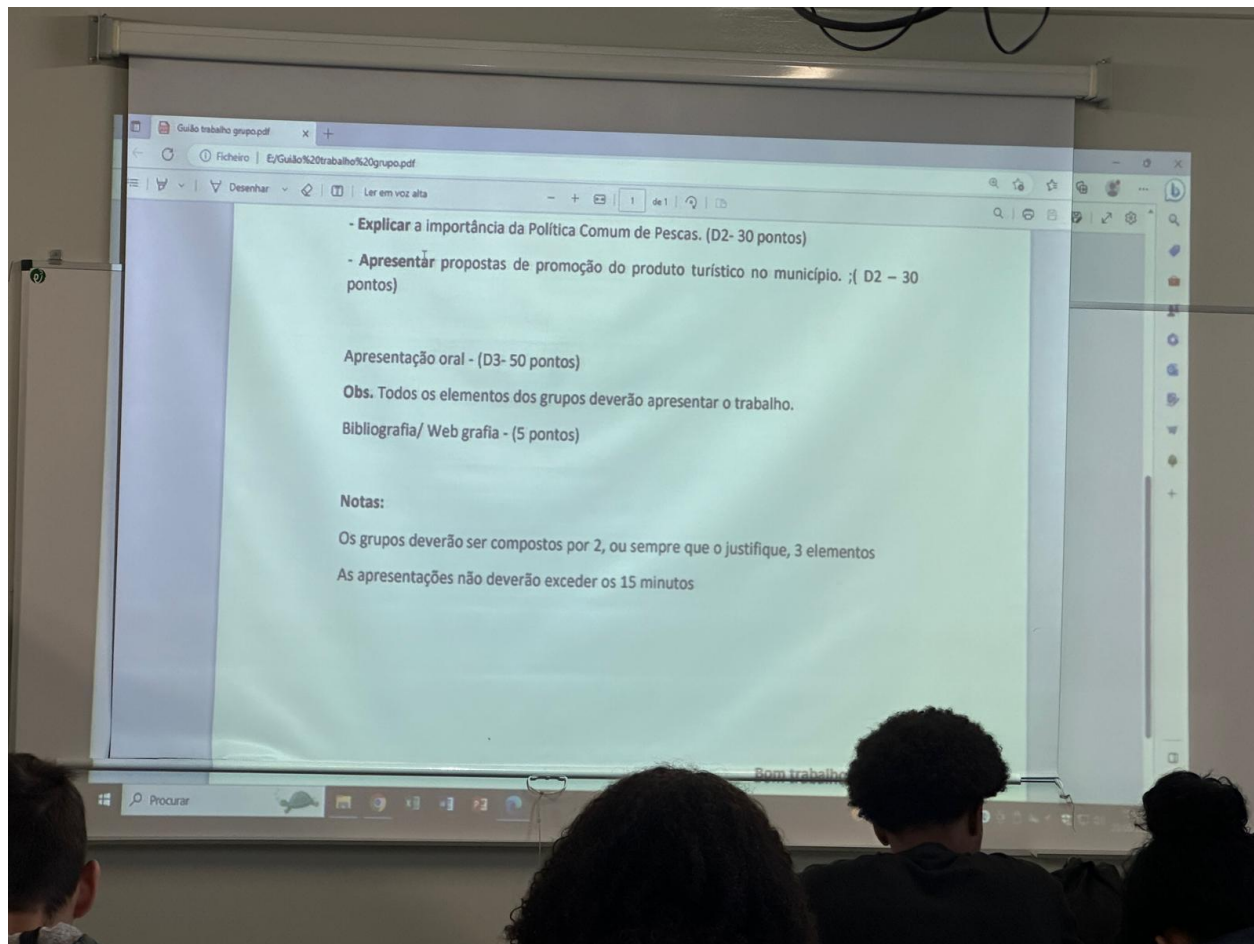
Exercícios

- 1 – Identifique os principais objetivos do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da agricultura (FEAMPA) no que à Aquacultura diz respeito.
- 2 – Mencione qual a designação dada às Infraestruturas que contribuem para a preservação da biodiversidade.
- 3 – Identifique os objetivos do FEAMPA nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.
- 4 – Considera importante a aposta no desenvolvimento e modernização do setor das pescas em Portugal? Elabore um breve comentário exprimindo a sua opinião pessoal sobre o tema.

Recursos utilizados – Aulas 6 a 9

Anexo X

Aula de lançamento do trabalho de grupo – aspeto geral da sala e dos alunos



Alguns dos trabalhos realizados pelos alunos



A política comum das pescas (objetivos e importância).

A Política comum das pescas é um conjunto de acordos e regras que se aplica à gestão das frotas de pesca europeias e à conservação das unidades populacionais de peixes, conferindo às frotas de pesca dos Estados-membros igualdade de acesso às águas comunitárias para promover uma concorrência leal.

A política comum das pescas tem como objetivo central: assegurar um futuro sustentável para o setor das pescas, procurando garantir rendimentos e empregos estáveis aos pescadores, abastecer os consumidores, preservando, ao mesmo tempo, o frágil equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Para a preservação do mesmo foi implementada a política de conservação dos recursos que consiste na criação de medidas para impedir a exploração excessiva e promover a sustentabilidade das atividades de pesca nas águas da União Europeia.

É importante porque tem como objetivos: reunir dados para o ambiente marinho, dotar as autoridades nacionais das ferramentas necessárias para aplicar essas regras e punir os infratores, monitorizar o tamanho da frota pesqueira europeia e prevenir o seu crescimento por fim, dar o apoio técnico e financeiro a iniciativas que contribuam para a sustentabilidade do setor. A nível nacional, estas medidas contribuem para a economia: o controle e a preservação das espécies evitam a extinção / desaparecimento das espécies marinhas permitindo que o país possa continuar a comercializar estas espécies.

Propostas para a promoção do produto turístico em Odemira

No município de Odemira, as propostas para a promoção do produto turístico são:

1ª → a criação de atividades turísticas: ^{clubes de} Surf, jet ski, kite hydrofil (desporto que envolve andar sobre a água), passeios de barco, e outras atividades para atrair pessoas de outros municípios.
2ª → para suportar estas atividades criaríamos hotéis com o programa de atividades incluídos e alojamentos básicos perto de parques e áreas culturais para ~~entertainment~~ ^{entretenimento} das pessoas.
3ª → Com a nossa primeira proposta o objetivo é promover estes desportos e a sua prática atraindo também turistas e incentivando a prática de desporto. (Verão)

4ª → No inverno, para atrair turistas ao longo do ano todo, criaríamos atividades no interior como o teatro aberto ao público, com inclusão do teatro infantil para que os pais tenham controle dos filhos enquanto se distraem, criaríamos também bibliotecas com atividades como clubes do livro e exposições com a história do município para que os turistas ~~entendam~~ ^{entendam} a cultura do mesmo.

5ª → A criação de uma conta das redes sociais com a programação das atividades e com a divulgação do município, assim atrairia mais pessoas / turistas.

Propostas de promoção do produto turístico no município

Turismo Balnear

- Como Sesimbra tem praias lindíssimas atrai muitos turistas, e algumas medidas para garantir a segurança e lazer são serem; reforçar a vigilância da praia; construir restaurantes, cafés, bares para atrair ainda mais as pessoas para que fiquem mais tempo na região; investir na limpeza de certas zonas da praia para valorizar mais as praias.

Turismo Radical

- Com a proximidade à Serra da Arrábida sendo um parque natural que oferece paisagens deslumbrantes e ~~se ponto~~ ~~mais~~ com a sua altitude podemos promover algumas atividades. Com a ~~manutenção~~ ^{manutenção} de infraestruturas para ~~criar~~ ^{garantir} condições para realizar-se atividades como; rapel; stoke; escaladas; paintball. E não só atividades radicais, também podemos promover atividades como caminhadas, visitas guiadas às melhores paisagens e outros.

Turismo Cultural

O castelo de Sesimbra, originalmente conquistado por D. Afonso Henriques, é um dos últimos castelos portugueses sobre o mar a manter a época medieval que atrai interesse de historiadores e turistas. É um ponto fundamental de Sesimbra por isso o investimento nas atividades turísticas deviam ser mais orientadas, garantir a conservação do castelo é fundamental para as atividades turísticas.

Atividade:

Importância da Política comum das Pescas:

A Política Comum das Pescas (PCP) consiste num agrupado de acordos e regras para a gestão das frotas de pesca europeias, e, também, na conservação das unidades populacionais de peixes.

A PCP é importante, pois garante-nos uma prosperidade e sustentabilidade no setor das pescas mantendo empregos estáveis aos pescadores, abastecendo os consumidores e preservando o frágil equilíbrio dos ecossistemas marinhos. A PCP permite-nos, também, equilibrar a balança alimentar, desenvolver o bem-estar socioeconómico das comunidades costeiras, pois, as pescas fornecem-nos mais alimentos enquanto geram dinheiro, beneficiando o bem-estar socioeconómico e a balança alimentar.

Promoção do produto turístico:

Aveiro é uma cidade cheia de recursos naturais únicas, com paisagens deslumbrantes e marcantes. Por isso, sugeríamos que investissem mais nos passeios de barco moliceiro, propomos que seja construído um restaurante à beira mar que seja possível comprar a comida no barco e comer dentro do barco.

também, onde os pratos principais seriam com peixe, aproveitando o setor dos pescas, enquanto proporciona uma experiência única.

Outra proposta seria relacionada com a prova de vinhos, uma atividade bastante comum, porém, sugeríamos que criassem atividades durante a prova dos vinhos, e no fim a dupla vencedora receberia um prémio, como por exemplo, o vinho que mais gostaram, assim poderia atrair pessoas de todo o mundo que sejam amantes de vinhos e desafios.

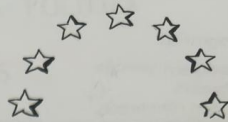
Por fim, a última proposta seria a criação de um ^{anual} festival onde envolvessem várias atividades físicas, como por exemplo canoagem, escalada, caça ao tesouro, etc, poderiam também convidar cantores conhecidos para atrair pessoas de todas as idades

Webgrafia:

- europarl.europa.eu
- pt.slideshare.net
- pcp.pt
- turismoaveiro.com

Política

COMUM DE PESCAS



-Para explicarmos melhor a sua importância, temos explicar brevemente no que consiste: é um conjunto de acordos que visam assegurar a prosperidade e sustentabilidade do setor, estabelecendo quotas e limites de pesca.

Importância:

-Na conservação dos recursos piscatórios, a P.C.P. visa a garantir sustentavelmente os recursos piscatórios, estabelecendo limites para capturas e implantar medidas de gestão da mesma, como referido acima. Levando a garantir também a proteção e conservação dos ecossistemas marítimos como um todo, promovem ainda as pescas seletivas e sustentáveis, reduzindo a captura acidental de espécies, podendo estas estar em risco de extinção.

A PCP busca coordenar as atividades entre os estados da UE, estabelecendo regras comuns para cooperação entre fronteiras, pois muitas espécies migratórias atravessam diferentes áreas marítimas. Apoiam, também, as comunidades pesqueiras reconhecendo a importância socioeconómica e busca garantir a viabilidade dessas atividades a longo prazo.

Por fim, buscam estabelecer sistemas de monitoramento e controlo para garantir o cumprimento das regulamentações piscatórias, implantando quotas de pescas e o combate à pesca ilegal.



Produto Turístico

26

-Iremos apresentar as nossas propostas para promover o turismo no município de Faro

1ª proposta - criação de campanhas de marketing para destacar as atrações turísticas em Faro, como por exemplo, o Rio Formoso, o centro histórico, as praias e a culinária local;

2ª proposta - estabelecer parcerias com agências de viagens, nacionais ou internacionais, para promover pacotes turísticos em Faro, oferecendo ainda, descontos especiais ou benefícios exclusivos para incentivar as visitas, mostrando mais dos segredos e curiosidades da cidade;

3ª proposta - organizar eventos temáticos relacionados à cultura e história de Faro. Por exemplo, festivais gastronómicos com pratos tradicionais da região, festivais de música, com artistas locais. - podendo haver visitas de estudo ligadas aos festivais. Estes eventos atraem turistas de todos os lugares do país;

4ª proposta - parcerias com influenciadores digitais, para alcançar digitalmente novas pessoas de diferentes idades e com outros costumes/culturas, sejam ou não de Portugal.

25

Bibliografias.



→ manual pp. 258, 276 e 277



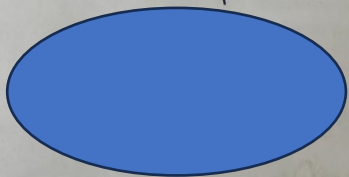
→ pordata.pt

→ cm-nazpre.pt

→ jperaleconomico.pt

→ pt.m.wikipedia.org

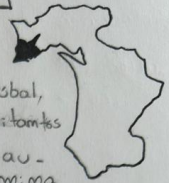
→ publico.pt



SESIMBRA



Sesimbra é um município do distrito de Setúbal, foi fundada em 1201, em 2011 tinha 49 500 habitantes e teve uma evolução positiva face a 2021 que aumentou para 52 384. O grupo etário que domina é o 15-64 com 64,4% da população



Problemas Identificados

- Pesca Excessiva
 - Como Sesimbra tem uma costa marítima muito usada, às vezes alguns pescadores pescam excessivamente destruindo a biodiversidade da costa.
- Poluição das águas
 - Com a costa marítima de Sesimbra muito famosa graças às suas praias, chama atenção de turistas para visitá-las e consequentemente poluem as águas.

Possíveis Soluções



Pesca excessiva

- hábitos sustentáveis

Com a pesca excessiva a aumenta atualmente devido à ganância de algumas empresas para ter lucros, se comprarmos peixe de empresas que fornecem hábitos sustentáveis iremos estar a ajudar o planeta.

Além de estarmos a ajudar a biodiversidade, também estarmos a garantir a sustentabilidade do produto piscatório para outras gerações.

- Práticas diretas

Algumas práticas diretas para diminuir ou até acabar com a pesca excessiva é por exemplo os limites de captura, definir um limite em kilogramas. Por exemplo quando voltam da pesca e chegam aos pontos para verificar se há alguma violação das regras e assim controlar-se a quantidade de peixe pescado e fornecer tempo para que a biodiversidade marítima recupere.

Polição das águas

- Limpeza segura

Como a poluição das águas aumenta gradualmente todos os dias afeta a biodiversidade e atrapalha o setor da pesca e do turismo uma forma de reverter esse fenómeno é optar pela limpeza segura. Como por exemplo diminuir e limpar as águas residuais de forma segura para que, além de não poluírem, possam ser reutilizadas para rega e produção de energia.

24

Propostas para valorizar o espaço marítimo

Investimento na aquicultura

Aquicultura consiste na criação de organismos aquáticos, aplicando técnicas concebidas para aumentar a produção de produto. Se investirmos na criação de infraestruturas para a aquicultura estaremos a desenvolver o nosso espaço marítimo e valorizá-lo ainda mais.

Melhorar a acessibilidade

A dificuldade dos restaurantes para comprarem produto marítimo dos portos locais é notável, às vezes optam por comprar de outras zonas devido à rapidez ou ao preço, uma forma de reverter esse fenómeno é priorizar os restaurantes locais para valorizar cada vez mais o espaço marítimo. Se os portos locais e os restaurantes trabalhassem de um forma mais acessível irá dar cada vez mais o valor dos produtos da zona. 29

Faro

acerca do faro...

em 2011:

- população residente: 65,211 hab.
- população ativa: 66,9 %
- taxa de natalidade: 10,8 ‰
- jovens (0-15): 15,3 %
- idosos (+65): 17,8 %

em 2021:

- população residente: 67,924 hab.
- população ativa: 64,1 %
- taxa de natalidade: 8,8 ‰
- jovens (0-15): 14,6 %
- idosos (+65): 21,9 %

2 problemas:

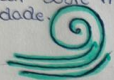
- Faro possui muitos problemas de organização urbana com a impermeabilização; Este problema reflete-se nas infraestruturas mal planeadas do município, o que ajuda na ocorrência da água provocando cheias, devido ao solo.
- Também possui uma pressão urbana sobre o litoral, devido à litoralização, mas também ao crescimento do turismo associado a atividades balneares.

18

Soluções...

Duas possíveis soluções para lidar com os problemas decorrentes da litoralidade de cacciais são:

- A vulnerabilidade a fenômenos climáticos extremos:
Podemos implementar sistemas de alerta precoce e planos de emergência para lidar com tempestades, ressacas e inundações costeiras, realizar obras de infraestruturas resilientes, como construção de barragens, reforço de margens e proteção costeira, para minimizar os danos causados por eventos extremos. Promover a sensibilização da população para os riscos e educar sobre medidas de segurança, como a evacuação, em caso de necessidade.



- A pressão urbanística e turística:
Desenvolver um plano de ordenamento do território que estabeleça zonas de proteção e limites para o desenvolvimento urbano em áreas costeiras sensíveis. Estabelecer critérios rigorosos para o licenciamento de novas construções e projetos turísticos, garantindo que respeitem o ambiente. Diversificar a oferta turística, promovendo o turismo sustentável e de qualidade, incentivando atividades culturais, turismo de natureza e rural, para distribuir a pressão turística por todo município. Investir em infraestruturas turísticas e serviços públicos para acompanhar o crescimento turístico, garantindo a capacidade de acolhimento adequada e a qualidade de vida dos residentes.

Valorização do espaço marítimo

- Uma das possíveis soluções para a valorização do espaço marítimo é educar a população sobre a importância da preservação do mar e dos seus recursos naturais, através de campanhas de sensibilização e programas educativos. Estas iniciativas podem incluir workshops, palestras e atividades práticas, com o objetivo de aumentar a consciência ambiental e incentivar comportamentos responsáveis em relação ao ambiente marinho.
- Outra forma de valorizar o espaço marítimo e promover a produção de energias renováveis é através da exploração das ondas, marés e vento. Essas fontes de energia apresentam um grande potencial no ambiente marítimo, permitindo gerar eletricidade limpa e sustentável.
- Investir em tecnologias de aproveitamento de ondas, como os conversores de energia de ondas, em projetos de aproveitamento da energia das marés e em parques eólicos das marés e em parques eólicos offshore pode impulsionar o setor das energias renováveis, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e contribuir para a transição energética rumo a um futuro mais sustentável.

24

Soluções face aos 2 problemas

▶ Problema da má organização urbana, mais a impermeabilidade do solo:

- Para tentar solucionar a má organização, podemos apostar na revitalização dos patrimónios da cidade, evitando a sua demolição ou sobreposição, podendo haver uma sobreposição de edifícios, ou até mesmo de encaamentos ou fios elétricos.



→ Ligando a má organização com o problema do solo, chegamos à preservação das áreas verdes, consistindo em: preservá-las pois aí evita a colisão ou ligação de infraestruturas e com a sua conservação irá potencializar a criação de cinturões verdes, evitando a sua invasão e as chuvas fortes não gerariam inundações.

▶ Problema do sobrelotação do litoral:

- Poderíamos apostar no ordenamento do turismo de forma sustentável, consistindo na estabelecimento de limites para o número de visitantes em áreas sensíveis.

→ Face à pressão urbana apostaríamos na colocação de pontos atrativos no interior, como lojas relevantes, centros comerciais e novas oportunidades de emprego.

22

Propostas PARA A VALORIZAÇÃO



▶ 1ª proposta: Investimento nas infraestruturas portuárias, ou seja, investir na modernização e expansão das infraestruturas para aumentar a capacidade de receber embarcações. Com isto possibilitará a realização de eventos, o que irá atrair um público diversificado, gerando receitas para a cidade.

▶ 2ª proposta: A criação de um centro de pesquisa marinha, o que será importante para aplicar o conhecimento gerado para promover a conservação e o uso sustentável do espaço marítimo.

▶ 3ª proposta: Melhoria das infraestruturas de lazer na orla marítima como por exemplo: a construção de ciclovias, parques e áreas de recreação. Isso incentivará a prática de atividades ao ar livre.

→ Ligação com a primeira proposta: com a promoção da cultura marítima podem-se realizar eventos culturais relacionados ao mar, como festivais de música, exposições de arte, teatro e workshops temáticos, o que poderá preservar e repassar o património cultural marítimo.

24

Cascais

Caracterização demográfica e geográfica

Cascais é um município localizado na região de Lisboa, Portugal. Está situado a cerca de 30 quilómetros a oeste de Lisboa. Possui uma costa Atlântica fascinante com praias de areia dourada, que atrai turistas todos os anos. Tem uma população de aproximadamente 214,124 habitantes (Censos 2021) tendo um aumento significativo em comparação a 2011 com 206,419 mil habitantes (aumentou 4,648). A faixa etária predominante em Cascais é dos 18 aos 64 anos (134.626), seguida a dos idosos (48.461) e por último os jovens (31.037). Cascais é conhecido pelo seu clima mediterrâneo, com verões quentes e invernos suaves.

Problemas...

Dois dos problemas específicos do município de Cascais devido à litoralidade são:

- A vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos tem sido um grande problema devido à sua localização costeira, Cascais está mais exposto a eventos climáticos extremos, como tempestades, inundações costeiras. Estes fenómenos podem causar danos significativos nas áreas costeiras, infraestruturas e propriedades.
- Um outro problema é a pressão urbanística e turística. A beleza natural e a atratividade das áreas costeiras de Cascais podem levar a um aumento dessa pressão. Isso pode resultar de um crescimento desordenado da urbanização, com impactos negativos na paisagem, no ambiente natural e na qualidade de vida dos residentes.